



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**JOSÉ DANISIO SILVA VIEIRA**

**O QUE DIZEM OS SUJEITOS PARTÍCIPES DA CONSTRUÇÃO DA EXPERIÊNCIA  
DA FUNDAÇÃO DA AGROVILA DE ARACOIABA, CEARÁ: UM ESTUDO  
INTRODUTÓRIO**

**FORTALEZA**  
**2024**

JOSÉ DANISIO SILVA VIEIRA

O QUE DIZEM OS SUJEITOS PARTICÍPES DA CONSTRUÇÃO DA EXPERIÊNCIA  
DA FUNDAÇÃO DA AGROVILA DE ARACOIABA, CEARÁ: UM ESTUDO  
INTRODUTÓRIO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Ângela Maria Bessa Linhares.

Coorientadora: Prof. Dra. Eliane Dayse Pontes Furtado.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

V715q Vieira, José Danisio Silva.

O que dizem os sujeitos partícipes da construção da experiência da fundação da Agrovila de Aracoiaba, Ceará : Um estudo Introdutório / José Danisio Silva Vieira. – 2024.  
166 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2024.

Orientação: Profa. Dra. Ângela Maria Bessa Linhares.

Coorientação: Profa. Dra. Eliane Dayse Pontes Furtado.

1. Agrovila. 2. Experiência de Reassentamento. 3. Recursos hídricos. 4. Projeto São José  
III. I. Título.

CDD 370

---

JOSÉ DANISIO SILVA VIEIRA

O QUE DIZEM OS SUJEITOS PARTÍCIPES DA CONSTRUÇÃO DA EXPERIÊNCIA  
DA FUNDAÇÃO DA AGROVILA DE ARACOIABA, CEARÁ: UM ESTUDO  
INTRODUTÓRIO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Brasileira. Area de concentração: Educação.

Aprovada em: 29/02/2024.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dra. Ângela Maria Bessa Linhares.  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. João Batista de Albuquerque Figueiredo  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dra. Sandra Maria Gadelha de Carvalho  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

A meu bom Deus.

Ao meu filho, Benjamin.

A meus pais.

A minha esposa, Danúbia.

A todos que colaboraram para conclusão  
de mais este desafio.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pelas bênçãos e por todas as vitórias conquistadas até aqui e por me fortalecer nos dias difíceis.

Ao meu filho Benjamin, pelos ensinamentos diários, por ensinar-me diariamente o que eu não conseguiria aprender sozinho.

Agradeço a minha mãe, por apoiar-me e incentivar-me nos desafios e conquistas de todos meus sonhos, sendo presente em todas as fases de minha vida.

A minha esposa Danúbia, pela dedicação, paciência, entendimento da ausência e companheirismo, sendo também muito importante em todos os aspectos deste trabalho.

A minha orientadora, Professora Ângela Linhares, pela paciência, confiança e por acreditar em meu potencial, mesmo orientando-me no meio do processo. Compartilhando sua experiência e ensinamentos, essenciais para concretização deste trabalho.

A minha coorientadora, Eliane Dayse, por sua força, resiliência, companheirismo, exemplo de vida e profissionalismo, colaborando com seus saberes e sua experiência na realização desta pesquisa.

Aos agricultores e agricultoras que fazem parte da agrovila de Aracoiaba, em especial os integrantes da Associação ISCA, pela confiança, disponibilidade, explanação de suas experiências e seriedade, sendo essenciais e determinantes em todos os processos da pesquisa.

Aos técnicos/as servidores/as da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, pela disponibilidade e transparência das informações solicitadas.

A meus colegas e amigos de linha de pesquisa pelo convívio, parceria, respeito e compartilhamento de experiências.

Ao amigo Adelino Lucena por auxiliar-me na etapa final de pesquisa.

Ao CNPQ pelo fornecimento parcial de bolsa de fomento.

Por fim, ao eterno orientador e conselheiro, Professor Ribamar Furtado (in memoriam), por sua dedicação a Reforma Agrária, a luta pela vida digna no campo, pelos ensinamentos, parceria, respeito e sua luta por justiça social. Agradeço pelo convívio e confiança mútua. São sementes que estão dando frutos!

## RESUMO

Na presente pesquisa objetivou-se capturar a perspectiva dos camponeses atuantes na experiência da construção da agrovila de Aracoiaba, CE. Para levantar e analisar o que dizem os sujeitos da pesquisa, tratou-se particularmente do reassentamento e da construção do açude Aracoiaba, a seguir abordando o acesso ao Projeto São José - III, marcos oferecidos pelos próprios sujeitos da pesquisa, agricultores e agricultoras protagonistas principais desta ação. Mediante a metodologia da pesquisa participante, fez-se um percurso abordando as propostas iniciais (desde o ano 2000) até os dias atuais (2024), sendo este recorte temporal o escolhido para focalizar a experiência. O campo discursivo eleito envolveu reflexões teórico-práticas sobre o contexto geopolítico da pesquisa. Neste espaço contraditório ressaltamos: a institucionalização do discurso político e social sobre o polígono das secas nordestino; a progressividade das abordagens da seca que culminaram nas propostas de convivência com o semiárido; o histórico das políticas públicas e ações de combate à pobreza; a problemática dos recursos hídricos e o atravessamento desses temas pelas ideias sobre desenvolvimento sustentável e educação do campo. Constatou-se no percurso da construção da agrovila de Aracoiaba, no que concerne ao reassentamento, que depois de vinte e dois anos ainda não foi dado o título da posse da terra aos camponeses, e que na questão do açude, também não se tem a irrigação das terras reassentadas, o que mostra que incompletudes dessa natureza, qual a da regularização fundiária, evidenciam lógicas que sofrem as flutuações da política dominante. Outra consideração feita é a crítica a uma visão de técnica; propõe-se que em sua exequibilidade possa ter abordagem transdisciplinar e não despolitize a leitura das realidades, nem os prismas da educação do campo, que conferem um lugar de sujeito os camponeses. A posse da terra (na prática), o plantio, colheita e beneficiamento na produção de alimentos, no projeto São José III, evidenciam que foi válida a experiência da agrovila, se considerarmos parte do processo e curso ainda, as leituras das lições da prática vivida coletivamente.

### **Palavras-chave:**

agrovila; Experiência de reassentamento; recursos hídricos; Projeto São José III.



## ABSTRACT

The present research aimed to capture the perspective of the peasants involved in the experience of building the agro-village of Aracoiaba, CE. To gather and analyze what the research subjects say, the resettlement and construction of the Aracoiaba dam were particularly addressed, followed by addressing access to Project São José - III, milestones offered by the research subjects themselves, farmers who are the main protagonists of this action. Through the methodology of participatory research, a path was taken covering the initial proposals (since the year 2000) to the present day (2024), with this temporal cut chosen to focus on the experience. The chosen discursive field involved theoretical-practical reflections on the geopolitical context of the research. In this contradictory space, we highlight: the institutionalization of political and social discourse on the northeastern drought polygon; the progressiveness of drought approaches that have culminated in proposals for coexistence with the semi-arid region; the history of public policies and actions to combat poverty; the issue of water resources and how these themes intersect with ideas about sustainable development and rural education. It was observed in the process of building the Aracoiaba agro-village, regarding resettlement, that after twenty-two years the peasants still do not have title deeds to the land, and that in the issue of the dam, irrigation of the resettled lands has also not been achieved, showing that such incompleteness, like land regularization, highlights logics that are subject to fluctuations in dominant politics. Another consideration is the critique of a technical vision; it is proposed that in its feasibility, it may have a transdisciplinary approach and not depoliticize the reading of realities, nor the prisms of rural education, which grant peasants a place as subjects. Land ownership (in practice), planting, harvesting, and processing in food production, in Project São José III, show that the experience of the agro-village was worthwhile, considering part of the process and course still underway, reading the lessons learned from collective practice.

Keywords:

agro-village; Experience resettlement; Water resources; Project São José III.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ABEEF	Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal
ANPED	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CARPA	Comitês de Apoio ao Reassentamento e à Preservação Ambiental
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará
COGERH	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COP 3	Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação
CIMI	Conselho Indígena Missionário
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
CONAQ	Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EFA	Escola Família Agrícola
FEAB	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ISCA	Instituição Sócio-Comunitária da Agrovila
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERRA	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MPP	Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração

ONU	Organização das Nações Unidas
PT	Partido dos Trabalhadores
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PNE	Plano Nacional de Educação
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PAPP	Programa de Apoio ao Pequenos Produtores
APCR	Programa de Apoio às Pequenas Comunidades Rurais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCPR	Programa de Combate à Pobreza Rural
PDRS	Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PROGERIRH	Projeto de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Estado do Ceará
PSJ	Projeto São José
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SDA	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Mapa dos municípios cearenses, destacando-se Aracoiaba. ....	35
Figura 2	– Mapa distrital do município de Aracoiaba.....	36
Figura 3	– Açude Aracoiaba.....	37
Figura 4	– Comunidade Volta, Aracoiaba-CE.....	52
Figura 5	– Rio Aracoiaba.....	56
Figura 6	– Comunidade Encosta, Aracoiaba-Ceará.....	63
Figura 7	– Sede da associação comunitária da agrovila de Aracoiaba. ....	71
Figura 8	– comercialização de produtos dos assentados do assentamento Antônio Conselheiro, Ocara-CE. ....	75
Figura 9	– cultivo de cajueiro em área de sequeiro.....	78
Figura 10	– Lotes das moradias, agrícolas e lotes destinados para irrigação na Agrovila de Aracoiaba. ....	79
Figura 11	– Localização da comunidade de poços, Aracoiaba-CE. ....	95
Figura 12	– Agrovilas tituladas e não tituladas no Estado do Ceará. ....	99
Figura 13	– Oficina realizada na Agrovila de Aracoiaba.....	101
Figura 14	– Termo de Fomento SDA Nº 23/2017. 1/7 páginas. ....	118
Figura 15	– Termo de Fomento SDA Nº 23/2017. 4/7 páginas. ....	119
Figura 16	– Fábrica de beneficiamento de polpa de frutas .....	121
Figura 17	– Entrada da agrovila de Aracoiaba. ....	126
Figura 18	– Cajus utilizado para beneficiamento na fábrica da Agrovila de Aracoiaba.....	130
Figura 19	– Fábrica de beneficiamento de castanha construída e ainda não funcionando.....	134
Figura 20	– Plantios novos na terra nova.....	139

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estrutura fundiária dos lotes atingidos pela construção do açude Aracoiaba.....	55
Tabela 2 – Característica dos estabelecimentos agrícolas – Brasil (2006 e 2017).....	103

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	13
2	JUSTIFICATIVA .....	18
3	DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA .....	20
3.1	A experiência da construção da agrovila de Aracoíaba e seus sujeitos agricultores e agricultoras – um estudo introdutório.....	20
3.2	Os trabalhadores da agricultura e a Relação com a Educação do Campo .....	23
3.3	Desenvolvimento Rural Sustentável.....	25
3.4	Políticas Públicas no âmbito do “rural” .....	27
3.5	Políticas Agrícolas.....	28
4	OBJETIVOS .....	30
4.1	Geral .....	30
4.2	Específicos.....	30
5	DA METODOLOGIA UTILIZADA.....	31
5.1	Dos Procedimentos ou técnicas da pesquisa.....	32
5.1.1	Diário de Campo .....	32
5.1.2	Entrevistas semiestruturadas.....	33
5.1.3	Observação participante .....	33
5.1.4	Documentos e fotografias .....	33
5.2	Dos sujeitos da pesquisa.....	34
5.3	Lócus da pesquisa .....	34
5.4	Quadro de matérias .....	38
6	REFERENCIAL TEÓRICO .....	40
7	CAPÍTULO II .....	44
7.1	Estudos e entradas nas comunidades: clivagens .....	57
7	A complexidade do plano de recursos hídricos .....	60
8	CAPÍTULO III .....	91
8.1	Entrando em cena a Agricultura Familiar .....	101
8.2	Um breve histórico, para dar contexto ao movimento de diálogos desta pesquisa.....	107
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	140
	REFERÊNCIAS .....	145

<b>ANEXO A – 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO SDA Nº 023/2017.....</b>	<b>156</b>
<b>ANEXO B – 3º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO SDA Nº 023/2017.....</b>	<b>161</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os que atuam na área de desenvolvimento rural e educação do campo, em geral, sabem que há uma grande discussão no tocante ao tema de construção das agrovilas, pois esta implica em uma leitura transdisciplinar. As políticas públicas para a população rural compõem, nesse universo discursivo, como uma complexa teia de conflitualidades que vem de longas temporalidades. De tal modo que, principalmente nas últimas décadas, no quadro das lutas e conquistas dos trabalhadores na área se tenta contemplar em suas demandas, mesmo dentro de contradições, as distintas gerações e suas especificidades.

Nesse quadro de problemas e esperanças, objetiva-se analisar o que dizem os sujeitos sobre a experiência da construção da agrovila de Aracoiaba. Dessa forma, no que concerne à concretude dessa ação, espera-se uma abordagem específica e dialógica entre os sujeitos envolvidos, particularmente quando se trabalha com coletivos. É nessa medida que abordagens integrativas são utilizadas no processo de implementação de ações nas comunidades do campo. As ações conjuntas no setor são, então, desafiadas a explorar metodologias participativas que possibilitem o desenvolvimento local, considerando a realidade maior, contraditória, mas que tem suas especificidades locais.

Penso que a experiência focalizada com a construção da agrovila, ao ouvir prioritariamente os sujeitos agricultores e agricultoras, resulta por colaborar com uma reflexão sobre educação do campo. E abarca o processo de conflitos e expansão de conquistas na execução das políticas públicas que envolvem o Nordeste, a seca, a convivência com o semiárido e o desenvolvimento sustentável, balizas de uma discussão sobre a geopolítica do contexto da pesquisa. Nesse bojo, a exequibilidade das políticas públicas conquistadas arduamente, devem evitar a exclusão, as desigualdades já gritantes e o êxodo rural existentes no meio camponês, que muito particularmente ceifam os sonhos das gerações e especialmente das juventudes camponesas.

É nessa conjunção de problemáticas e desafios que, também como sujeito da história da educação no campo, ensejo com esta pesquisa possa possibilitar visões de alternativas viáveis para pensar questões que possam consolidar o sentimento de pertença da população do meio rural à sua própria história de lutas e vida em comum. É que, como acontece de modo mais intenso junto às culturas juvenis hoje, a migração



tem sido mais extensiva, por não se encontrar trabalho e condições de vida em seu próprio lugar, o que agrava os complexos problemas do campo.

A presente pesquisa almeja, pois, trabalhar com a experiência da construção da agrovila de Aracoiaba, tratando particularmente do reassentamento e da construção do açude Aracoiaba, a seguir abordando o acesso ao Projeto São José - III, segundo os marcos oferecidos pelos próprios sujeitos da pesquisa, agricultores e agricultoras protagonistas principais desta ação.

Importa definirmos em que contexto se dá a pesquisa. Voltemos no tempo, então. No ano de 1995, buscando minimizar problemas existentes nas comunidades rurais e na tentativa de criar estratégias para o desenvolvimento agrário, o governo do Estado do Ceará implementou o Programa de Apoio ao Pequenos Produtores (PAPP), que se tornou popular com o nome de Projeto São José. O principal objetivo do projeto, segundo Khan e Silva (2005), era implementar ações de desenvolvimento sustentável no Ceará, tais como elevar o acesso das pessoas do meio rural, mais vulneráveis do ponto de vista econômico, a atividades propiciadoras de geração de emprego e renda, bem como a serviços sociais básicos e de infraestrutura que reduzissem a pobreza rural.

No ano seguinte, o Projeto São José passou a ser chamado de Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), desenvolvendo, nos seus inícios, uma política voltada à perfuração de poços profundos e inserção de energia monofásica nas comunidades. Nesta fase foram introduzidos os Programas que atuavam com projetos produtivos.

De acordo com o documento<sup>1</sup> exposto no próprio Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS), a ser viabilizado no Ceará, e que fora publicado em 2012, o foco central do trabalho preconizava o aumento e a participação dos sujeitos que atuavam com a agricultura familiar. Os agricultores e agricultoras deveriam gerar renda através de cadeias produtivas promissoras, no segmento, mediante a realização de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável das comunidades, realizando a integração com os demais projetos e programas em execução no Estado.

Sabe-se que a educação do campo apresenta saberes e objetivos próprios, mas inseridos no dinamismo das lutas sociais enfrentadas nesse estágio do

---

<sup>1</sup> Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) - Manual de Operações (2012).

capitalismo mundializado e que adquire contornos definidos em um determinado território e suas lutas. Reflete-se atualmente, que quando se fala em desenvolvimento sustentável “as noções evocadas costumam não contemplar a diversidade social e as contradições que perpassam a sociedade quando está em jogo a legitimidade de diferentes modalidades de apropriação dos recursos do território” (Acseirad, 2005, p.03).

Nesse sentido, há inquietações da pesquisa que abarcam a experiência da construção da agrovila de Aracoiaba, o que inclui o processo de reassentamento, a construção do açude local e a vivência do Projeto São José III, no que se refere às lições da prática.

As ações do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável/Projeto São José-III, em grande medida referentes à agricultura familiar, na perspectiva de uma abordagem mais integradora e participativa, em tese deve respeitar as limitações e peculiaridades de seus beneficiários e beneficiárias, suas construções reflexivas e em suas referências, que possa ser um passo para outras agrovilas.

Desde agora, se pode auscultar pressupostos de Paulo Freire quando olhamos essas ações, baseando-se no que se poderia apreender com essas experiências de agricultores e agricultora, em sua reflexão-ação (suas práxis) e seus contextos. Quanto à articulação entre passado e presente, ao examinar realidades do campo, vale considerar: “A questão fundamental não está em que o passado passe ou não passe, mas na maneira crítica, desperta, com que entendamos a presença do passado em procedimentos do presente” (Freire, 2000, p. 34).

É uma pilastra da reflexão sobre agrovilas, hoje, não perder de vista as reflexões da educação do campo, de maneira a valorizar o ponto de vista dos agricultores e agricultoras. Devo refletir, portanto, de um ponto de vista crítico, para que se faça a assunção dos próprios sujeitos históricos que antes possuíam um lugar de objeto dessas práticas sociais agrárias e das implementações de políticas públicas, já que nem sempre são contempladas suas vozes e suas necessidades específicas.

Já observava Freire (1992, p.47) que “refazendo-se no processo de fazer a história, como sujeitos e objetos, mulheres e homens, virando seres da inserção no mundo e não da pura adaptação ao mundo, terminaram por ter no sonho também um motor da história”. E conclui: “Não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança” (idem, p. 47). Nesse campo discursivo, dentre crítica e esperança é que

se inscreve, reitera-se, o objeto de estudo desta pesquisa, que envolve a fala dos sujeitos agricultores e agricultoras sobre a experiência da agrovila de Aracoiaba-CE.

Deve-se considerar que o processo socioeducativo de uma experiência do campo se alinha a práticas sociais onde é fundamental o protagonismo dos que buscam dizer a sua palavra, seu desejo e esperar. É nesse sentido que nesta pesquisa se lidará com contradições-chaves, que tocam o movimento da educação no campo no atual estágio do capitalismo hoje, o que vai implicar a tensão permanente entre as conquistas sociais no setor, em sua exequibilidade, e as políticas públicas com suas potencialidades de mudança social.

Enfatiza-se, nesse processo, o valor do trabalho com as diversas dimensões do movimento da construção do conhecimento pelo campesinato, de maneira que este possa açambarcar “saberes não acabados, mas que possuam uma dinâmica construída, dialogicamente, com a participação coletiva dos sujeitos para quem o ensino é destinado” (Assunção; Camacho, 2023).

Evidente que a pesquisa proposta aqui, sendo de envergadura capaz de incluir dos aprendizados com a educação do campo o valor das políticas públicas e as práticas geradas pelos camponeses. Na construção das agrovilas isso implica algumas escolhas teórico-práticas para que se examine o que dizem os sujeitos, sem negar em suas falas os aspectos dos processos socioeducativos alinhados à politização da reflexão campesina.

Assim, o reassentamento e a construção do açude que o implica, junto à ação de produção e beneficiamentos de alimentos, do Projeto São José-III, em que atuam os sujeitos da agricultura familiar, na experiência da construção da agrovila de Aracoiaba, irão nos mostrar processos que apresentam contradições dessas práticas sociais, mas que também apontam suas possibilidades. Tratam também dos entraves do protagonismo dos sujeitos, e suas organizações, como também dos técnicos, e meio à geopolítica que sustenta seus olhares.

Enfatizo o propósito de levar em conta a diversidade das dimensões que envolvem o movimento campesino e sua importância na sociedade. Na complexidade da perspectiva camponesa é que se insere o objeto de estudo desta pesquisa, que focaliza a perspectiva e o próprio devir dos sujeitos comunitários vinculados a essa pesquisa participante que, na verdade, também lida com Desenvolvimento Rural Sustentável, no exercício da construção e apropriação do projeto São José III, quando da construção da fundação da agrovila referida.

Considerando, pois, tal objetivo, é que propomos a pergunta de pesquisa: o que dizem os agricultores e agricultoras participantes da experiência de construção da agrovila de Aracoiaba, Ceará?

É esperado que esta pesquisa, através de suas discussões e resultados obtidos, sugestões para a academia, elaboradores de políticas públicas e profissionais atuantes na área junto aos agricultores, agricultoras e comunitários, além de outros interessados, possibilite descobrir fragilidades e contribuir em possíveis encaminhamentos que seguem ao aprendizado das lições da prática.

## 2 JUSTIFICATIVA

Busco relacionar as teorias com minha relação cotidiana no ambiente de trabalho com Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, em reuniões com agricultoras e agricultores nas comunidades rurais e na Escola Família Agrícola - EFA Danilo Almeida localizada em Quixeramobim– CE, onde atuo como educador popular voluntário.

Também considerando oportuno atuar como facilitador/educador pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB com apoio da Universidade Federal do Ceará - UFC no projeto de extensão intitulado de Curso de Formação de Jovens Rurais para o Fortalecimento da Agricultura Camponesa do Semiárido Cearense, no qual atuei de forma direta e indiretamente na Educação de Jovens e Adultos (EJA) utilizando aspectos metodológicos pedagógicos baseado nas obras de Paulo Freire.

Através de meu processo formativo na universidade pública e atuando como profissional na área de assistência técnica e extensão rural - ATER, em Projetos governamentais, Programas estaduais e federais, fui me defrontando com a necessidade de aprofundar questões que abarcam o planejamento estratégico de ações de apoio a práticas produtivas e sociais no contexto de uma educação do campo. Como observa Molina e Freitas (2011, p. 18), apesar dos extensos limites geopolíticos, nos últimos treze anos “os movimentos sociais e sindicais rurais organizaram-se e desencadearam um processo nacional de luta pela garantia de seus direitos, articulando as exigências do direito à terra com as lutas pelo direito à educação”.

Assim, se avolumavam interrogações minhas e que diziam respeito às possibilidades e contradições com as quais eu me deparava ao trabalhar concretamente a perspectiva do desenvolvimento rural no âmbito condizente com a realidade camponesa e que se coadunasse com um processo formativo potente para considerar a educação do campo no enfoque eleito. Como tal, será importante a ênfase na extensão rural executada na prática, entendendo-a como uma educação voltada para o desenvolvimento do e no campo, dando contornos e sentidos a uma ação educativa fundamentada nos ensinamentos de Paulo Freire, com metodologias participativas consentâneas com o empoderamento das comunidades camponesas.

É nessa perspectiva que confirmamos Freire (2016) quando ele afirma a ideia de que os processos educativos sejam construídos através do diálogo e união coletiva, destacando o envolvimento mútuo dos sujeitos e não a imposição sobre algo ou alguém (os chamados depósitos). É nessa direção que nosso trabalho de pesquisa caminha valorizando uma pedagogia que considere a criticidade e dialogicidade, em contextos concretos de educação do campo.

### **3 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA**

#### **3.1 A experiência da construção da agrovila de Aracoiaba e seus sujeitos agricultores e agricultoras – um estudo introdutório.**

Antes de discutir mais profundamente sobre a importância e relevância da escuta aos sujeitos da educação do campo no cenário rural brasileiro, precisamos entender prioritariamente sobre as dimensões que a fundamentam, principalmente como atua o campesinato e suas inter-relações com outros segmentos sociais e a realidade maior. De acordo com Costa e Carvalho (2012), o termo Campesinato refere-se a um coletivo de famílias viventes no campo e existentes em um determinado território. Assim é que, em geral, esses/as camponeses/as possuem relações sociais e culturais específicas, sentimento de pertencimento muito forte e intrínseco ao viver nas comunidades rurais.

Há uma necessidade de aprofundamento da importância do que desejam os agricultores e agricultoras, o que inclui a assistência técnica pública vinculada à educação do campo com ênfase na extensão rural executada na prática, entendendo a mesma como uma educação que considere sua ação educativa fundamentada nos princípios e ensinamentos de Paulo Freire. Evidente, que se deve partir, portanto, em ações junto a camponeses, de metodologias participativas condizentes com a realidade das comunidades rurais assistidas, principalmente por órgãos públicos em suas diferentes composições.

A relação da educação do campo com a realidade das comunidades rurais vem sendo discutida desde as últimas décadas do século XX, principalmente no tocante às abordagens, características e às especificidades que podem contribuir para o desenvolvimento de uma formação libertadora e direcionada para o/a jovem, o homem e mulher do campo e no campo. Na verdade, há uma lógica campesina que é diversa do pensamento hegemônico concentrador de renda, acumulador de riqueza e terras, e que se filia ao projeto capitalista de produção que é hegemônico. No entanto, como se lida com contradições, os movimentos de contra-hegemonia alimentam resistências, atuam no sentido de construir participação e uma práxis emancipatória.

A contra-hegemonia como resistência às dominações e espoliações das classes trabalhadores, não é só um conjunto de ações práticas, mas junto delas se viabiliza um processo de mudança de consciência. Como diz Gramsci (1978, p.52), a

resistência deve criar “um novo terreno ideológico”, e por isso tal processo vai requerer a “reforma das consciências e dos métodos de conhecimento”; por sua vez, a mudança de conhecimento e das formas de criá-lo e transmiti-lo também é “um fato filosófico”.

Para Caldart (2012, p. 259), “Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas”. Tal objetivo e sujeitos remetem essa modalidade de educação “às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana” (idem, p. 259).

Referindo-se à Educação, Haddad et al. (2012) reflete sobre o tema da importância da mesma no acesso aos bens culturais, nas atuações e habilidades desenvolvidas pelas culturas e sujeitos, consolidadas no decorrer da história, sendo desafio aperfeiçoá-las para que o indivíduo pense sobre sua própria prática, transforme-a na direção escolhida, utilize os bens naturais em seu meio e se organize socialmente. É que “o território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais” e “define-se sempre com referência às relações sociais”, como afirma Amparo (2020, p. 04), citando Haesbaert e Mondardo (2010, p. 79), daí estabelecendo domínios, mas também reações a usurpações, pois que esses enfrentamentos se movem sob regimes sígnicos e dentre graves disputas de verdades. Como afirma Santos (2002) ao falar de território usado, se constituindo em uma categoria primordial para a elaboração sobre o futuro. O uso do território se dá pela dinâmica dos lugares. O lugar é proposto por ele como sendo o espaço do acontecer solidário”. O que para nós é importante: o conceito de “território usado” e suas possibilidades de futuro, seu potencial de solidariedades.

Silva (2020) considera que a educação do campo é debatida e construída através de um processo histórico, ligada diretamente às lutas dos trabalhadores/as rurais organizados em movimentos sociais. A via camponesa propõe-se, inclusive, a reunir as diversas correntes de pensadores do campo, o que é reflexionado hoje junto da crítica à colonialidade do poder e suas tramas sociais. Isso acontece devido ao fato de que os autores que fazem hoje a crítica ao colonialismo, que ainda perdura, e



“interpretaram a modernidade a partir de um outro lugar, o lugar do sujeito colonizado e, especialmente, possibilitaram a elaboração de uma nova leitura do processo histórico da colonização, a partir deste lugar” (Simonetti, 2012, p.02).

No mesmo raciocínio, Molina et al. (2019) acredita que a educação do campo se baseia em um conjunto de princípios, práticas e políticas formuladas por sujeitos envolvidos no processo construtivo de um projeto articulado, que diferencia o ser “de campo” e o de sociedade. A pauta é antiga, mas os problemas recorrentes de uma educação descontextualizada nas instituições públicas de ensino da zona rural no Brasil são em muito os mesmos, principalmente no norte e nordeste do país.

Nesse sentido é necessário nos posicionarmos crítica e esperançosamente de modo a defender a escuta às vozes dos sujeitos agricultores e agricultoras, bem como a necessidade dos diálogos destes com os técnicos que também são participantes de toda ação que possui uma dimensão de educação do campo. É que importa situar as propostas de ação inclusiva e afirmativa que se inscreve nas lutas sociais dos trabalhadores como um ideal que possui sua concreticidade. Nessa perspectiva, busca-se, mesmo que passo a passo, caminhar na direção da superação de desigualdades que historicamente são praticadas em relação às populações do campo, em particular questionando e lutando pelo acesso de suas populações à educação básica, superior e conseqüentemente a políticas públicas que as beneficiem de fato (Arroyo, 2012).

Em sua reflexão, Jesus (2015) considera alguns fatores que desencadeiam mais gravemente as desigualdades sociais desenvolvidas historicamente no campo, quais sejam: a falta de perspectivas de trabalho digno para a juventude camponesa, a ausência de políticas e de programas culturais que possam intervir na vida e decisões dos jovens de migrar para centros urbanos, expostos a trabalhos precários, mão de obra desvalorizada e aviltamento das relações humanas e sociais por negação dos vários direitos. Como observa Souza Júnior (1996, p. 72): “Os direitos humanos são as lutas sociais concretas da experiência de humanização”. E acrescenta: “São, em síntese, o ensaio de positivação da liberdade conscientizada e conquistada no processo de criação das sociedades, na trajetória emancipatória do homem” (idem, p. 72).

No esforço teórico-prático de pensar escutando suas vozes e perspectivas dos sujeitos descrevamos agora alguns enlaces entre o pensar e agir dos trabalhadores da agricultura e a perspectiva da escuta aos sujeitos da educação do

campo, perspectiva teórico-metodológica que orienta este estudo sobre a experiência de construção da agrovila de Aracoiaba.

### **3.2 Os trabalhadores da agricultura e a Relação com a Educação do Campo**

As agricultoras e agricultores do campo durante séculos tiveram dificuldades e desafios para a conquista de direitos, tendo sido a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) criada há cinquenta e oito (58) anos, no Brasil, visando a desenvolver por meio de suas ações um papel fundamental nas lutas, reivindicações e anseios da população residente do meio rural. No bojo dessas lutas e devires propunha-se a efetivar a união dos trabalhadores rurais junto a suas federações estaduais e à confederação nacional.

A educação do campo e no campo, portanto, sempre foi uma das principais bandeiras levantadas não só pela CONTAG, mas também pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e pela Via Campesina, bem como outras entidades correlatas. Inclusive, deve-se destacar o apoio incondicional dos movimentos sociais através da sociedade civil, especialmente dedicados à organização rural, cujo objetivo, segundo Ferreira e Silva (2018), seria “intensificar a aplicação da política agrícola e agrária, uma vez que estes movimentos atuam como uma forma de pressionar o estado na elaboração e execução da política no campo”, o que inclui “estabelecer condições de infraestrutura, saúde, educação e condições de produção”.

Enfim, os movimentos e organizações sociais e sindicais têm se revelado comprometidos com o campo. Como observa Caldart (2009, p.39): “A Educação do Campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo”. A “educação bancária”, segundo Freire (2016) critica o convencional da história que oprime os educandos. No espaço rural, seus conteúdos e práticas são descontextualizados das realidades dos educandos, movidos por organizações e formatos de ações onde não se dá a participação dos sujeitos e não se considera sua cultura, tratando os envolvidos como meros objetos.

O direito a uma educação do campo e no campo compõe os elementos de uma perspectiva engajada em visão social mais equânime e por isso “faz-se necessário a busca constante para construir novas bases produtivas que democratizem a terra, eliminem a propriedade privada dos meios de produção, que

garantam a soberania alimentar e preservem a biodiversidade, e que possibilite a geração de renda” (Santos, 2010, p. 98).

Diante das conquistas referentes às lutas das organizações populares organizadas das trabalhadoras e dos trabalhadores foram criados inicialmente alguns programas em parceria com o governo federal, entre eles o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que tem como objetivo: “Fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável.” Além disso, deve “oferecer educação formal aos jovens e adultos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em todos os níveis de ensino e áreas do conhecimento; melhorar as condições de acesso educação do público do PNRA; e, proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais” (...) Dentre as formas a serem implementadas para a consecução esses objetivos se preconiza a “formação e qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos” (Brasil, 2016, p. 13).

Considerando que o Brasil possui perante a sociedade os mais baixos índices de escolaridade no meio rural, o movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais construiu propostas contundentes para transformar a realidade do campo, destacando as conquistas oriundas de lutas como as normativas acerca da Educação do Campo, como retratado a seguir:

A Resolução CNE/CEB Nº 1, de 3 de abril de 2002, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; a Resolução CNE/CEB Nº 2, de 28 de abril de 2008, que estabeleceu as Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de atendimento de Educação nas Escolas do Campo; o Decreto 7.352 de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e a Portaria Nº 86, de 1º de fevereiro de 2013, que criou o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo). (CONTAG, 2021, p. 5).

Estudando a experiência de construção da agrovila de Aracoiaba, situo meu olhar no que considero eixo teórico-prático da educação do campo: a escuta às vozes dos sujeitos que a fazem, agricultores e agricultoras. É assim que desejo sublinhar essa vertente teórico-prática que baliza esta pesquisa, desde seu título.

### 3.3 Desenvolvimento Rural Sustentável

Diante de vários fatores intervenientes, que atuam no desenvolvimento de determinado território, região ou localidade específica é prudente haver discussões pertinentes para avaliação dos impactos e benefícios que considerem a diversificação de atividades geradoras de trabalho e renda, bem como os potenciais capazes de gerar alternativas para a diminuição do êxodo rural de jovens e a redução da vulnerabilidade produtiva e social.

Salienta-se a importância de tratar o desenvolvimento sustentável efetivamente, organizando-se linhas de questionamento, e estudando experiências em vias de consolidação. Examinar a legitimidade de práticas novas, seu respeito à cultura local frente à incorporação de novas leituras de fatos históricos, se faz necessário. É preciso considerar os saberes das lutas sociais nessa ação de pensar sustentabilidades, o que já é percebido pelos que atuam no mundo rural e vivenciam suas contradições. Em termos gerais, não faz sentido levantar discussões relacionadas a temática de desenvolvimento sustentável se em algum momento não se tentar trazer as reflexões para o debate e diálogo com a sociedade maior (Almeida, 2003). É nesse território de conflitos que a autonomia científica se impõe, ante o poder da acumulação capitalista (Acselrad, 2014); no entanto, como observa o autor, abrir debates e reflexões não significa fechar acordos que não interessam o compromisso que devemos ter com a justiça ambiental.

Souza (2019) acredita que as diferenças de cada região rural devem ser consideradas, e para isso se pode tentar explicitar singularidades mediante indicadores que caracterizem o território rural em pauta. Os indicadores teriam a função de fornecer um retrato da realidade, e esta pode ser apreendida de forma simplificada através de indicadores, que fornecem uma fotografia da realidade. É nessa medida que se tornaria possível considerar as heterogeneidades que dizem do que é e o que produz cada lugar e como vive aquela população singular, como lidam com suas organizações e suas conquistas feitas e a fazer.

Os indicadores, ainda, devem abordar as diversas dimensões da realidade, quais sejam, os aspectos econômicos, sociais, demográficos, geográficos e institucionais determinantes da geografia humana e política do lugar. Assim, pensa o autor se poderia indiciar referências para as intervenções na realidade, orientando a

vida coletiva e as políticas públicas que estão interagindo no dinamismo de um espaço territorial.

De acordo com Bernstein (1996), citado por Weisheimer (2013, p. 53), o desenvolvimento e crescimento econômico pode ser compreendido como condição necessária, mesmo reconhecendo ser insuficiente para o progresso social de necessidades básicas como saúde, alimentação e superação de pobreza absoluta, pois que se deve considerar outras condições para uma existência humana digna e mais plena, como o acesso universal à educação, a participação política e a liberdade. Bolter, Haas e Fenner (2012) reforçam o pensamento de que somente é possível haver desenvolvimento quando as pessoas são livres nas decisões de suas ações, pensamentos e participarem efetivamente dos processos a serem estabelecidos para si e seu grupo social.

É preciso ter cautela, pois, ao tratar de ações de desenvolvimento, pois algumas vezes resultam em problemas socioambientais por não serem discutidas ou elaboradas com a participação do público a ser beneficiado, principalmente em territórios rurais onde a prática de “assistencialismo” é comumente exercida, podendo resultar em uma política desenvolvimentista rural alienada e aviltada. Gehlen (2004, p. 97) considera que as políticas desenvolvimentistas que intervêm na agropecuária brasileira historicamente têm sido marcadas pela violência e mesmo crueldade, como ele assinala, porquanto não é raro o extermínio de indígenas e afrodescendentes, povos quilombolas e outros grupos sociais excluídos.

Dessa forma, é esperado que um desenvolvimento rural que pense a partir desse legado histórico e político possa intervir na emigração rural, produzindo aumento da renda, redução progressiva da pobreza, inserção cultural e proporcionando uma melhor qualidade de vida e educação (Souza, 2019).

Não se deve comparar o entendimento de Desenvolvimento Rural das décadas de cinquenta (50) e sessenta (60) com os dias atuais, principalmente na falsa impressão de modernidade e melhoria da qualidade de vida dos camponeses, inclusive em pequenas cidades interioranas. Na época, havia o consenso em torno dos “benefícios” propiciados através da “revolução verde” (Navarro, 2001), mas atualmente se questiona a falácia de determinadas vertentes de atuação que se denominam capazes de produzir desenvolvimento, como relata Albergoni e Pelaez (2007) quando trata que o “modelo de produção agrícola” empregado começou a

manifestar indicativos de declínio dos retornos econômicos esperados. Desenvolvimento do ponto de vista de quem?

### **3.4 Políticas Públicas no âmbito do “rural”**

As políticas públicas voltadas para populações residentes no meio rural são essenciais para o desenvolvimento e garantia de dignidade dessas pessoas, e suas formulações e consecução definem abordagens políticas, bem como suas concretas inserções e efetivações. São muitos os conceitos e definições sobre o tema, mas Souza (2006, p. 26) articula a compreensão política também aos processos de conhecer, daí pensando o conceito de políticas públicas como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”.

Campos (2011) define política pública como uma ação do poder público que se corporifica por meio da demanda de uma população em que prevalece o interesse coletivo. No mesmo raciocínio, Lima (2014) afirma que o campo das políticas públicas abarca ações onde o Estado intervém, objetivando economia e bem-estar social, em sentido amplo, daí importar, nessa visada, a vigilância sindical e outros mecanismos de controle da população, para que de fato se atue em termos produtivos e intervindo junto à melhoria das condições de vida coletivas.

Já para Gehlen (2004) qualquer que seja a política que busque transformações estruturais no meio rural estabelece uma interface incômoda de interesses oligárquicos que geram marcantes transfigurações referente a alianças, conflitos, relações e possíveis contradições no âmbito local, regional e/ou nacional da sociedade.

Para Junqueira e Lima (2008) o Estado executa políticas públicas, compreendendo como um conjunto de ações e decisões selecionadas estrategicamente com a finalidade de promover o crescimento e o desenvolvimento de um setor econômico ou de território. Nesse quadrante de devires e limites, as políticas públicas se revelam como ações que lidam com conflitos e desigualdades, expressando por vezes conjuntos de ações formais ou não, que dizem das relações de poder em pauta, falando de hegemonia (dominação com consentimento) e contra-hegemonia (resistência à hegemonia de uma classe ou setor da política). Por meio

das políticas públicas, porém, mesmo com contradições se intenta reparar desigualdades históricas vividas pelas populações do campo (Rua, 2005).

Com o entendimento das políticas públicas como esse concerto problemático de limitações e possibilidades, vemo-las, porém, como algo primordial para pensar e em alguma medida levar à frente o esperar das gentes.

### **3.5 Políticas Agrícolas**

Considerando a realidade das comunidades rurais do Brasil, sendo são bem diversificadas e com especificidades próprias, há inúmeros desafios históricos, inclusive jurídicos que se perpetuam até os dias atuais, exigindo ação coletiva (Brito; Held; Botelho, 2013). Nesse campo tenso, a mentalidade que configura o pensar dominante se confronta com os desejos coletivos das populações dos trabalhadores da agricultura, daí ocasionando-se discussões e se encontrando elementos de reação, avançando, portanto, a resistência ante as correntes ideológicas hegemônicas. Nesse conjunto de conflitualidades, como vimos de dizer, se situam as políticas públicas que se voltam para o universo agrícola.

Temos reparado que, como assegura Garcia e Vieira Filho (2014), a atividade agropecuária é considerada setor estratégico não somente enquanto desenvolvimento econômico, nem se limitando na geração de emprego e renda, mas também envolve a vida social, que por sua vez deve articular segurança alimentar, e o que acirra exclusões sociais. Ainda, não se pode esquecer de que não se poderia falar de desenvolvimento sem considerar a necessidade de não só manter o que se tem como conquistas no desenvolvimento sustentável das populações do campo, mas não esquecer que também se impõe alcançar mais qualidade ambiental nos ecossistemas.

Considerando a importância e os pressupostos do setor agropecuário brasileiro, deve-se, então, analisar os fatores que fazem parte de todo contexto histórico referente à temática em questão, no que se refere, inicialmente, aos princípios fundamentais da lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 que dispõe sobre a política agrícola.

De acordo com Brasil (1991) respeitando as diretrizes determinadas na Constituição Federal de 1988, reconhecendo a necessidade de uma reforma ampla

da política agropecuária brasileira, explícito no artigo 3º como objetivos centrais da política agrícola:

- I - Na forma como dispõe o art. 174 da Constituição, o Estado exercerá função de planejamento, que será determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, destinado a promover, regular, fiscalizar, controlar, avaliar atividade e suprir necessidades, visando assegurar o incremento da produção e da produtividade agrícolas, a regularidade do abastecimento interno, especialmente alimentar, e a redução das disparidades regionais;
- II - Sistematizar a atuação do Estado para que os diversos segmentos intervenientes da agricultura possam planejar suas ações e investimentos numa perspectiva de médio e longo prazos, reduzindo as incertezas do setor;
- III - Eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura;
- IV - Proteger o meio ambiente, garantir o seu uso racional e estimular a recuperação dos recursos naturais;
- [...] VI - promover a descentralização da execução dos serviços públicos de apoio ao setor rural, visando a complementariedade de ações com Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, cabendo a estes assumir suas responsabilidades na execução da política agrícola, adequando os diversos instrumentos às suas necessidades e realidades;
- VII - compatibilizar as ações da política agrícola com as de reforma agrária, assegurando aos beneficiários o apoio à sua integração ao sistema produtivo [...].
- [...] X - prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família [...].

No recorte da pesquisa em pauta se faz preciso ouvir o que dizem os agricultores sobre todo esse processo da experiência da construção da agrovila de Aracoiaba, que abarca o campo onde se insere o reassentamento, a construção do açude Aracoiaba e o projeto São José III, que atua, como vimos, no âmbito da política da agricultura familiar, em seus diversos componentes.



## **4 OBJETIVOS**

### **4.1 Geral**

Levantar e analisar o que dizem os agricultores e agricultoras sobre a experiência de reassentamento, construção da agrovila de Aracoiaba (CE) e o Projeto São José III.

### **4.2 Específicos**

- Descrever e analisar o que dizem os sujeitos da pesquisa, prioritariamente agricultores e agricultoras, sobre a experiência do reassentamento e a construção do açude Aracoiaba, situados no contexto da experiência da construção da agrovila de Aracoiaba, no Maciço de Baturité, alvo da pesquisa.
- Reflexionar sobre o que dizem os agricultores e agricultoras da agricultura familiar do Projeto São José III, que se situa no âmbito da experiência de construção da agrovila de Aracoiaba (CE).

## 5 METODOLOGIA UTILIZADA

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a Pesquisa Participante, com procedimentos metodológicos pertinentes ao recorte escolhido. Os temas envolvidos em nossa abordagem o reassentamento, a construção do açude e o Projeto São José-III, cujos atravessamentos envolvem prismas da educação do campo, do desenvolvimento rural sustentável e outros temas voltados ao contexto geopolítico do município de Aracoiaba-CE.

Segundo Grossi (1981, p. 09), a pesquisa participante se configura como “um processo de pesquisa no qual a comunidade participa na análise de sua própria realidade, com vistas a promover uma transformação social em benefício dos participantes que são oprimidos.” Sendo “uma modalidade de pesquisa educacional voltada para a ação”, em certa medida se compromete em lidar com a “tensão contínua entre o processo de geração de conhecimento e o uso desse conhecimento” (idem, p. 09).”

A pesquisa participante é uma modalidade de pesquisa qualitativa, e, pois, descritiva e analítica, e a elejo como metodologia porque dá voz aos sujeitos e permite minha auto implicação, o que é uma superação do discurso da neutralidade em ciências. A abordagem qualitativa que elejo nesta pesquisa, segundo Godoy (1995), é reconhecida por suas diversas possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e as complexas relações sociais em que são inseridos, inscritos em vários ambientes e situações. Considero-a pertinente, ainda, porque também permite lidar com a subjetividade dos sujeitos, embora não despreze referências concretas, objetivas.

A pesquisa participante foi criada pelo etnógrafo Malinowski, aquando estudava e pesquisava sobre os nativos das ilhas Trobriand; e vem daí, segundo Córdova e Silveira (2009, p.40), o dado de que a pesquisa participante “caracteriza-se pelo envolvimento e identificação do pesquisador com as pessoas investigadas”.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa qualitativa, por envolver larga descritividade contribui para os estudos dos fenômenos como ocorrem socialmente, sendo a mais indicada para aprofundamento do conhecimento da realidade a ser estudada, do ponto de vista dos que a vivem, porquanto enseja reflexionar sobre a razão e o porquê de as coisas acontecerem segundo falam os sujeitos da pesquisa.

Já o aspecto compreensivo e explicativo dos fenômenos permite se perceba e se dê tratamento aos fatores que os causam, o que permite realizar o aprofundamento e o conhecimento da realidade em que se movem (Prodanov; Freitas, 2013).

Assim, foram utilizadas informações a partir de dados primários e secundários. Prodanov e Freitas (2013) consideram dados primários aqueles que o pesquisador extrai a partir da realidade da investigação estudada, não encontrados nem registrados em nenhum documento anteriormente. Os dados secundários são aqueles já disponíveis, ou seja, acessíveis por documentos e/ou pesquisa bibliográfica e que não foram coletados especificamente para o trabalho em particular.

Ouvir os sujeitos da pesquisa é um modo de fazer a escuta e apreensão de sua leitura de mundo. Para Freire, segundo Streck, Rending e Zitzoski (2008, p. 283) ler o mundo “é um descortinar-se também na existência do próprio mundo, muitas vezes negada aos oprimidos e excluídos desse mesmo mundo”, pois, para Freire, “não se aprende sozinho, mas em comunhão. A leitura de mundo proposta por Freire deverá sempre levar em consideração a experiência de cada sujeito envolvido no processo educativo empreendido”. Nós fizemos uma pesquisa participante, de abordagem qualitativa, portanto, consideramos o pensamento de Paulo Freire, que deu norte ao modo de considerarmos os sujeitos da pesquisa e o valor dos diálogos que são base de uma pesquisa participante.

## **5.1 Dos Procedimentos ou técnicas da pesquisa**

Utilizamos como técnicas ou procedimentos da pesquisa: o Diário de campo; as Entrevistas semiestruturadas; a Observação participante; Documentos e fotografias.

### **5.1.1 Diário de Campo**

O diário de campo é uma ferramenta imprescindível na pesquisa qualitativa, como diz Minayo, Assis e Souza (2010), sendo indispensável na obtenção de informações, que se reúne através dos registros das observações, pois que é grande o volume de informações gerenciadas na ocasião da inserção no campo empírico e escuta dos sujeitos da pesquisa e das realidades que se estuda no recorte escolhido.

### **5.1.2 Entrevistas semiestruturadas**

Dentre várias formas de coletar informações para finalidades científicas, a entrevista semiestruturada apresenta características interessantes, principalmente para quem utilizará a observação participante, pois trata os questionamentos (perguntas) de forma não fechada, respeitando um roteiro, mas não fechado a um questionário (Castro; Oliveira, 2023).

### **5.1.3 Observação participante**

A técnica da observação participante é muito importante na pesquisa participante. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 194), a mesma consiste “na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste”.

### **5.1.4 Documentos e fotografias**

De acordo com Silva, Brito e Ortega (2016, p. 241), “o documento pode ser definido como um objeto que suporta a informação, que serve para comunicar e que é durável (a comunicação pode, assim, ser repetida)”. Iremos utilizar documentos diversos, porquanto abordaremos um projeto que se conecta com políticas públicas em ação no campo.

É importante anotar que na pesquisa usamos bases de sites oficiais do Governo Estadual do Ceará, Governo Federal Brasileiro, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco Mundial, Portal de Periódicos, porquanto lidamos com um projeto institucional que se insere no campo das políticas públicas para o ambiente rural. Também outros documentos que foram compulsados segundo as necessidades do campo empírico e analítico da pesquisa.

Kossoy (2001) define a fotografia como um modo de resguardar expressões culturais, registradas ao longo dos tempos. As fotografias, nesse sentido tratam de aspectos como lembranças, histórias de vida de pessoas e lugares, religião, costumes e acontecimentos sociais importantes que foram e/ou podem ser documentados através de imagens.

Enfatizando ainda mais a importância do uso da fotografia em pesquisa, Guran (2012, p. 6) afirma que sua utilização tem vários propósitos, dentre eles “produzir registros que servem de atestado de presença de certos fenômenos sociais, mas que só se tornam eficientes se amparados pela competência fotográfica, que é própria a um uso adequado da linguagem fotográfica”.

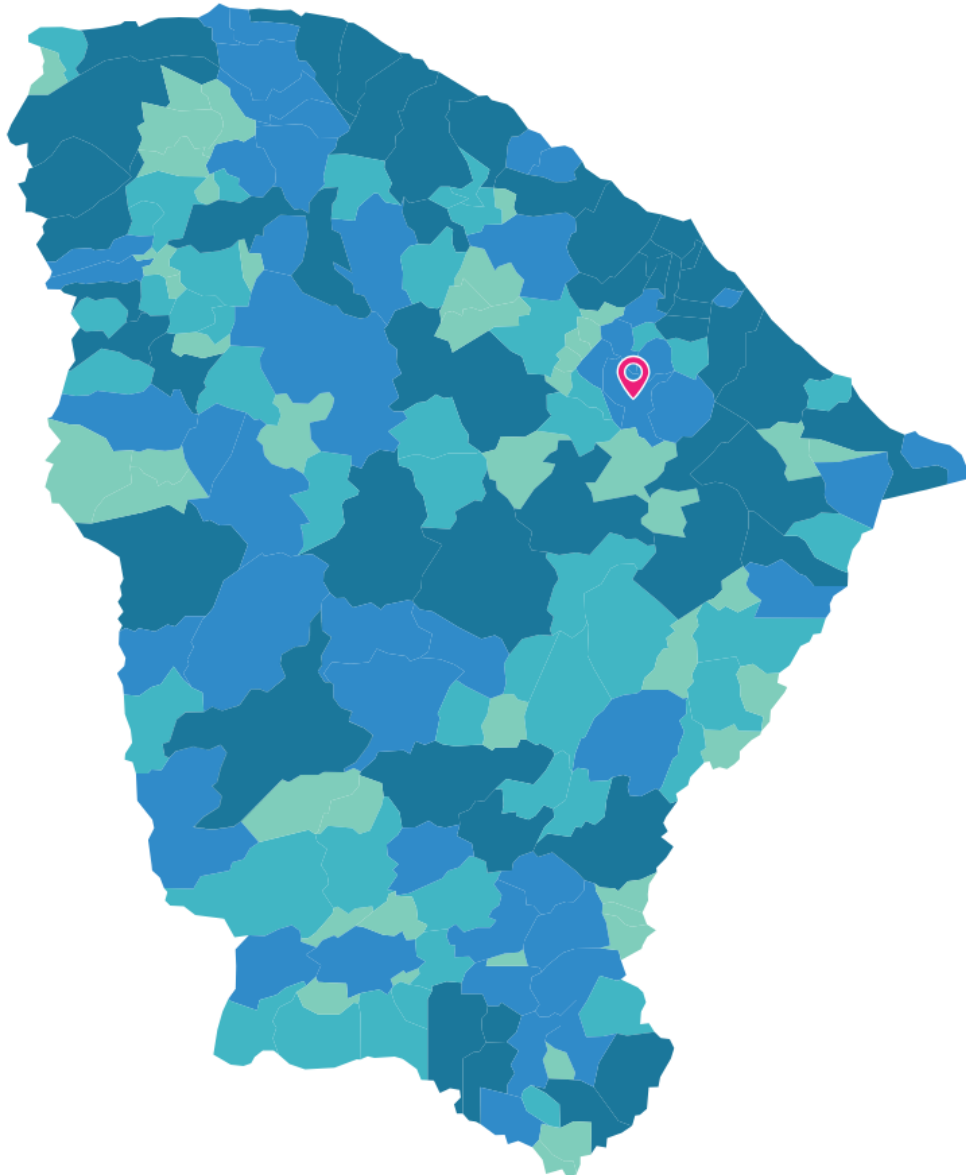
## **5.2 Dos sujeitos da pesquisa**

Os sujeitos da pesquisa foram os agricultores e agricultoras integrantes da Instituição Sócio-Comunitária da Agrovila – ISCA, na comunidade Agrovila de Aracoiaba (CE), reassentados do açude Aracoiaba, participantes do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável/ São José III. Como contraponto também entrevistamos técnicos e profissionais do estado que atuaram na construção da agrovila de Aracoiaba.

## **5.3 *Lócus* da pesquisa**

A comunidade Agrovila está situada no distrito de Lagoa São João, município de Aracoiaba-Ceará e é ela que elejo como *locus* desta pesquisa.

Figura 1 – Mapa dos municípios cearenses, destacando-se Aracoiaba.

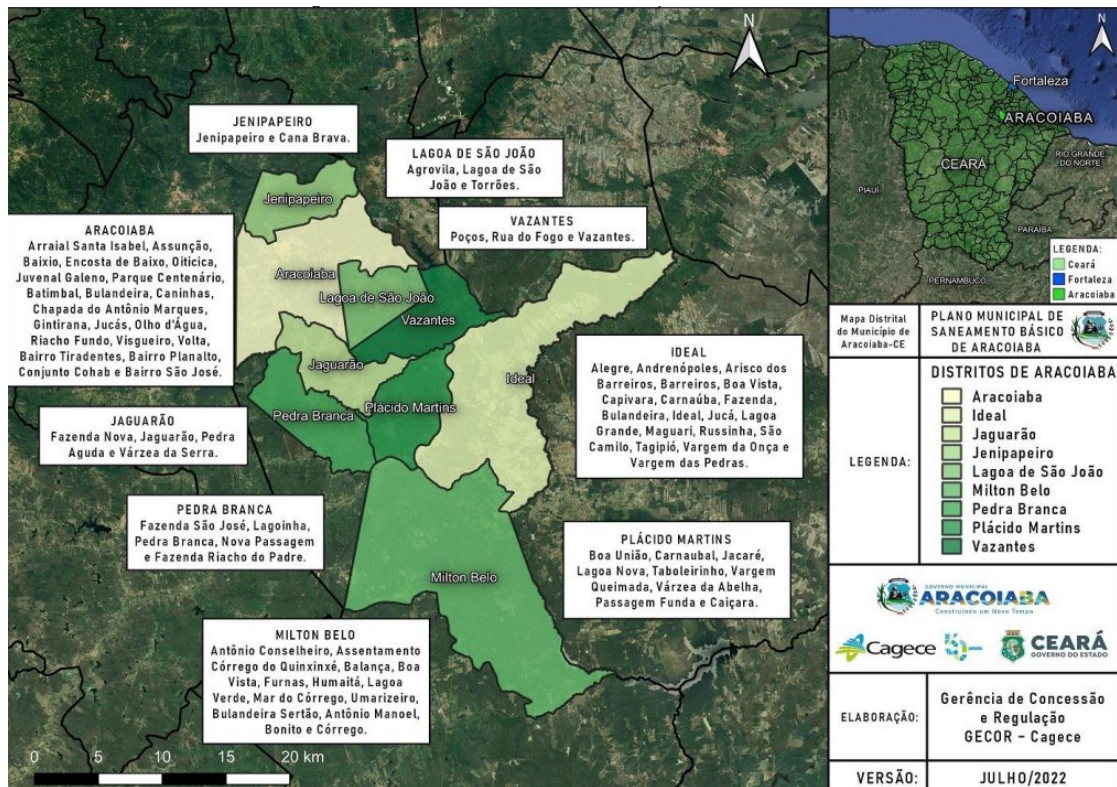


Fonte: IBGE.

Destaca-se no mapa acima a cidade de Aracoiaba, que possui população total de 25.553 habitantes, de acordo com a última estimativa do IBGE (2022), com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal de 0,597. Sua área é de aproximadamente 644 km<sup>2</sup> e densidade demográfica estimada em 39,68 hab/km<sup>2</sup>.

Este município faz parte da Macrorregião de Baturité, com distância de 96 km da capital cearense, estando dividida em nove distritos: Aracoiaba (sede), Ideal, Jaguarão, Jenipapeiro, Lagoa de São João, Milton Belo, Plácido Martins, Pedra Branca e Vazantes (Sampaio Filho, 2003, p. 30). O distrito sublinhado, Lagoa de São João, é o local da agrovila referida no universo desta pesquisa.

Figura 2 – Mapa distrital do município de Aracoiaba-CE.



Fonte: CAGECE, 2022.

A comunidade rural estudada origina-se a partir do reassentamento<sup>2</sup> involuntário de famílias atingidas pela barragem do açude Aracoiaba, que foram realocadas de suas moradias de origem para a construção da referida infraestrutura que tinha como objetivo, na época, proporcionar o desenvolvimento regional e dar soberania hídrica para as comunidades e municípios vizinhos (Barros, 2017).

Considera-se que a água do açude Aracoiaba se destina primordialmente ao abastecimento humano do município de Aracoiaba, assim como seus distritos, além, secundariamente, dos municípios de Ocara e Baturité, com diferentes finalidades, como na área da piscicultura e irrigação de culturas agrícolas ((Nippon Koei Lac, 2017).

<sup>2</sup> O reassentamento involuntário refere-se ao deslocamento involuntário de famílias em determinada área, movimentação na qual os sujeitos não são o objeto principal da ação. Tal procedimento impacta bastante as populações, pois que o processo de mudança social ocasiona saída de suas raízes comunitárias e do afetivo pertencimento ao lugar de onde são transportadas (CORTEZ, 2014, p. 32).

Figura 3 – Açude Aracoiaba.



Fonte: COGERH, 2021.

A obra foi financiada pelo Banco Mundial e Governo do Estado do Ceará, na primeira etapa do Projeto de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (PROGERIRH)<sup>3</sup> concluindo-se no ano de 2002.

Destaca-se que a obra gerou impactos econômicos, socioambientais e culturais para a comunidade, que necessitam ser mais compreendidos e analisados, buscando-se o ponto de vista dos próprios sujeitos da pesquisa e as famílias mais diretamente envolvidas por essa intervenção-formação em campo. A forma de tratamento concreto aos reassentados no lugar em que hoje se ergue a agrovila de Aracoiaba não deixa esquecer que, em termos gerais, “de acordo com relato das famílias, receberam em média R\$ 5.000 (cinco mil reais) para desocupação da área a ser ocupada pelo açude em questão” (Barros, 2017, p. 20).

Considera-se ainda que no processo de reassentamento enfrentaram grandes desafios e necessidades básicas, como por exemplo, o acesso irrestrito de

---

<sup>3</sup> Formulado pelo Governo do Estado do Ceará no ano de 1997, em parceria com o Banco Mundial, com o objetivo de ampliar a infraestrutura hídrica e fornecer suporte técnico, operacional e institucional no gerenciamento dos recursos hídricos.



água potável. Os problemas contínuos e sem soluções da comunidade chamaram a atenção dos movimentos sociais engajados nas lutas camponesas, a exemplo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que atualmente desenvolve atividades na região, junto às famílias, buscando melhorias para a Agrovila e as comunidades em seu entorno, assim como junto aos demais coletivos que foram impactados por projetos hídricos no Estado.

Considerando os fatos e buscando amenizar as dificuldades da comunidade Agrovila, através da inserção de suas famílias em atividades produtivas para geração de emprego e renda, o Governo do Estado do Ceará, por meio do Projeto São José III, iniciou a implantação de uma Agroindústria de Beneficiamento de Castanha de caju e Polpas, com Investimentos em máquinas e equipamentos, com valor global do Instrumento de R\$ 827.302,53 (número do processo: 0234002/2017, Termo de Fomento SDA (Secretaria de Desenvolvimento Agrário) nº. 23/2017. (Ceará, 2017).

#### **5.4 Quadro de matérias**

**Capítulo II** – No capítulo segundo, traremos narrativas e análises que envolvem o reassentamento e a construção do açude de Aracoiaba, situados no contexto do Maciço de Baturité, ambiência geopolítica desta agrovila, cuja construção é alvo da pesquisa.

É neste capítulo, portanto, que ouviremos as vozes dos sujeitos agricultores e agricultoras, sobretudo, mas também daremos voz também aos técnicos que participaram dessa experiência da construção da agrovila de Aracoiaba.

Abordaremos alguns aspectos do Desenvolvimento Rural Sustentável, a Construção do açude de Aracoiaba, o reassentamento da agrovila de Aracoiaba e o PDRS/PSJ III, da crítica a uma visão do semiárido e das secas que geraram mistificações políticas que sustentaram oligarquias rurais e latifúndios. O ambiente geopolítico de Aracoiaba não escapa a este contexto. Mas focalizaremos principalmente estas políticas e temáticas no âmbito das propostas da construção da agrovila, que abarca o reassentamento e a construção do açude, bem como os problemas e conflitos daí advindos, as políticas públicas no assunto, o papel do técnico, seu acompanhamento, dentre outras questões, sempre seguindo a escuta às falas dos agricultores e agricultoras sujeitos da pesquisa.

Ressalta-se que neste capítulo se busca na história dos sujeitos, agricultores e agricultoras, muito particularmente o que viveram antes da intervenção vivida com o projeto São José (que será tratado no capítulo seguinte).

**Capítulo III** – Este capítulo aborda o ponto de vista dos sujeitos da pesquisa sobre o trabalho dos agricultores e agricultoras no Projeto São José III, na Agrovila de Aracoiaba. Ouviremos na estruturação da reflexão que fazemos, prioritariamente o que dizem os sujeitos do lugar, agricultores e agricultoras, sobre o processo de produção vivido, no contexto da experiência de construção da agrovila de Aracoiaba.

Neste capítulo as análises dão substância ao que se captura do que dizem os que protagonizaram o processo de produção vivido no decorrer do Projeto São José III, na Agrovila de Aracoiaba.

## 6 REFERENCIAL TEÓRICO

Pensar Educação do Campo, uma das categorias de estudo centrais nesta pesquisa, nos leva ao pernambucano Paulo Freire (1921-1997), que deixou um legado imensurável, principalmente no Brasil, seu país de origem. O mesmo é referência mundial e foi um dos principais pensadores revolucionários na área da educação no século XX, por defender sua teoria designada de Pedagogia do Oprimido (1968). Desenvolve sua pedagogia em várias frentes, em livros que serão consultados como bibliografia base nesta pesquisa, principalmente os livros Educação como prática de liberdade (1967), Pedagogia da Esperança (1992), Pedagogia dos Sonhos Possíveis (2001), Pedagogia da Autonomia (1996), nas quais propõe a transformação social através do acesso à educação como uma das pilastras e da forma de atuar com a educação libertadora.

Devo dizer mais algo sobre Freire. Em sua trajetória pessoal e profissional desenvolveu estudos sobre educação, e alfabetismo, valorizando os sujeitos e seus contextos, seus saberes e vidas em suas comunidades. Com ele a ideia de experiência, de leitura de mundo, de horizontalidade no diálogo, inédito viável, o ensinar-aprender em sua horizontalidade, bem como relação dos saberes com a vida e os contextos de aprendizagem, dentre outros aspectos, deverão ser referências que auxiliam nosso fazer pesquisa como intervenção junto às realidades coletivas. Através do método de alfabetização criado por Paulo Freire, vemos que o educador almejou se tornasse a educação como despertar do processo de autonomia e conscientização das pessoas. O pedagogo defendia que todos os sujeitos podem se tornar ativos no ambiente que vivem, modificando situações de opressão para dizerem sua palavra, pensando de novas formas o inédito viável, na nossa atuação ser-mundo.

Um ano antes do golpe militar de 1964, Paulo Freire realizou uma experiência inédita de alfabetização popular com trabalhadores rurais que atuavam no corte de cana de açúcar em Angicos, cidade do interior de Pernambuco, resultando na alfabetização e politização dos atores e atrizes envolvidos em um curto período de tempo. Seu método tem a proposta de estimular as pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar, e que por meio da educação, em comunhão, inserem-se nos contextos sociais e políticos como agentes de transformação, mediante transcorrer pedagógico onde conta a dignidade e a cidadania. Nos exercícios práticos do alfabetismo traz modos de pensar palavras e significados como ferramentas de

transformação; temas-palavras que estão no cotidiano dos/as educandos/as são relidos criticamente; e, posteriormente, faz-se a escrita das (antigas e novas) palavras, depois de se ter feito a reflexão sobre a nossa prática com elas. A discussão do significado social do tema abordado trabalha a visão crítica e o potencial de transformação dos sujeitos, que se olham ao olharem juntos o contexto vivido por todos.

As ações educacionais freirianas eram consideradas subversivas pelos golpistas que instauraram a ditadura em nosso país, sendo por consequência exilado na Bolívia, Chile e em Genebra-Suíça onde viveu por longos 10 anos. Seu retorno ao Brasil aconteceu em 1980, após dois anos da implementação da lei da anistia, quando o educador então se filia ao Partido dos Trabalhadores – PT, atuando como supervisor no programa de alfabetização de adultos do partido. O educador popular é um dos autores que fazem parte da área da educação com publicações mais lidas em todo o mundo, porquanto sua prática pedagógica considera de uma nova forma a relação entre professor e aluno, alunos mediados por leitura de mundo, contextos e suas transformações. No trabalho com os oprimidos critica veementemente na educação tradicional o aspecto de sua forma de educar que é considerado “bancário”.

O livro *Extensão ou Comunicação* (1979), sendo muito importante para mim, mostra um paralelo entre a relação do engenheiro agrônomo com o camponês, assim como a relação do professor com o aluno. Essa referência importa tanto como conteúdo para a pesquisa, como também guia o método, a abordagem dos saberes e falas dos agricultores e agricultoras que vou ouvir.

A obra *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar* (1993) e *Pedagogia da autonomia* (1996) tratam de questões desafiadoras e práticas; abordam uma categoria que muda a perspectiva da educação, a problematização, que por sua vez propõe o diálogo mediado pelo material de vida do cotidiano dos educandos, visto de forma viva e crítica, o que será fundamental nesta pesquisa.

Freire tem grande influência em minha prática de vida, como cidadão e profissional. Meu primeiro contato sobre a vida e obra do pedagogo foi no início do curso de agronomia, através das aulas do inesquecível professor Ribamar Furtado, buscando entender o que o livro “*Pedagogia do Oprimido*” poderia acrescentar em minha futura profissão no tocante ao diálogo e à relação com agricultores/as e comunidades rurais. Busco cotidianamente replicar seus ensinamentos e lutar por seus mesmos ideais, contra as desigualdades sociais, conscientização crítica das

peças perante as desigualdades na sociedade existente e a busca incansável do esperar, que também se diz por meio de uma reforma agrária condizente com a realidade e os sonhos dos camponeses.

De Roseli Salette Caldart trago as leituras da história de lutas para se ter em conta a perspectiva do homem simples do campo e seu lugar social. Roseli Caldart nasceu em Erechim, Rio Grande do Sul. É integrante do Coletivo Nacional de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo. Faz parte da coordenação pedagógica dos cursos de formação de educadores do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA). É doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Já Miguel Gonzáles Arroyo me dará sobretudo o estudo na vertente do trabalho, questionando a alienação desse princípio e propondo-o como fundamental no olhar educacional que critica uma escola improdutiva. Entre os livros que utilizaremos como referencial para esta pesquisa estão: Educador em diálogo com nosso tempo (2011), Currículo, território em disputa (2014), Vidas, outros sujeitos, outras pedagogias (2017), Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres (2017) e ameaçadas exigências – respostas éticas da educação e da docência (2019).

Miguel Arroyo nasceu em 1935, no povoado de Sotillo de la Ribeira, na Espanha. Perseguido pela ditadura Franco, chegou ao Brasil no fim da década de 1950. Trabalhou como membro da diretoria da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) de 1990 a 1995, tendo sido também secretário adjunto de Educação, em Belo Horizonte e assessor de inúmeros movimentos sociais. Professor titular aposentado e emérito da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. É defensor incondicional da educação integral, que tem o trabalho como princípio educativo, e propõe que a pedagogia dialogue com a realidade dos sujeitos da educação, especialmente aqueles pertencentes às classes trabalhadoras. Atualmente Miguel Arroyo acompanha propostas educativas em várias redes estaduais e municipais do país.

Henri Acselrad nos oferece uma visão dos conflitos ambientais no mundo e nos alerta para como se comportam as formas das disputas pelo controle e exploração dos recursos ambientais. Mostra-nos as regulações estatais e as políticas

públicas, bem como as pressões do mercado com as estratégias que usam para tentar privatizar a água, e a resistência dos movimentos sociais.

Ingra Freire de Oliveira, em sua dissertação de mestrado trata da análise do conceito de desenvolvimento sustentável, discute como historicamente vai se diferenciando e aponta as relações entre estas mudanças e as agendas locais e internacionais que o discutem.

Milena Marcinha Alves Braz nos traz uma complexa referência com seu estudo “Águas para o Ceará: Experiências de Trabalhadores a partir da construção do Complexo Castanhão”, sua tese de doutorado (2011). Este trabalho nos auxilia a ler a questão do reassentamento e ouvir os sujeitos que o vivenciam como agricultores assentados.

Albuquerque et al. (2004) estudam políticas públicas e projetos de assentamento, nos oferecendo um painel sobre aspectos psicossociais da questão, que vão auxiliando a fugir a um tecnicismo que reduz a complexidade das temáticas tratadas sobre a questão de assentar trabalhadores do campo.

## 7 CAPÍTULO II

Neste estudo introdutório da experiência da construção da agrovila de Aracoiaba, no contexto geopolítico do Maciço de Baturité, reflexionamos neste capítulo sobre as propostas e encaminhamentos que se deram no erguimento desta agrovila. O texto e a pesquisa são conduzidos em especial pelo modo como viveram e sentiram este trecho de sua história, os agricultores e agricultoras protagonistas dessa ação, embora também se escute outros sujeitos, quais os técnicos que participaram do processo do reassentamento e da construção do açude, marcos da construção desta agrovila.

Este capítulo, portanto, traz descrições e questões narradas pelas vozes dos sujeitos da pesquisa, pelos sertanejos, sobretudo, envolvidos na que abarca aspectos do reassentamento proveniente da construção do açude de Aracoiaba, situada no contexto do Maciço de Baturité, ambiência geopolítica desta agrovila. Faremos, então, um caminho na pesquisa, abordando o âmbito das propostas e efetivação da agrovila, recuperando nas narrativas o início da construção de um açude e do reassentamento, na visão em particular, dos agricultores em sua ida para este novo lugar, a agrovila que fica ao lado da comunidade Lagoa de São João, no município de Aracoiaba.

Para compreendermos a experiência da agrovila, e todo esse conjunto de aspectos citados, fez-se algumas leituras das políticas públicas no assunto (aspecto geopolítico), ou seja, tratamos de considerar o êxito reflexivo do desenvolvimento sustentável, como realidade e como devir, que embasaram esta iniciativa. Também enfocamos os problemas e os conflitos percebidos sobretudo pelos agricultores, vozes fundamentais da pesquisa. Em todos estes percursos teórico-metodológicos da pesquisa usamos como guia as falas de agricultores e agricultoras da comunidade que constitui a agrovila de Aracoiaba, referida.

Na história dos sujeitos, agricultores e agricultoras, demos ênfase ao que falam de suas experiências vividas antes da intervenção do projeto São José III.

A seguir faremos uma articulação do campo empírico junto às análises que ele suscitará. Desse modo é que abriremos o cenário que nos traz o que dizem os sujeitos na experiência de construção da agrovila de Aracoiaba.

O processo de (re) assentamento da agrovila de Aracoiaba – Ceará e a construção do açude são marcos deste momento. Ouvimos os entrevistados, alguns

associados e atuantes na Associação Comunitária – ISCA, dentre outros sujeitos, quais sejam: Gardênia, Ipê, Angicos, Espada de São Jorge, Jasmim, Juazeiro, Aroeira. E os técnicos: Carnaúba, Caroá, Catanduva, Alecrim, Baraúna, Baobá, Jericó, Mangaba, Sabiá, Rubi, Esmeralda, Quartzo, Turmalina, Ametista e ônix. São estes nomes pseudônimos dos sujeitos da pesquisa.

De início, começamos a conversar com os sujeitos da pesquisa sobre a vida na agricultura, tentando entender de que lugar social falavam, ao referirem-se a si mesmos. Abaixo, vemos um trecho do diálogo, que mostra com suas palavras o que ficara nítido desde logo: “O pessoal que estava aqui vivia da agricultura.”

**P.** O pessoal vivia de quê? Era agricultura?

**Gardênia:** A maior parte eram meeiros dos donos da terra. Por exemplo, o tio dele tinha essa parte aqui, e ainda tinha duas casas que tinham um morador cada uma. Lá no doutor Ari tinha não sei quantos morador; no doutor Francisco, eu não sei quantos moradores. Então, todos os moradores também receberam indenização porque tiveram que sair. O dono da terra foi indenizado e os moradores também.

**P.** Então nesse processo o governo pagou o fazendeiro e os moradores do fazendeiro?

**Angico:** Todo esse pessoal, de todo modo vivia da agricultura.

**(Entrevistados: Gardênia, Angico).**

Logo depois de se ouvir que ali havia de um tudo, se escuta de Gardênia e Angico que nas comunidades reassentadas, no período anterior ao reassentamento, “havia de um tudo” no lugar onde eles trabalhavam como agricultores. Repare-se que os entrevistados se referem ao cuidado com o preparo da terra, mostrando que “não precisavam arrancar toco”, o que pode ser lido como sinal empírico (percepção) de terra fértil ou forma de trato familiar, corrente na cultura do lugar, com o ato de *aradar* (o que significa arar a terra ou prepará-la para o plantio). Leiamos:

**P.** Como é que era a agricultura, nessa época? Qual era as culturas que eram plantadas?

**Angico:** Tinha plantio de um tudo! A gente de primeiro não arrancava toco. A mandioca era plantada no meio do toco. Dava mandioca grande. Hoje em dia ela tem que ser aradada, a gente tem de arrancar toco...

**P.** Vocês plantavam na várzea? Era mandioca, cajueiro, milho, feijão?

**Angico:** Era.

**Gardênia:** Tinha também o algodão, que eu lembro que vocês falaram que naquele tempo tinha algodão.

**P.** Arroz, plantavam?

Espada de São Jorge: Plantava arroz também. Tudo junto.

**P.** Tá com os anos que não planta mais, né? A política social não tinha?

**Angico:** Nada, nada. O pessoal vivia muito do que plantava ali.

**(Entrevistados: Gardênia, Angico).**



Os estudos das culturas nativas, tanto agrárias como dos pescadores, mostram que o mundo das águas, terra e vida em comum se misturam e não se fragmentam, mostram diálogos. Vejamos como os agricultores falam da pescaria como um mundo único, misturado ou ligado profundamente ao modo de viver e produzir a vida agrária e o convívio local. Reparemos que eles disseram: “Tinha pescaria no rio: Era traíra, Piaba, Curimatã, Piau, Carazinho, Camarão, Muçum, Bodó, Cangati e veio um Bodó outro dia blindado...”

**P.** Pescaria, tinha?

**Angico:** No rio. Tinha pescaria no rio.

**P.** Quais eram os peixes que havia?

**Angico:** Era traíra, Piaba, Curimatã, Piau, Carazinho, Camarão, Mussum, Bodó.

**P.** E Cangati.

**Gardênia:** Conhece Cangati?

**P.** Conheço!

**Gardênia:** Eu vim conhecer aqui, não sabia nem o que era.

**P.** Faz tempo que não vejo Bodó.

**Gardênia:** Aqui apareceu Bodó blindado. Ainda tem! Quando a lagoa enche, aparece é muito.

**Angico:** Agora ninguém sabe de onde foi que veio.

**Gardênia:** Eles andam no seco, o bodó blindado. Já te falei mil vezes que eles andam no seco. Foi subindo na água, na lagoa, aí, né? Sete Léguas é o nome do bodó blindado também.

**Angico:** Tem lá, perto da fábrica, na lagoa. O menino diz que tem é raiva de pescar lá, que dá um lance vem cheinho de bodó blindado. Agora é gostoso demais.

**(Entrevistados: Gardênia, Angico).**

O bodó blindado meu pai falava que era lindo. A pele do peixe era lustrosa e com um brilho que fez com que se dissesse que ele parecia blindado, com uma capa resistente e brilhosa. Lembro-me que, à noite, eu escrevi no meu Diário de Campo:

Meu pai era um homem do campo. Ainda é. Agricultor. Anos atrás cultivava arroz, milho, feijão e a gente vivia também do que ele plantava. Consumo familiar. Ele não me levava a trabalhar com ele, não queria que eu ficasse vendo sua luta ou labuta, mas brincasse como criança. Ele e minha mãe sempre priorizavam a questão dos estudos. Para eles se eu estudasse eu teria uma vida menos dura que a deles. E talvez lutasse por coisas que eu poderia ter conhecido por ter vivido em um meio de agricultores e pescadores. Ouvindo os sujeitos da pesquisa percebi o quanto pertencia a seus mundos. Lembrei dos meus tios que foram e são pescadores. Quando eles voltavam da pesca tudo era dividido na família e amigos de perto.

**(Diário de Campo).**

Na Cartilha do Povo Tremembé (1997) há uma história que mostra a resistência indígena popular, e sua tentativa de reconstruir um tempo passado o que os unia. No caso da pesca, a distribuição dos alimentos era considerada um ato de partilha que devia ser continuado. Leiamos:

“Um certo dia Raimundo Louro saiu de casa às sete horas da manhã para pescar de choque na Lagoa do Gengibre. Pescou até às onze horas e pegou três quilos de peixes. Quando ele chegou em casa, tirou um quilo para almoçar e dividiu dois quilos para os vizinhos, pois cada vez que ele vai pescar e pega muito peixe, ele cumpre com seu costume.” (**Cartilha do Povo Tremembé.**)

Como se lê acima, na cartilha em que o povo Tremembé conta histórias a seus filhos, havia um tempo em que se convivera juntos (os agricultores), antes de um período em que a vida de todos deveria mudar.

Ali, em Aracoiaba, eu ia me aproximando da percepção da vida antes dessa vinda para o novo lugar, em um momento anterior à construção da agrovila. Eram três comunidades que viviam juntas: a Volta, os Poços e a Encosta. Lia-se:

**P.** Aí tu morava aonde?

**Angico:** Em Fortaleza. Isso aqui era do meu tio, a terra aqui.

**P.** Tá. Aí tu veio logo depois do reassentamento?

**Angico:** Foi depois.

**P:** Passou muito tempo ou não?

**Gardênia:** Não, eu vim três anos depois do reassentamento.

**P.** Tu sabe como era a vida deles aqui? Onde é que eles moravam? Era aqui mesmo? Como era a vida antes?

**Gardênia:** Era na “Volta”, uma comunidade; nos “Poços”, uma outra comunidade, e na “Encosta”, uma outra comunidade ainda. Eles moravam nessas três comunidades.

**P:** Eram três comunidades, então.

**Gardênia:** Três comunidades. A gente até apelidou as ruas aqui assim, com esses nomes dos lugares de onde vinham os reassentados. Quem era da Volta mora na rua volta... Assim, tem a Rua da Encosta, a Rua da Volta e a Rua dos Poços. Enfim, o pessoal reassentado era o pessoal que morava aqui, no entorno do rio onde foi construída a bacia.

**(Entrevistados: Gardênia, Angico).**

Na realidade, sempre havia uma história anterior, que gerava um sentimento de pertencimento ao lugar e ao ambiente social de seu convívio, uma história de trabalho e de anseios maiores. Sentimentos que geravam o que chamo de amor pelo fazer agrário como um campo que marca um tipo de relação com a vida e o meio. Como disse Juazeiro: “Antes a gente vivia da roça mesmo: plantando e colhendo quando tinha inverno.” Leiamos o contexto desta fala e o que nos informa dos sujeitos e seu pensamento.

**P.** – Tá. Me diga uma coisa: nessa época, antes mesmo dessa conversa do açude, dessa transição de vocês, de lá para cá, como era a vida de vocês? Vocês viviam de quê?

**Juazeiro** – A gente vivia da roça mesmo. Plantando e colhendo quando tinha inverno. Cara, a gente era morador. Era assim que a gente trabalhava; os mais antigos era quem tinha terra, né? Aí tinha tempo que a gente trabalhava para outro fazendeiro, porque lá tinha era muito fazendeiro, lá na “Volta”.

Tinha muito fazendeiro doutor, que mora em Fortaleza e tinha fazenda por aqui; a gente trabalhava sempre pra eles.

**Jasmim:** – Não tinha política social ainda. Como não tinha bolsa família ainda nem algum auxílio do governo. Então, era tudo na base da agricultura mesmo.

**P.** – Vocês plantavam o quê?

**Juazeiro** – Milho, feijão e arroz. E plantava mandioca também.

**P.** – E vendiam os produtos dessa época? Vocês consumiam um tanto e vendiam o que sobrava? Como era?

**Juazeiro** – Quando a gente fazia mais um arrozinho, a gente vendia uma parte. Mas a gente nunca vende tudo. Quem é agricultor nunca vende sua safra toda. Se faz cinco (5) sacos, vende dois (2) e fica três (3) para comer. Quando não tinha seca.

**(Entrevistado: Juazeiro e Jasmim).**

Aqui, ao ouvirmos um “quando não tinha seca”, podemos nos alongar um pouco no cenário das discussões sobre seca e Nordeste, oligarquias rurais e resistência a elas, convivência com o semiárido e outros aspectos, como a visão técnica e as mistificações políticas que dão contorno aos problemas que atingem o campo maior onde se situa Aracoiaba.

Lembremos Patativa do Assaré e sua poesia “O poeta da roça”, para entrar no assunto:

Sou fio das mata, cantô da mão grossa,  
Trabáio na roça, de inverno e de estio.  
A minha chupana é tapada de barro,  
Só fumo cigarro de páia de mío.  
Sou poeta das brenha, não faço o papé  
De argum menestré, ou errante cantô  
Que veve vagando, com sua viola,  
Cantando, pachola, à percura de amô.  
(Assaré; Silva, s.d.)

Há uma arte e uma ciência das sabedorias do povo, parece nos dizer Patativa do Assaré. De acordo com o pensamento de Albuquerque Júnior (1999), houve uma espécie de institucionalização do discurso sobre a seca nordestina, e as obras que foram feitas para minimizar seus efeitos, utilizaram sobretudo a força de trabalho da população mais afetada pela escassez de água, na época.

A seca do Nordeste, portanto, com o passar dos anos, passou a ser instrumento político para receber recursos financeiros, para a construção de obras e outros privilégios para benefício das elites locais, uma vez que as oligarquias rurais e os latifundiários mantinham ou atuavam na própria política. Nas palavras de R.M da Silva (2003, p.362): “A seca, divulgada nacionalmente como um grave problema, torna-se um argumento político quase irrefutável para conseguir recursos, obras e outras benesses que seriam monopolizadas pelas elites dominantes locais”.

Devido à necessidade de uma ampla discussão e ações referentes à seca e às formas de mitigar suas consequências, ao final dos anos 1990 algumas organizações não-governamentais atuantes na área e já desenvolvendo trabalhos para amenizar os efeitos da adversidade climática, constituíram a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA). Este fato da formação desta articulação (ASA), aconteceu na terceira sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação (COP 3), realizada no território nordestino, especificamente em Recife, capital do Estado de Pernambuco (Silva, 2003).

Muitos anos depois, em 1999, a ASA (Articulação do Semiárido) projetou e executou o que chamou de Declaração do Semiárido, no qual afirmava com fatos e argumentações bem trabalhadas, que conviver com as condições do semiárido brasileiro e as secas é difícil, mas possível (Silva, 2003).

Lançando então um documento com propostas fundamentadas nas premissas que englobavam o uso sustentável e a recomposição ambiental dos recursos naturais do semiárido, a articulação feita pela ASA redigiu propostas que diziam respeito à preservação e cuidado com o meio ambiente, bem como a descontinuação do monopólio historicamente atuante no acesso sobretudo aos recursos naturais, no tocante a terra, água e demais meios de produção, como assinalou Silva (2003, p. 364).

Em termos de área geográfica, o semiárido do Brasil é a maior em extensão e densidade demográfica em todo o mundo, abrangendo 86% da área da região nordeste e atingindo nove estados da região, além de áreas do norte do Estado de Minas Gerais (Silva, 2003, p. 365-366; Brasil, 2024). Salienta-se que a região nordestina, apesar de suas limitações pluviométricas, possui grandiosas belezas paisagísticas e culturais, bem como potencialidades inexploradas, além da importância sociocultural, ambiental, econômica e humana.

Ricardo Marinho da Silva (2003), em sua rica análise, nos cita Darcy Ribeiro, que mostra o poder dos “coronéis”, oligarquia rural e proprietárias dos latifúndios que marcara (ainda marca) a história do Nordeste e a minha própria vida.

Entre o poder federal e a massa flagelada pela seca medeia, porém, a poderosa camada senhorial dos coronéis, que controla toda a vida do sertão, monopolizando não só as terras e o gado, mas as posições de mando e as oportunidades de trabalho que enseja a máquina governamental. (Ribeiro, 1995, p. 348).

A história conta, diz R. M da Silva (2003), baseando-se também em Andrade (1999), que a compreensão dos problemas da seca se restringia a uma visão demasiadamente tecnicista, despolitizada, diríamos nós, ou melhor, voltava-se a uma política a favor apenas dos proprietários de terras e das oligarquias rurais.

As ações de combate à seca decorriam também de uma visão tecnicista das problemáticas do semiárido. A Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IOCS), órgão governamental de engenharia criado em 1909 para atuar na região, considerava que o combate à seca consistia, sobretudo no armazenamento de água (política de açudagem), esquecendo-se, no entanto, “que a água armazenada era, em grande parte, perdida pela evaporação, em um clima quente e seco” (ANDRADE, 1999, p. 55). (Silva, 2003, p. 370).

O autor R. M. da Silva (2003) analisa que os açudes financiados pelo poder político federal e estatal não pensavam nas necessidades da vida e na produção do povo. Não refletiam nem agiam com seriedade e consequência na direção da tão sonhada reforma agrária, nem ao menos se detinham em realizar irrigações e outras soluções onde os agricultores estivessem contemplados. O Movimento Sem Terra - MST passou a produzir as reflexões mais acuradas e politizadas sobre a questão agrária e com um nível de análise socioeconômica, cultural, ambiental e política sem igual.

O poder público, por seu lado, voltava-se para outras questões, quais sejam:

Ao analisar essa forma de intervenção no semiárido, Aziz Ab’Sáber (1999, p. 99), indica outras falhas de funcionalidade social dos grandes açudes que não foram concebidos para garantir melhoras na produção agrícolas. Alguns estavam localizados longe de várzeas irrigáveis e os que favoreciam a distribuição de água por gravidade para áreas irrigáveis atendiam a um número limitado de famílias. (Silva, 2003, p.370).

Em seu primoroso estudo do assunto, R.M. da Silva mostra que Josué de Castro, já de muito criticava que a maioria dos açudes foram construídos para combater os efeitos da seca, mas foram tomados pela oligarquia rural, sem servir à população e sua vida produtiva, ficando nas mãos de grandes proprietários de terras. Aborda Silva (2003, p. 370) que: “Dessa forma, para Josué de Castro, a maioria dos açudes públicos que foram construídos para combater os efeitos das secas, além de não constituírem solução definitiva ao problema, foram apropriados pelos grandes proprietários de terra [...].

Constata ainda o autor R.M. da Silva (2003), em concordância e citando Josué de Castro, que desde muito tempo se diagnosticava os problemas

fundamentais do Nordeste e o nível de desvio de verbas para atendimento à questão da seca, do semiárido e da população rural nordestina. “Mais grave ainda que a miopia técnica fora a mistificação política”; esta ocasionava ao invés da “distribuição e aplicação das polpudas verbas para ajuda aos flagelados das secas”, sua canalização “para os bolsos dos senhores de terras e dos seus apaziguados quase todos os recursos que deviam ser destinados a alimentar, a educar, a ajudar a viver os camponeses da região” (Castro, 1967, p. 194)

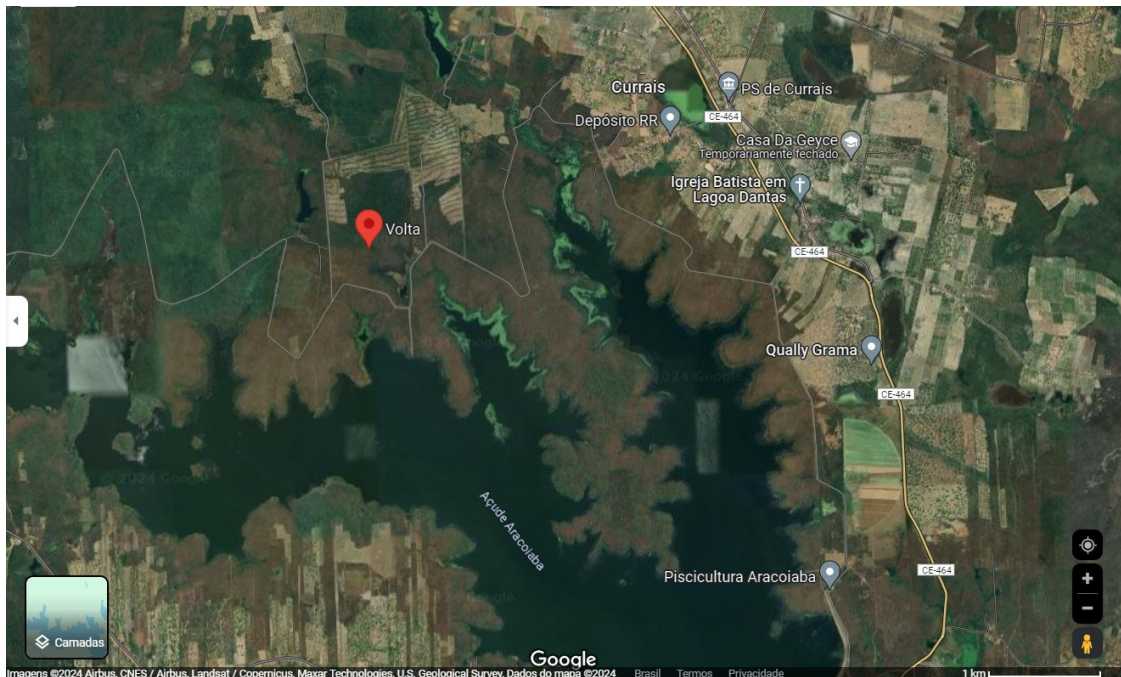
Contrapõe, porém, R. M. da Silva (2003), a este estado de coisas a resistência a isso e a composição, em curso, de um novo paradigma emergente, que vem se gestando:

Na outra perspectiva, a convivência com o semiárido está relacionada a um paradigma emergente que se baseia em uma visão ecológica, rompendo com a visão antropocêntrica de dominação e proporcionando a reconciliação do homem com a natureza. A convivência com o semiárido tem por base uma percepção holística sobre as realidades complexas dos ecossistemas e a valorização de conhecimentos, valores e práticas apropriadas ao meio ambiente essa percepção devem-se articular as iniciativas que visem à melhoria da qualidade de vida das populações locais. (Silva, 2003, p.381).

Situando-nos dessa composição de um paradigma emergente, seguimos na direção de uma reflexão que comporte a escuta aos sujeitos históricos da luta campesina.

Voltemos às entrevistas, mas antes situemos o lugar da Comunidade da Volta, mencionado anteriormente, como sendo as primeiras comunidades onde se fizeram as reuniões iniciais para o reassentamento da agrovila de Aracoiaba e a construção do açude.

Figura 4 – Comunidade Volta, Aracoiaba-CE.



Fonte: Google Earth, 2024.

Como eles narram, “continuamos sendo meeiros: a construção do açude foi ligeiro, mas a questão da terra não. Eles tinham pressa era de dar as casas pro povo sair de lá de onde estava antes”. Mas se pode ainda perguntar; por que continuar sendo meeiros? Porque como a terra não saiu logo, foram morar em casas novas, no reassentamento, mas não tinha sido adquirido a terra para a distribuição dos lotes. Com os agricultores a palavra:

**P.** – Vocês, depois que voltaram para cá, continuaram sendo meeiros?

**Ipê** – Foi assim mesmo. Continuamos sendo meeiros. Porque os terrenos aqui demoraram. A terra da gente demorou. A construção do açude foi feita ligeiro, mas a questão da terra não.

**Aroeira** – Às pressas. Eles tinham pressa era de dar as casas pro povo sair de lá.

**P.** – E qual foi o ano que dividiram os lotes aqui para vocês? Em qual ano vocês adquiriram as terras? Quantos anos depois da construção do açude?

**Juazeiro** – Começou a construção em 2000 e foi até 2002. A medição das águas começou em 1999.

**Jasmim** – No início a gente sofreu muito pra vir pra cá.

**Juazeiro** – Eu vinha três (3) dias por semana, lá da “Volta” onde eu morava; vinha de bicicleta pra vir brocar roçado aqui na agrovila, que nesse tempo só tinha casa, e não lote de plantar. Broquei e plantei na terra alheia. Continuei meeiro.

Aí quando o arroz já estava perto de colher eu disse para minha mulher: ou você vai comigo ou eu vou sozinho. Porque no verão dá pra passar daqui para lá, mas no rio, com um inverno cheio, não dá pra passar não. Bora! Vambora, já temos nossa casinha.

**(Entrevista: Ipê, Aroeira, Jasmim, Juazeiro).**

Aqui temos mais nitidamente uma referência ao processo de reassentamento vivido como uma vinda a um novo lugar. Que lugar novo é este? Eu queria ver e ouvir deles mesmos o que relatavam de sua vinda, do que encontraram e do que ficou silenciado ou ausente, como uma categoria em branco ou um lugar na vida onde não se realizou o que se sonhara. Seria assim?

Os inícios da nossa conversa prosseguindo, logo a seguir chegam na construção do açude e a entrega das novas moradias. Vejamos que é repetido na conversa muitas vezes: “o pessoal vivia da agricultura; ou trabalhava para si ou trabalhava com os outros e para os outros, mas todo mundo só vivia de agricultura. E a maior parte não tinha o terreno, a terra.” Esse era o coração da luta ou do sonho, me parecia. Eu passava pelo lugar e observava uma vida recomeçando.

[...] a observação é chamada de participante porque parte do princípio de que a pesquisa tem sempre um grau de interação com a situação estudada, afetando-a e sendo por ela afetado. As entrevistas têm a finalidade de aprofundar as questões e esclarecer os problemas observados. Os documentos são usados no sentido de contextualizar o fenômeno, e explicar suas vinculações mais profundas e completar as informações coletadas através de outras fontes. (André, 2005, p. 28).

Gardênia narrava: “Muitos anos se passaram. Estou falando de todo o processo das primeiras reuniões para conversar com o povo, depois que o *governo já decidira tudo do açude e do projeto como um todo*. A gente foi assistir as reuniões, a gente via aquilo ser falado...” É recorrente esta ideia que os entrevistados redizem que havia um processo onde “já estava decidido tudo” sobre o que se ia fazer e como ia ser o caminho. E que essa história de fazer um açude vinha de longe, disseram outros sujeitos da pesquisa:

**Juazeiro** – Já fazia muito tempo que a gente ouvia isso, até antes da gente ter nascido, né? Já vinham os mais velhos falando que talvez viesse esse açude, mas ninguém acreditava.

Os mais velhos falavam que chegou esse doutor lá e disse *que ia medir as terras e a distância das águas* e que tinha achado esse canto melhor, né? Ali na “Baixa”. É uma vazante, não é? Essa vazante aí demorou muitos anos para a gente ver. Demorou tantos anos que ninguém estava nem acreditando, né? Que ia existir algo ali, pois estava demorando muito, né?

**(Entrevistado: Juazeiro).**

Pode-se ler que Gardênia tinha razão quando falara que já estava tudo decidido, no tocante à construção do açude e ao reassentamento das famílias. Como podemos compreender nas falas de membros da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH que acompanharam todo o processo, na época: “Quando iniciava as reuniões, é



porque a gente tinha decisão e que todos os estudos já tinham sido realizados.”  
Vamos ao contexto da fala:

**P** - Quando vocês iniciaram as reuniões já estava decidido que o açude iria ser construído?

**Carnaúba** - Isso. *Quando iniciava as reuniões, é porque a gente tinha decisão e que todos os estudos já tinham sido realizados.*

**Caroá** - Concomitantemente, quando começava isso aí, nós entramos no campo já para fazer as revisões dos laudos, visitando propriedade por propriedade. (Grifo meu.)

**(Entrevistados: Carnaúba e Caroá).**

Estudos de viabilidade, de indicadores quantitativos e qualitativos, junto a abordagens exploratórias já poderiam ser realizados, com certeza; no entanto, decisões que diriam respeito a mudança de vida e trabalho de grupos grandes, deveria implicar consentimento e análise da parte da população interessada. Ainda que a posse da terra seja um bem que todos afirma ter valor inestimável. Devemos saber, porém, o que os técnicos compreendiam como “escuta” à população e o que esta entendia com isso.

Nessa ocasião fiz breves anotações e depois, no período da noite, revi minhas notas de pesquisa, que descrevo abaixo:

Lembrei que meu pai plantava arroz. Só recordo que ele plantava arroz em lugar brejado, que são áreas de vazantes, como depois vim a saber. Estas áreas de vazantes ficam geralmente nas margens de barragens, rios ou açudes que no inverno se enchiam de águas. No verão, quando dava a baixa da água, os agricultores aproveitavam a fertilidade e a umidade do terreno para fazer seus cultivos.

Meu pai não tinha terra própria e plantava no alheio. Mas esperançava no inverno.

**(Diário de Campo).**

De acordo com o documento Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, do açude de Aracoiaba (Ceará, 1999) as ações realizadas nas comunidades a serem atingidas, na ocasião pela construção do açude Aracoiaba, iniciou-se pela realização da caracterização das áreas afetadas, sendo utilizadas ferramentas como visitas in loco em todos os povoados. Em seguida procedeu-se à aplicação de questionários com perguntas específicas, direcionadas às famílias identificadas previamente como famílias a serem potencialmente beneficiadas ao longo do levantamento cadastral.

Neste referido levantamento de dados foram obtidas informações sobre cada família de modo particular, daí tentando-se examinar quais as condições de uso da terra por seus integrantes e que tipos de explorações agropecuárias ou de outras

finalidades já faziam. Focava-se, a partir do que estava sendo levantado, no relatório técnico ambiental do possível açude a ser construído, a expectativa da população, no tocante ao processo de desapropriação das terras e reassentamento. Conseqüentemente também referia o relato às benfeitorias a serem feitas no local e a aceitação da população no tocante ao plano de reassentamento apresentado nas reuniões.

Pode-se perguntar aqui, nessa dissonância entre o que dissera a população e o relatório técnico da SRH (Secretaria de Recursos Hídricos), se a compreensão de reassentamento, da parte da população, era lida em toda a sua complexidade. E, também, se os técnicos da SRH tinham dados ou formação interdisciplinar para entender se a população concordava com o reassentamento, mas não dava conta de compreender antecipadamente as implicações daí decorrentes.

Faz-se necessário entender o que estamos chamando de “técnico”, porquanto esta ideia para a população por vezes é um tema que comporta muito mais orientações e apoio que o que é proposto nos projetos de reassentamento.

Ainda com base nos dados contidos no relatório técnico ambiental, apresenta-se a realização de uma pesquisa feita diretamente com os proprietários das terras, os posseiros, herdeiros, benfeitores e moradores que residiam ou não, na área a ser desapropriada, consolidando quatrocentas e noventa (490) entrevistas realizadas, sendo a população total atingida de mil, duzentas e setenta e sete (1.277) pessoas (Ceará, 1999).

Tabela 1 - Estrutura fundiária dos lotes atingidos pela construção do açude Aracoiaba.

Tamanho da área (hectares)	Nº de propriedades	% em relação ao total	Área ocupada (hectares)	Área do lote (hectares)
0-30	167	70,2	2.024,41	806,72
30-60	40	16,8	1.621,25	732,55
60-120	19	8,0	1.545,70	722,99
120-200	11	4,6	1.662,99	1.028,56
200-400	1	0,4	311,00	48,43
<b>TOTAIS</b>	<b>238</b>	<b>100,0</b>	<b>7.165,35</b>	<b>3.339,25</b>

Fonte: Ceará (1999).

Continuemos escutando o que os sujeitos da pesquisa falaram no que diz respeito aos inícios da obra do açude e do reassentamento.

**Ipê** - Em 1999 foi que eles começaram a passar, mas foi bem rápido quando eles começaram a construção do açude. Veio antes a medição, a medição da altura da água. Vieram por dentro do rio Aracoiaba mesmo, que hoje é uma barragem.

**P** – Vieram conversar?

**Juazeiro** – Conversar com o povo. Aí com pouco tempo, poucos dias depois, já vieram outros medindo também pela estrada, né? Vendo onde a água ia dar.

**P** – Mas para chegar nesse processo, teve umas reuniões antes, não teve? Ou a reunião foi depois que eles começaram a fazer essa medição?

**Aroeira** – A reunião foi depois da medição. Se teve reunião, foi para lá, em outro lugar, talvez lá na “Volta”. A gente morava mais afastado, distante. Quando a gente foi saber mesmo, já tinha vindo o pessoal medindo.

**P.** – Vocês ainda não tinham se reunido com eles?

**Juazeiro** – Não, não. Quem falou primeiro foi o S., que não tinha nada a ver com o pessoal do governo; ele morava aqui na Lagoa de São João, aqui próximo. Ele sempre ia pra reza e ouvia a gente falar por lá. Ele era um comunitário consciente. Foi a primeira pessoa que disse que ia ter o açude Aracoiaba e que a gente tinha que se unir, pois a gente não pode fazer coisa grande assim sem ir *conversando com o pessoal* para ver. Primeiramente devemos conversar.

**(Entrevistados: Ipê, Juazeiro e Aroeira).**

Figura 5 – Rio Aracoiaba.



Fonte: pagina do facebook>Biblioteca virtual de Aracoiaba.

Junqueira e Bezerra (2015, p.12) têm insistido em enfatizar que “a educação do campo distingue-se da educação rural, por não fundar-se em políticas impostas aos sujeitos do campo, mas construída por eles e com eles.”

**P.** – Eram muitas comunidades envolvidas? Quantas? Na construção do açude foi preciso reassentar quais comunidades?

**Jasmim** – Então... Foi a comunidade de “Poços”, depois a “Volta” ... Ali de baixo e de cima. Próximo da “Encosta” ... Que lá pegou só um pouco, onde o pessoal chamava de Zé Gonçalves.

**(Entrevistado/a: Jasmim).**

## 7.1 Estudos e entradas nas comunidades: clivagens

Como que foi o processo inicial, como foi o pensado sobre o açude Aracoiaba, sua construção, por qual necessidade, quais objetivos, e como foi que chegaram nas comunidades? – eu perguntara inicialmente. E escutei: “Eram identificados os vazios hídricos no estado do Ceará, através dos estudos. E tomando como base todos esses vazios hídricos se fez estudos mais minuciosos de localização de Açudes. A parte de hidrologia abarca esses estudos. Começava por aí.” A seguir houve detalhamento dos passos dados. Vejamos o que dizem os sujeitos da pesquisa:

**P.** – Mas como é que foi pensado o açude Aracoiaba? Como foram os primeiros trabalhos para chegar à conclusão de que haveria a necessidade de ser realizada a construção do Açude?

**Carnaúba** – O açude Aracoiaba, ele está dentro do plano estadual de recursos hídricos do estado do Ceará. Foi um dos primeiros planos do Brasil. Eu acho que só São Paulo foi primeiro do que nós.

**Baraúna:** - A complexidade do plano de recursos hídricos é um fato.

**Carnaúba:** - Aí teve a elaboração do plano estadual dos recursos hídricos na época. Nesse plano foram elencadas todas as possíveis barragens, demandas, estudos técnicos existentes, então tudo isso aí constou para a elaboração do plano, foi tudo levado em consideração.

Teve que ter a elegibilidade para saber qual eram os primeiros Açudes a serem implantados. As características como os vazios hídricos, a precipitação pluviométrica, tudo isso foi levado em consideração. Além da necessidade de abastecimento da região, principalmente onde não tinha abastecimento.

Então, Aracoiaba estava dentro dessa situação. É claro que teve uns ainda mais prioritários do que o Aracoiaba. Se você ler o plano estadual dos recursos hídricos, ele pode estar até atualizado, tem este histórico todinho. Tem como foi elaborado, quando foi elaborado, tem tudo, e como foi feita essa prioridade.

**(Entrevistados: Carnaúba e Baraúna).**

Ao tratarmos dos inícios e da necessidade pulsante da implementação da construção do reservatório que “mudaria” a vida de toda a população da região, seguimos atentos ao que os profissionais atuantes na época nos falam:

**Catanduva** – Após a identificação das necessidades e a realização dos estudos eram elaborados projetos. Projetos executivos das obras. Aí vinha a parte de construção da obra, da desapropriação e do reassentamento.

**Alecrim** – Nesse tempo do início era feito aí a RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) e o Estudo de Impacto ambiental.

**Baraúna** – E que fala de modo geral de quantas pessoas iam ser atingidas, qual era a população na época, isso tudo aí. Tudo isso aí foi feito. Tem registrado.

**(Entrevistados: Catanduva, alecrim e Baraúna).**

O contato inicial foi feito após os estudos realizados pela Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), que ia construir posteriormente a agrovila de Aracoiaba, com um açude que iniciaria as obras, qual fosse o centro de vida dali. Para isso, havia uma intervenção estatal, com a estratégia de um reassentamento, que daria a terra própria aos agricultores do local.

**P** – E como é que foi o contato inicial com as comunidades?

**Baobá** – Quando era formalizada em definitivo a execução do assentamento, todos esses pontos da obra estavam assinalados. Se sabia, então, quais todos os vazios hídricos. Daí era que a obra, o projeto executivo dela, chegava aqui na Secretaria.

**Alecrim:** – A gente só aí passava a fazer já a parte de mobilização social. Tinha uma autorização, uma habilitação para ir fazendo os estudos do reassentamento, os primeiros contatos com as famílias a serem impactadas, a serem de afetadas.

**Baobá** – Mas já tinham os estudos do impacto que falamos. Já tinha a decisão. E a relação de quem seriam os afetados. Então se ia fazer várias reuniões nas comunidades. Tinham que serem feitas, né? **(Entrevistados: Alecrim e Baobá).**

Nessa questão, tem-se níveis de argumentação que poderiam compor um diálogo: um, por exemplo, que mostra a perspectiva das comunidades locais, desejosas de ter acesso a uma terra própria, com título conseguido, para que seus filhos e parentes, de agora e de gerações futuras possam continuar o trabalho agropecuário ali como reassentados.

Havia também a racionalidade do estado, que cumpre uma política contraditória, porque mesmo devendo representar os interesses da população, em uma sociedade de classes, isso significa conflito.

Falamos que havia uma segunda lógica, a do poder estabelecido, ou dominante, que muitas vezes entra em concordância com a política global. Isso não significa que não haja diversidade de pensamento quando o mundo local, estado e município, se conflitam com as agendas globais. E, mesmo, com a lógica da população a que servem.

O problema é que isso significa, como se disse, conflito ambiental.

Leiamos:

Encontra-se, portanto, em pauta, no início do século XXI, todo um processo de disputa pelo controle do acesso e exploração dos recursos ambientais. Discutem-se instituições regulatórias e políticas na esfera pública, notadamente sob as pressões privatistas sobre a água e os recursos genéticos, assim como pela liberação dos mercados para os detentores monopolistas das tecnologias da transgenia, mas também enfrentam-se os atores sociais no terreno, medindo forças entre a imposição de condicionalidades pró-mercantis, atreladas a mecanismos de financiamento, e a busca de formas democratizantes na gestão de recursos de uso comum, com frequência decisivos para a reprodução sociocultural de populações ditas "tradicionais". (Acselrad, 2004, p. 9).

No caso da agrovila, há uma racionalidade que parece informada pela lógica de mercado; pela evitação do inchaço das cidades, devido à migração campo-cidade; pela ideia de proporcionar valorização monetária do trabalho agrícola e sair dos indicadores e bolsões de pobreza, como também pela ideia de incentivar na prática uma produção e consumo locais.

Mas o que foi em seus inícios e o que é hoje a agrovila de Aracoiaba? Eu perguntei aos participantes da pesquisa, pessoas que estavam envolvidas na construção da agrovila de Aracoiaba, da parte dos técnicos envolvidos como foi o início de tudo. Parti de um ponto simples: qual a quantidade de famílias assentadas antes e as que tem agora?

**P.** – O que é que foi levantado lá como problema e informação para o reassentamento e a construção do açude? Fale das comunidades atingidas: Poços, Encosta e Volta.

**Carnaúba** – Essas comunidades deixaram de existir? Não.

**Catanduva** – É, realmente, eu acho que foram destruídas as antigas localidades. Quer dizer, tiveram de ser desapropriadas as casas e eu acho que isso envolve mais de sessenta (60) famílias.

**P.** – O que compunha inicialmente a agrovila de Aracoiaba eram sessenta e cinco (65) casas, famílias, melhor dizendo. É isso? Atualmente são cerca de cento e nove (109) famílias lá, na Agrovila hoje.

**Baraúna** (Lendo um documento) – São cento e oito (108) famílias; quarenta e cinco (45) continuam desde a origem; dezenove (19) mudaram a origem e quarenta e quatro (44) foram construídas nos quintais.

**(Entrevistados: Carnaúba, Catanduva e Baraúna).**

À primeira vista, como ouvi de um sertanejo: “se pode muito bem juntar a fome com a vontade de comer”. No entanto, na prática nem tudo do que é previsto se realiza. Há entendimentos diferentes de parte a parte. E a lógica das comunidades se pode dizer que está a dialogar com a dos técnicos das instituições estatais e municipais, mas será que há uma real escuta e diálogo?

Como se está vendo, há distonias, clivagens, divergências mesmo na questão do reassentamento e da construção do açude Aracoiaba que é preciso desvelar para construir saber sobre a construção da agrovila de Aracoiaba.

## 7.2 A complexidade do plano de recursos hídricos

Ao aprofundar-me nas questões que considero pertinente, no tocante a complexidade e execução do plano de recursos hídricos instalado na região do Maciço de Baturité com a construção do açude Aracoiaba, há necessidades básicas a serem consideradas posteriormente a construção do açude e reassentamento das famílias na agrovila criada, vejamos o dito:

**Sabiá** - Nós temos uma relação das pessoas que foram afetadas pela construção. Aquelas comunidades que está na apresentação que tem de Poços, Lagoa de São João... tem uma série de comunidades... Foi colocado em todas água, que não tinha; água da Cagece; tudo em função desse trabalho. Nós não tínhamos condições de colocar água, aí a gente orientou como eles deveriam procurar a Cagece e fazer o abastecimento deles, e assim eles fizeram, e hoje todos tem água.

**(Entrevistado: Sabiá).**

Já nas reflexões de Lia Barbosa et al (2021), em seu estudo sobre agroecologia e a via campesina, haviam observado que será fundamental a formação de um sujeito coletivo (ou pensar-se tendo em vista esta construção, a meu ver permanente e incessantemente renovada). E como um sujeito coletivo se constrói sem que se lhes dê um lugar de sujeito em suas escolhas, reflexões e trabalhos, em suas construções coletivas?

Entre os elementos presentes nas teorias e práticas cujas propostas trazem a educação do campo e seus conteúdos emergentes se observa uma indicação consensual que propõe: o diálogo horizontal entre diferentes formas de conhecimento, também nomeado diálogo de saberes; o intercambio horizontal de experiências entre pessoas, grupos e comunidades e a inter-relação entre organização, educação e ação, pensadas em uma perspectiva emancipatória (Caldart, 2004; Batista, 2014; Barbosa, 2016; 2017; McCune et al., 2017; Barbosa et al., 2021).

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam-e-aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer

povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar - às vezes a ocultar, às vezes a inculcar - de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem. (Brandão, 1987, p. 10-11).

Por sua vez, Lia Barbosa, em seu livro intitulado “Por la democratización de la educación superior en Brasil: el PRONERA en el marco de la lucha de los movimientos campesinos”, propunha que no contexto das reflexões latino americanas se deveria observar que:

Emerge uma abordagem do conceito de educação defendido pelo movimento campesino que está visceralmente articulada às especificidades socioculturais do campo, que seja articuladora de um fortalecimento identitário dos povos do campo e que viabilize uma formação humana de caráter emancipatório. Por tal razão, se propõe pensar uma educação no campo, quer dizer, que situe a categoria campo como articuladora do conceito de educação tomado dentro de um projeto educativo-político-cultural. (Barbosa, 2013, p.21).

Segundo ainda Lia Barbosa, baseada em José Martí, o pensador cubano, a valoração do labor político latino deveria embasar um projeto histórico de conhecimento capaz de nos levar a compreender nossa realidade histórica. Com suas palavras:

Para José Martí (1977), o ideário educativo e pedagógico tem por atribuição assumir o labor político de uma releitura da América Latina por ela mesma, no intuito de fomentar o autoconhecimento de nossa própria história, a partir das matrizes de nossa formação sociocultural e política. Para o pensador cubano, a educação deve propiciar a construção de um projeto histórico de conhecimento, que nos permita compreender nossa realidade histórica a partir dos fatos políticos e seus sujeitos (povos indígenas, negros, mestiços) no esforço de reconstruir a outra história latino-americana. (Barbosa; Rosset, 2017, p. 26)

É nesse sentido que nos sentimos parte de uma luta maior, capaz de pensar Educação do Campo em termos emancipatórios. Daí concordamos com Barbosa e Rosset (2017, p.23), que consideram que “a emergência do conceito e do projeto político da Educação do Campo constitui um aporte fundamental dos movimentos sociais do campo no Brasil, em particular do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) e da Via Campesina Brasil”, em particular no que se refere à “luta empreendida pelo direito à educação, uma luta comum para outros movimentos sociais e organizações do campo da América Latina”.



No Brasil, a Via Campesina é integrada pelas seguintes organizações: Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Conselho Indígena Missionário (CIMI), Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ), Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), informam-nos Barbosa e Rosset (2017, p.23). Essa conjunção de esforços é significativa. Requer que nos voltemos para o que nos une e, também para o que singulariza cada diferença.

Sobre a questão de considerar a ação, a educação e a organização em inter-relações capazes de conduzir um diálogo de saberes, propõe Lia Barbosa:

Há duas formas de entender este processo político-educativo hemisférico. Por um lado, os movimentos populares utilizam os processos educativos para compreender melhor seu próprio trabalho e desenvolver assim suas capacidades de autocrítica, construir novas estratégias e sistematizar lições mediante o diálogo de saberes (Stronzake, 2013; Martínez-Torres & Rosset, 2014; Román & Sánchez, 2015). Neste sentido, a educação, a organização e a ação são três elementos inter-relacionados da práxis. (Barbosa et al., 2021, p.537).

E continua desenvolvendo a autora algumas indicações da luta campesina hoje:

Por outra parte, ao construir seus próprios processos de educação, os movimentos estão criando uma alternativa real ao sistema educativo convencional, que reproduz as formas de pensar da cultura dominante (McCune et al., 2016; Barbosa, 2014). Como tal, o sistema educativo construído pelos movimentos questiona o significado das coisas definido pelos sistemas coloniais, patriarcais e capitalistas. Desprender, ressignificar e reimaginar são capacidades necessárias para desarticular a hegemonia do capital que ameaça o planeta. (Barbosa & Rosset, 2017a; 2017b). (Barbosa et al., 2021, p.537).

Vamos vendo mais o cotidiano que se delinea e mostra essa paisagem de silenciamento ou a ultrapassagem de momentos dialógicos que o pensamento da educação do campo propõe sempre.

**P.** Isso que foi a realização do açude que você fala foi do início da conversa até a concretização?

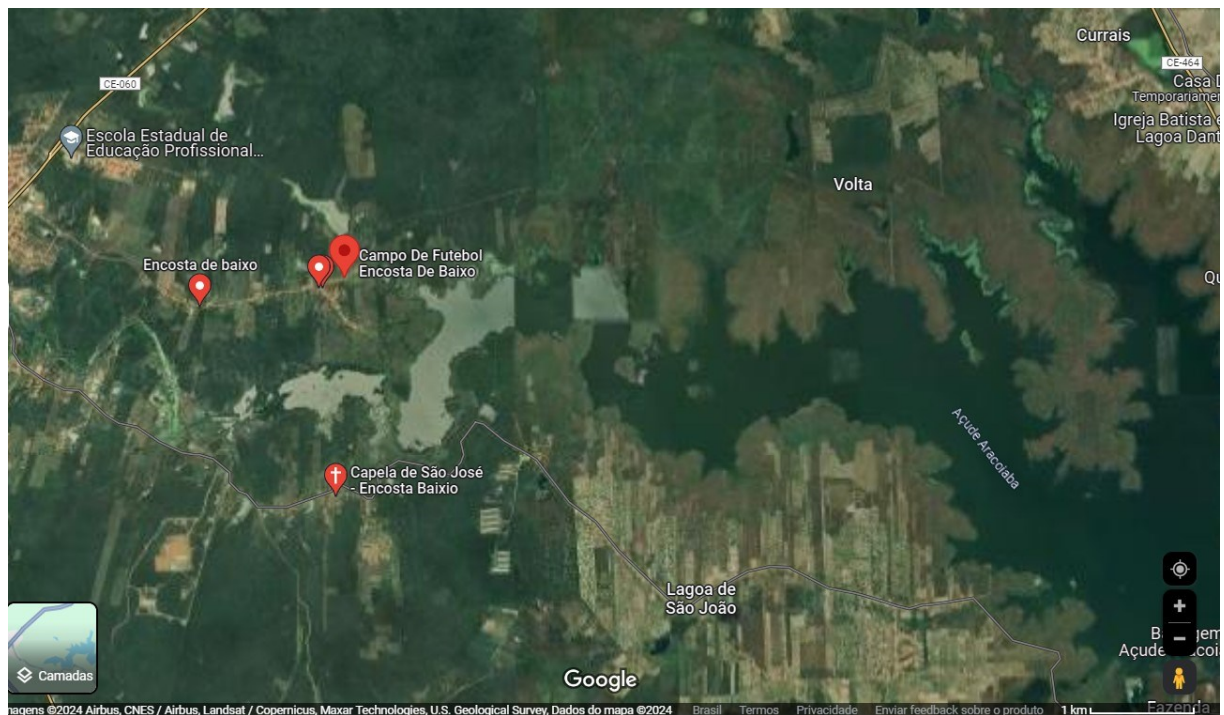
**Gardênia:** Sim. Mas eles vieram decididos, já com a decisão do que iam fazer. A gente ia se encaixar. Isso durou entre quatro e cinco anos. Aí se fazia

as reuniões nos “Poços”, nas “Vazantes” e na “Volta”. As reuniões eram feitas por comunidades.

Eram feitas por comunidades e em localidades, nas localidades de onde vinha todo aquele pessoal que ia nas reuniões. E como era muito extenso, aí pegava gente lá do começo da “Encosta” que ia, e chegava até o final, lá no “Poços”.

**(Entrevistado/a: Gardênia).**

Figura 6 – Comunidade Encosta, Aracoiaba-Ceará.



Fonte: Google Earth, 2024.

Quando Gardênia fala de reassentamento, temos muitas formas de realização deles, no Ceará. Há os reassentamentos de responsabilidade do governo federal, a exemplo das comunidades reintroduzidas para a construção da barragem do Castanhão, e também os criados pelo governo estadual.

Assim é que, como menciona Milena Braz (2011, p. 81) sobre a transposição da antiga para a cidade de Nova Jaguaribara, acontece que “normalmente, as pessoas associam o passado a uma situação de fartura e o presente como detentor de um entrave à sobrevivência. A dificuldade é atribuída pelos moradores à cidade moderna, que não permite a forma de trabalho exercida no espaço anterior”.

Na verdade, pelo que fala Gardênia, o fato de ficar pelo da CE (Rodovia), o novo lugar coletivo, não seria problema, mas o que se vê é que há o costume e já nem causa estranhamento o fato de que a forma de vida dos lugares de plantio

interioranos vai sendo cada vez mais cidadina, e dependendo gradativamente mais da vida comercial das cidades.

Como observa Braz (2011, p.83-8), citando Pontes (2006, p. 93): este tipo de deslocamento feito de uma forma que não parte das comunidades, causam ou agravam “o enfraquecimento das estruturas comunitárias e das redes sociais, a dispersão de grupos familiares, a perda de identidade cultural, a diminuição da autoridade tradicional e da capacidade de ajuda mútua”.

A autora (Braz, 2011, p. 84) chama novamente Pontes (2006, p. 98), pois concorda com ele quando diz que: “a água para a região Nordeste significa garantia de sobrevivência. Mas a água por si só não garante o desenvolvimento, e mais precisamente o desenvolvimento socialmente justo.”

No caso em estudo, o reassentamento da Agrovila de Aracoiaba, o desafio é pensar o deslocamento, a inserção no novo lugar e a interação com o Outro e a natureza no novo local como desafio onde desenvolvimento deve se associar à inclusão social e a uma não quebra de laços comunitários.

Para os trabalhadores que lidavam com a terra, um problema passou a ficar nítido: onde fica a sua casa é longe de onde fica o seu terreno de plantio, de criação de animais (ovelhas, bodes, galinhas, porcos, etc.), ou seja, o trabalhador mora longe de onde trabalha, o lote urbano ficando a cerca de 3 km. Assim, os partícipes deste deslocamento, promovido pelo reassentamento, modificou inclusive suas formas de pescarias, de criação e de semeadouras ou roças.

Deve-se apontar mais que os estudos e pesquisas sobre a construção do açude Castanhão mostraram que a tentativa de pensar recursos hídricos para dar conta das questões da seca no Nordeste, se tecnicamente um projeto planejado, com transposição de águas do Rio Jaguaribe para os lugares secos e carentes delas, do ponto de vista humano precisa ter sua perspectiva revista.

Evidente que haver mais água para o estado do Ceará, sobretudo para as cidades interioranas, implica reservatório hídrico para os períodos de seca, e aumento da oferta de água para os anos onde as chuvas do semiárido trazem condições de vida e plantio aos agricultores, vida para o setor da pecuária e movimentações para o povo trabalhador que disso se beneficia de alguma forma.

Observam os estudiosos que ao se desapropriar uma cidade inteira, como Jaguaribara, sem se dar vez e voz aos seus sujeitos se incorre em problemas graves, onde a cultura de um lugar submerge às águas e seu povo fica despertencido.

Afirmam as pesquisas sobre esses reassentamentos que mesmo que se tenha criado e utilizado instrumentos legais, não seria legítimo fazer algo dessa natureza, pois que toda uma cidade, ao ficar inundada (como aconteceu, com as águas do Jaguaribe a soterrando) também em ruínas fica uma cultura.

Estudos, com relação aos reservatórios de águas em nosso país, afirma que ocorrem problemas de ordem multifatorial, ou seja, nos vários planos da vida social, como na geopolítica e nas finanças, no âmbito das estruturas de sentido que mantêm as culturas unidas e também na própria operacionalização do empreendimento.

Concretamente destaca-se questões relacionais (referentes ao diálogo e respeito as populações do lugar); técnicos (que implicam tempo, custos e saberes da ordem da implantação de reservatórios de grande magnitude, ou mesmo de menores); implicações ambientais e seus conflitos, que implicam respeito à cultura do local; questionamentos políticos, uma vez que estas obras são muitas vezes aproveitadas para ações eleitoreiras sobre as quais se percebe falta de ética; dificuldade de dimensionar relacionamentos com outros reservatórios e populações circundantes ou mais longínquas que acessarão a água; problemáticas financeiras, éticas e de apoio técnico e social às ações de reassentamento, que se desdobam em indenizações, posse ou doação de terras, planejamento a curto, médio e longo prazo das formas de vida e produção agrícola, com sua necessária irrigação e apoio a plantios e outros desdobramentos da vida produtiva do lugar.

Assim é que dentre os reassentamentos realizados pelo poder estatal, encontra-se a agrovila de Aracoíaba, onde houve este realocamento lido pelos sujeitos da pesquisa como tendo sido decidido sem maior participação comunitária. Sendo referidos aos segmentos populacionais de grupos étnicos ou não, os assentamentos se fazem a partir do momento em que os lugares de morada do povo dão lugar à construção de reservatórios hídricos. Ambas as situações, as que envolvem grupos étnicos ou não, se caracterizam por alguma justificativa maior, que em geral se relaciona com a segurança hídrica.

Assim acontece a saída do povo de seu lugar de morada para que se faça açudes e outros reservatórios ou obras que envolvem recursos hídricos, considerados de interesse público da parte da governança política. “Um reservatório é uma construção formada pelo barramento artificial de um vale natural ou pela formação

artificial de lagos, não associados a uma bacia de drenagem natural e com vazões defluentes sujeitas a controle” (Cruz; Fabrizy, 1995, p. 1).

Existem também os assentamentos da Reforma Agrária instituídos pelos poderes Federal e Estadual, que possuem legislação específica, diferindo da lógica à qual nos referimos sobre reassentamento, principalmente no acesso ao crédito e a forma de cadastro das famílias que seguem um perfil particular.

Esta questão de pensar reassentamento de modo homogêneo, não dá conta das diferenças de práticas e de momentos políticos diversos na história. É que os diversos atores nela envolvidos representam papéis e interesses distintos.

E em Aracoiaba havia o rio, que demarcava a vida. Antes, muito antes tinha o rio; e a energia não dava para chegar aos lugares, atingindo muitas poucas casas. A água, então, era um mundo.

**P.** Tinha energia já?

**Angico:** Numas casas tinha.

**Gardênia:** Pouco canto. Em pouco canto tinha energia.

**Espada de São Jorge:** Quem tinha mais condição em sua casa contava com a energia própria. Mas era minguido esse povo que podia. [...]

**Gardênia:** O acesso à água era só do rio.

**Angico:** Não existia CAGECE na época. Era no jumento mesmo, o jumento ia carregando água. Ou então no lombo.

**(Entrevistados: Angico, Gardênia e Espada de São Jorge).**

Daí perguntei a mim mesmo: e quem fica, quem vai embora? Depois perguntei alto.

**P.** Nessa época aí dessas reuniões e desse processo, quando começou de fato a acontecer o reassentamento? As famílias que moravam ao redor permaneceram, vieram para cá? Ou muitas foram embora?

**Angico -** Vieram e ficaram na parte do terreno que era na beira do rio acima, vieram tudo para cá. Quando tu vem aqui pelos Poços, ali, não tem aquelas vilas de casa?

**P.** Onde tem um calçamento?

**Angico -** Sim, era tudo lá embaixo. De lá dos Poços para onde é o açude hoje acho que dá uns trezentos (300) metros, dessas casas lá para o meio do açude.

**Gardênia -** É, e quem não veio para cá, ou quem não pegou o dinheiro e foi se embora, construiu alguma casinha de morada ali na vila Lagoa de São João.

**Angico -** E fizeram as casas novas na outra parte do terreno.

**(Entrevistados: Angico e Gardênia).**

Veja-se que “do ponto de vista dos movimentos sociais, geralmente a desapropriação é tida como uma estratégia na luta pela mudança das estruturas da sociedade” (Albuquerque et al., 2004, p. 87). E continuam os autores: “No outro

extremo, encontram-se os proprietários de terras, que muitas vezes são os grandes beneficiados de todo esse processo, pois conseguem vender suas terras por valores, em alguns casos, muitas vezes superiores ao preço de mercado”; o que se dá quando “os processos correram de forma honesta e normal, o que nem sempre é verdade, segundo dados do próprio Ministério Extraordinário de Política Fundiária (2001)” (idem, p. 2004).

O governo federal possui ingerências em todos os lugares do país e sua intervenção na questão fundiária se dá apoiada por uma política de crédito própria, subsidiada através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que em geral “financia a implantação dos lotes, com recursos para a construção da moradia, da manutenção da família no primeiro ano, além de financiar o custeio da produção e disponibilizar crédito para investimento, com prazos e carências” (idem, p. 82).

No caso da agrovila de Aracoiaba, segundo os sujeitos da pesquisa, agricultores do lugar, os fatos se voltaram mais para uma desocupação com vistas ao açude a ser implementado, o que incluía a doação de lotes (para casa e terreno de plantio) e a ida para o local do reassentamento.

Continuemos examinando como se desvela o tema partindo sempre do ponto de vista dos sujeitos da pesquisa. Façamos breve histórico sobre a questão, de um ponto de vista pouco visitado: o das populações atingidas por barragens.

As populações empobrecidas que questionam a problemática dos chamados reassentamentos devido a projetos hídricos, lutam por terras, rechaçam barragens construídas “ao modo dos governos”, sem escutá-las, e resultam por criticar a política energética do país em vários aspectos. Medeiros (1993, p.18) é quem nos orienta nesta reflexão, quando diz que “o final dos anos 70 e início dos anos 80 assistiram ao nascimento de conflitos envolvendo trabalhadores (pequenos produtores, posseiros, arrendatários, meeiros) deslocados de suas terras em virtude da construção de grandes projetos hidrelétricos.” E continua observando o autor:

De lutas localizadas (Itaipu, no Paraná, Itaparica em Pernambuco, Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul, Tucuruí no Pará etc.), que demandavam, num primeiro momento, indenização justa para os atingidos pelos reservatórios, as reivindicações caminharam na direção de “terra por terra”, posteriormente para o “não às barragens” e acabaram por questionar toda a política energética do governo” (Medeiros, 1993, p. 18).

Medeiros (1993, p. 18) ainda se pronuncia sobre o assunto, dizendo que “as lutas dos ‘atingidos’ têm questionado o processo através do qual se dá a remoção dos trabalhadores das áreas afetadas [...]. Vejamos mais de como se deu o processo vivido pelos sujeitos da pesquisa, de seus pontos de vista.

Aprofundemos o assunto, escutando o que dizem os agricultores sobre as reuniões que faziam, suas Assembleias e criação da Associação, para que possamos entender o que eles dizem ser a promessa e o não cumprimento do combinado.

**P.** Era uma única reunião para todo mundo, ou ele fazia só com os moradores daqui e fazia lá só com morador de lá?

**Gardênia** – Era tudo junto. Como eu estou falando, às vezes era tudo junto, às vezes era por localidade, porque as vezes tinha uma coisa especifica para uma localidade, né?

**P.** E a Associação?

**Gardênia** – A Assembleia Geral com a Associação foi feita depois que a Agrovila foi entregue. Foi aí que houve aquela primeira reunião da formação da Associação. Em 2001.

**Angico** –Tinha uma assembleia, aí veio o pessoal tudinho.

**Gardênia** – Porque era com o CARPA.

**(Entrevistados: Angico e Gardênia).**

Quando Gardênia cita CARPA, ela refere-se aos Comitês de Apoio ao Reassentamento e à Preservação Ambiental, que cuidava dos açudes que eram criados. Inicialmente, o comitê (CARPA) viera para discutir e atender às demandas das famílias envolvidas no processo de realocamento.

O fato de se fazer grupos interinstitucionais, como o CARPA, que podem dialogar com a população local é um avanço. Resta saber o poder de fala e o poder decisório que as comunidades (e também os técnicos) possuem junto aos órgãos que financiam as obras que envolvem recursos hídricos, reassentamento e produção agropecuária.

Nestes órgãos que fazem a gestão do processo de reassentamento e da construção do açude, o que está envolvido no projeto maior da concepção da agrovila, há lógicas que sofrem as flutuações da política dominante, ainda que ela também não seja um bloco monolítico e tenha fissuras. Ouçamos mais os técnicos falarem de como se fez necessária a construção do CARPA:

**Alecrim** – Construimos até o que chamamos de CARPA, que é o Comitê de apoio ao reassentamento e a preservação ambiental, e esse Comitê tinha participação dos afetados, de grupos religiosos e dos movimentos sociais, das instituições municipais dali também. Do local. Então a gente procurava ter uma boa representatividade do município dentro desse comitê, certo?

**P.** Quando vocês iniciaram as reuniões já estava decidido que o açude iria ser construído, foi isso mesmo que entendi?

Jericó – Isso. Quando iniciava as reuniões, é porque a gente tinha decisão técnica e política, e todos os estudos já tinham sido realizados.

**Mangaba** – Concomitantemente, quando se começava a construção do açude se ia fazer reunião com as comunidades. Mas nós entrávamos no campo já para fazer as revisões dos laudos, visitando propriedade por propriedade.

**Carnaúba** – Nos RIMAS (Relatório de Impacto Ambientais), às vezes, tem até atas das reuniões, comparecimento do povo, as assinaturas deles.

**Jericó** - Toda obra é assim, a gente vai na comunidade, conversa com o povo.

**P** – Mas conversar é decidir?

**(Entrevistados: Alecrim, Mangaba, Carnaúba e Jericó).**

No estudo de Frota et al. (2013) os autores afirmam que no ano de 1995, a Secretaria de Recursos Hídricos criou os chamados Comitês de Apoio ao Reassentamento e à Preservação Ambiental, conhecidos pelos agricultores e reassentados como CARPA. O comitê tinha como objetivo desenvolver ações de caráter provisório, pois restritamente funcionavam apenas durante a construção do açude e posteriormente eram extintos.

De forma mais objetiva, Frota et al. (2013) descreve:

Os Carpa, foram instituídos pelo Decreto 24.336/ 1997, visando aos açudes a serem construídos no âmbito do Prourb – Recursos Hídricos e tinham por objetivo acompanhar a execução das obras dos açudes, conhecer seu desenvolvimento técnico, tratar da realocação da aspecto técnico sem diálogo com a população da área da bacia hidráulica, acompanhar os processos de desapropriação, servindo de porta-voz dos anseios da sociedade civil impactada pelas obras no encaminhamento e controle das suas reivindicações e preocupações. Tratava-se de uma organização voltada à mitigação dos impactos sociais resultantes da construção de um açude, especialmente aqueles que atingem a população reassentada.

O monitor do campo é uma estratégia inteligente - mas e a variável tempo? De início participante do CARPA, depois este profissional chamado Monitor de campo ficou residindo no local para acompanhar as ações começadas.

Quando do começo da agrovila, então, ele passa a viver na comunidade recém criada, por mais de um ano, assessorando a ISCA (Instituição Sócio-Comunitária da Agrovila), associação fundada nesta arrancada da agrovila. O que podemos entender logo abaixo:

**Carnaúba:** - O projeto era esse, dar suporte para que as associações, porque ninguém podia fazer mais nada, que o objetivo era que as próprias associações corressem atrás dos órgãos. No caso da CAGECE, para conseguir a sua água. E aí foram fortalecidas todas as associações; foi dado suporte para conseguirem documentação e tudo. E aí eles colocaram a água nessas comunidades, tem um mapazinho aí.

Outra coisa, também não esqueço, a gente construiu aquele açude e construiu uma adutora para Aracoiaba e Baturité. Isso passava ali na Lagoa



de São João. A estação de tratamento e também a captação que está aproximadamente 1,5 km da barragem. Aí vinha a adutora, passava por muitas comunidades e o pessoal sem água. Aí eu disse para os assessores do secretário executivo: isso é um absurdo, como é que passa a adutora aqui e esse povo fica sem acesso a água?

**(Entrevistado: Carnaúba).**

Durante sua estadia foi afirmado, tanto da parte dos técnicos como dos reassentados, que havia uma organização e uma estreita ligação entre diálogos e ação. A ponto de ser dito pelos técnicos: *“O projeto de irrigação foi por muito tempo mantido enquanto ele, o monitor de campo, estava lá morando.”* E também foi observado: *“Enquanto esse monitor de campo atuou e residiu lá, ele conseguia movimentar e dar assistência a muita coisa, certo?”*

**Jericó** – Havia uma figura também no reassentamento que se chamava monitor de campo; era um técnico contratado pela Secretaria, terceirizado, que é justamente para dar uma assistência inicialmente aos reassentados, entendeu? Enquanto esse monitor de campo atuou e residiu lá, ele conseguia movimentar e dar assistência a muita coisa, certo?

O projeto de irrigação foi por muito tempo mantido enquanto ele, o monitor de campo, estava lá morando.

**(Entrevistado: Jericó).**

Penso que a ideia de tempo, em pensamento técnico e organização comunitária é um par em que um não pode estar dissociado do outro. Toda técnica é política, porque ela é utilizada em um contexto específico, com finalidade que pode ser adulterada, ou apenas parcialmente utilizada em sua finalidade planejada.

**P.** - O monitor de campo estava ligado ao CARPA? Exemplificando: quando o CARPA acaba o monitor de campo também sai de cena?

**Carnaúba** – Não. Porque agora tem a ISCA (Instituição Sócio-Comunitária da Agrovila).

**Alecrim** - A SRH (Secretaria de Recursos Hídricos) criou a ISCA antes do Estado sair; deixava a ISCA criada, que era a Instituição Sócio-Comunitária da Agrovila, é a associação da Agrovila.

**Baobá** - Em todas as agrovilas a gente deixava essas associações criadas, quer dizer, deixava muito bem organizado.

**P.** - O monitor de campo saiu de lá quando o contrato acabou? Como que foi?

**Alecrim** – Quando o contrato acabou.

**(Entrevistados: Carnaúba, Alecrim e Baobá).**

Figura 7 – Sede da associação comunitária da agrovila de Aracoiaba.



Fonte: Autor da pesquisa.

Do fomento do processo organizativo vivido na agrovila de Aracoiaba tem-se novamente a fala sobre o CARPA o que mostra necessidade de fugir da descontinuidade do acompanhamento técnico e também do diálogo.

**P.** - O comitê se desintegra quando é entregue o açude?

**Catanduva** - O CARPA terminou a obra, acabou! Acaba o comitê (do CARPA) quando a obra acaba.

**Baraúna:** - O monitor foi mais para atendimento das comunidades, da agrovila, então foi mais ligado à ISCA. Eu acho que nenhum foi colocado na agrovila quando existia só o CARPA, o monitor de campo só foi colocado quando a agrovila foi implantada.

**P.** - Juntamente com o projeto agrovila estava previsto o projeto das casas e alguma infraestrutura?

**Mangaba** - Tinha previsto um posto de saúde, uma igreja e uma escola.

**P.** - Foi tudo construído?

**Mangaba:** - Sim, deixamos lá.

**P.** - Então o que estava previsto no projeto foi entregue?

**Mangaba** – Foi. Mas tinha outras coisas, que ficavam a cargo deles mesmos, os comunitários. Que eram os pontos comerciais.

**(Entrevistados: Catanduva, Baraúna e Mangaba).**

Percebemos que tanto na fala dos agricultores, quanto no dito pelos técnicos da Secretaria de Recursos Hídricos, houve avanços significativos na agrovila de Aracoiaba durante a permanência no local de um monitor de campo. Ele assessorava a organização e acompanhava as atividades produtivas, cuja história tem sua gestação com a construção do açude e o processo de reassentamento. Ele unia ação e diálogos coletivos.

Vimos que os técnicos não veem todo o processo e em algum momento se ressentem de não ter a visão do que aconteceu depois de suas saídas para atuar em outros locais. Na fala dos técnicos também acontece o que eles relatam assim: “a gente não vê os desfechos”.

**Catanduva:** - No nosso projeto mesmo, a gente construía só a igreja católica, isso quando tinha a igreja, porque teve delas que não teve. Aí as pessoas de outra religião viram que tinha a igreja católica e solicitaram o terreno, e eles mesmo construíram a outra igreja.

**Sabiá** – Sobre a escola, eu estou me lembrando aqui uma coisa, foram várias escolas que ficaram inundadas. Aí o prefeito, na época, tinha um projeto de fazer uma escola lá em Aracoiaba. Aí foi construído, não foi na Agrovila, né? Foi construído praticamente dentro da sede do município, na sede de Aracoiaba. O prefeito negociou, sei até onde é o local, é antes de chegar na cidade, fica do lado esquerdo. Eu acho que o recurso não foi suficiente e o prefeito conseguiu o recurso também. Esse aí é um fato interessante que você deve colocar na sua pesquisa.

**Alecrim** – Outra coisa, a gente trabalha visitando propriedade por propriedade, fazendo levantamento cadastral, vendo nos laudos o que já tinha, corrigindo, adaptando o que estava feito e o que se ia fazer... Mas com o tempo esses laudos são modificados, as plantações aumentaram, o desmatamento aumentou, tudo isso modifica o laudo.

E daí a gente quando termina de fazer essa varredura aí, essa ação detalhada, lá vamos nós para outro açude, fazer outro açude. E as coisas ficam acontecendo e a gente nem sabe mais. Nunca vamos para nenhuma inauguração de açude; a gente não vê os desfechos.

**(Entrevistados: Catanduva, Sábã e Alecrim).**

Parece ser certo que, para os que aprenderam a lavrar a terra, “a ação é formadora e que a experiência cria o saber” (Braz, 2011, p.173). Também na questão das assembleias e associações, a experiência cria o saber, que se faz na prática e na luta, junto aos outros. Examinemos o processo de reassentamento, do lugar concedido e do sonhado:

**P.** E como é que foi o processo de reassentamento? Foi do jeito que vocês imaginavam? Que o pessoal imaginava? Foi do jeito que foi prometido?

**Gardênia:** Não. Digo que não, porque sexta-feira a gente teve uma aula aqui com um dos moradores mais antigos daqui. Eu o chamei para me ajudar a identificar os primeiros proprietários, né? Que a gente não sabia mais.

Aí ele falou sobre isso.

**(Entrevistado/a: Gardênia).**

Os narradores populares são a memória viva ou os historiadores do lugar. E as populações os identificam, sabem quem é e que as representam, pois, suas histórias são atravessadas e atravessam as dos coletivos das comunidades em que eles vivem.

Milena Braz (2011, p.23) nos lembra que será sempre válido compreender como os sujeitos populares envolvidos em uma ação conjunta dão significado aos processos de mudança de suas vidas. Como eles narram suas vidas e experiências quando dessas transformações coletivas; como falam de suas moradias, trabalho e comunidades, com suas formas de viver. Como defende a autora:

A sociedade oferece uma estrutura social que pode ser alterada pela ação dos indivíduos. Esta relação é denominada por Bourdieu como “Sociologia da prática” – a relação dialética entre uma situação dada e um *habitus*. Aí a categoria *habitus* entra como elucidativa do processo relacional - o *habitus* é internalizado, mas pode ser modificado pelos sujeitos, mediante suas práticas, para, assim, transformar a realidade social. (Braz, 2011, p.23)

Como observa Laplantine (2004, p.23), em um estudo que considere as pessoas e não apenas os fatos e números, retirando-se deles o valor e a ação dos sujeitos, importa não “tentar compreender uma sociedade unicamente nas suas manifestações “exteriores” e ler “significações que os próprios indivíduos atribuem a seus próprios comportamentos”.

Estamos insistindo em observar que na verdade, não parece, pela percepção dos sujeitos moradores ou as populações que estavam sendo reassentadas, que eles se compreendiam como sujeito das ações do reassentamento. Não parecem se referir como capazes de pensar coletivamente decisões e rumos da ação coletiva, pelo menos tão amplamente como seria necessário em um projeto que muda seu cotidiano, costumes, trabalho e convívio com os outros.

É que, segundo falam os sujeitos da pesquisa “o que viera como política a ser executada, já veio com tudo ‘decidido’, pois as discussões eram feitas para a própria saída das pessoas de um lugar para outro sem considerar o prometido”. Veja-se o texto que volta em muitas tonalidades, repetindo seus temas iniciais, mas que, ao modo de uma espiral, avança para novos desdobramentos:

**Angico:** De início era para ser dez (10) hectares de terra para cada um. E acabou se resumindo em três (3) hectares.

**P.** Por que?

**Gardênia:** Porque ele disse que, fora aqui, tinha mais duas (2) áreas que o governo poderia comprar, sendo lá da “Encosta”. Os funcionários que vinham da SRH (Secretária de Recursos Hídricos) disseram que iria ser muito ruim onde a gente queria, que a gente ia ficar muito exposto, que ia ficar em frente à pista da CE, não sei o quê. Botaram vários empecilhos. Eles disseram que onde estamos hoje seria melhor, mas hoje se sabe que não é. Esta terra não é boa para plantios. Na verdade, desde sempre, eles haviam decidido. Onde a gente queria dava para ter os dez (10) hectares e não os três (3) hectares como foram dados. E essa diferença era fundamental para nós.

**(Entrevistados: Gardênia e Angico).**

Pelas falas, transparece que a terra comprada aos fazendeiros e disponibilizadas aos reassentados não era boa para plantios como imaginavam. E esta situação é recorrente. Considerando estes fatos, mas em Projetos de Assentamentos por desapropriação e disponibilização para agricultores e agricultores que não tem terra para viver e trabalhar, Albuquerque et al. (2004, p. 87) dizem ser “necessário muito mais empenho por parte do INCRA e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para implementar uma reforma agrária eficaz, a começar no momento da escolha das terras a serem desapropriadas.” E, sendo propositivos afirmam que:

É possível que a implementação do Banco da Terra, por possibilitar que os próprios agricultores escolham a terra a comprar, aponte uma saída para esse impasse. Mais uma vez, entretanto, faz-se necessário muito cuidado porque, quase sempre, são os proprietários de grandes extensões de terras que estão tomando a iniciativa de retalhá-las, a bom preço, através dos órgãos responsáveis pela reforma agrária. (Albuquerque et al. 2004, p.-87).

Como vamos observando também, a ideia tema volta e mostra Gardênia que as pessoas se informavam, se relacionavam com outras comunidades de assentados, de outros municípios e cidadezinhas. Mas parece que não havia no decorrer de todo o processo uma participação no sentido de construir saberes em conjunto com os técnicos e responsáveis pelo reassentamento.

**Gardênia:** Mas a terra lá que era boa teria espaço para dar os dez (10) hectares de terra para todo o mundo. E a questão de ser perto da BR, eu não vejo empecilho, enxergo que seria mais uma oportunidade. Porque lá no Canindé o povo vai vender as coisas, as produções deles na beira da estrada e vende, que é melhor do que vender para a escola, vender para o governo.

**P.** Como em Ocara, né?

**Gardênia:** Pois é. Ali na Ocara, na beirada da BR, é melhor tá vendendo ali do que tá vendendo grande quantidade por um precinho bem pequenininho e que atrasa. Todo dia tu vai ali, vende um pouco e todo dia tu vai e vende um pouco e com preço bem melhor.

Espada de São Jorge: Sim, vamos vender lá na estrada. Aqueles ali tudo é morador lá de dentro. (Aponta para os lados da estrada).

**(Entrevistada: Gardênia).**

O Projeto de Assentamento no município de Ocara que Gardênia se refere, chama-se Antônio Conselheiro e é fruto da desapropriação da Fazenda Córrego do Quinxixé, realizada pelo INCRA em 1995 (Oliveira; Sousa; Souza, 2021).

Quando Gardênia fala que faria a comercialização de seus produtos como a realizada pelos agricultores assentados da Reforma Agrária, na margem da BR 122, considera que a rodovia citada é a principal via de acesso entre os municípios de

Fortaleza, Quixadá e Quixeramobim. Portanto, transita muitos veículos diariamente, facilitando a venda dos produtos produzidos por si mesmos e ajudando no desenvolvimento econômico do assentamento (Sousa, 2018).

Figura 8 – comercialização de produtos dos assentados do assentamento Antônio Conselheiro, Ocara-CE.



Fonte: Sousa (2018).

Como estamos vendo, mesmo que a cada nova fala haja pontos novos, volta-se ao tema: o que foi sentido do processo de reassentamento questiona o movimento de reassentar em suas bases e em sua execução, em sua política e sua prática social. Há uma lógica que faz prevalecer não a lógica dos sujeitos que serão alvo das ações do governo, mas a dos donos das terras, ou a lógica de uma intervenção compulsória, ainda que tenha objetivos de minorar a pobreza e proporcionar elementos de sua superação.

O reassentamento involuntário em função da execução de obras de infraestrutura governamentais se constitui no deslocamento compulsório de moradores de determinada área, em que a população não é objeto principal da ação, pelo contrário, sofre um processo doloroso de perda de espaços físicos, culturais e sociais. É afetada de diversas formas, porém os maiores prejuízos são a destruição de suas raízes e a interrupção das suas atividades produtivas. (Cortez, 2014, p. 32)

As pesquisas mostram, também, que não é raro que as terras a serem desapropriadas, improdutivas, sejam avaliadas “a peso de ouro”, como se pode conferir:

Sendo assim, a desapropriação de terra tem se tornado um negócio rentável para os latifundiários, que veem valorizadas, a peso de ouro, suas terras, tidas, por definição, como improdutivas. Este tipo de constatação acaba por solapar, nas bases, os esforços do órgão governamental responsável pelo desenvolvimento rural (INCRA) e do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em implementar uma reforma agrária eficaz. E são os assentados, em última instância, os principais envolvidos, sendo muitas vezes a eles atribuída a responsabilidade do resultado final de todo esse processo, o êxito ou fracasso de toda essa política fundiária. (Albuquerque et al., 2004, p. 83).

Os estudos têm observado também que os aspectos psicossociais das relações entre sujeitos, no processo de (re) assentamento tem sido esquecidos ou não se tem conseguido vivenciar inter-relações entre saberes e práticas, ciências e áreas disciplinares.

Contudo, subjacentes aos aspectos supracitados para o sucesso ou fracasso dos projetos de assentamento, estão os aspectos psicossociais, quase sempre deixados de lado pelos investigadores, pois, no Brasil, existe uma escassez de estudos neste âmbito, sob a luz da Psicologia Social. (Albuquerque et al., 2004, p.83)

É percebido pelos sujeitos que há novo momento em termos de relacionamento entre os moradores do reassentamento, a agrovila de Aracoiaba, e que os antigos sentimentos de pertencimento e compadrios, vizinhanças e os grupos parentais foram em certo sentido, desfeitos, e precisam ser recomeçados os vínculos.

Vejamos como Gardênia situa um conflito cotidiano que ela diz como capaz de nos mostrar algo do novo no tempo de agora e se refere a outras dimensões da vida (a afetiva, a sociofamiliar). Reparemos como ela o narra, e como coloca a questão da moradia “uma colada a outra” como tipificando um conflito que condensa questões várias:

**P.** Você disse que havia conflitos e que teve de dizer:” Meu filho, você mandou os vídeos da fumaça, era para ter mandado o de quem fez o fogo”. Pode falar mais disso?

**Gardênia:** Tudo colado; a casa de qualquer vizinho é emendada muro a muro.

**P.** Mas todo mundo respeita pelo menos o lote urbano que tem aqui?

**Gardênia:** Não.

**P.** Quando for dividir, possivelmente vai ter conflito, né?

**Gardênia:** Tu fala assim de invadir um lote?

**P.** Sim.

**Gardênia:** Não.

**P.** O lote urbano, eu falo.

**Gardênia:** Ninguém invade nada. O que tem de briga aqui de morador é som alto, coisa de parede com parede. Você não pode botar um som que incomoda o vizinho. Tu não pode criar nada no teu quintal. Por exemplo, a gente criava galinhas. Acabei com as galinhas por causa que ficavam voando, que a gente não consegue prender, é um bicho. Um porco a gente não pode criar aqui, é criado lá no terreno, longe das casas. Isso é diferente do que se imaginava que podia ser no lugar que seria nosso.

**(Entrevistada: Jasmim)**

E segue a fala agora de Jasmim, explicitando a questão do que será o mundo do público e do privado e como as comunidades têm delimitado espaços destas naturezas diversas. O exemplo dado tipificou também um imaginário onde teriam a terra de plantar junto da de morar, e que isso daria a cada um uma liberdade que não têm, porquanto nova moradia é parede com parede e o terreno de plantio que cada um recebeu não fica junto da casa deles. Poderia ter havido diálogo nesse sentido?

**P.** É confiável criar bichos no lote?

**Jasmim:** Nenhum canto é mais confiável, mas no formato que eu dizia de as casas serem nos lotes era mais seguro, né? Você poderia ter sua pocilga, criar sua criação de bodes, carne de ovelhas, gado... Até hoje a gente briga com questão de gado solto aqui nas estradas, o pessoal solta aí nas áreas por aí. Até hoje a gente briga com questão de zoada. Questão de poluição, porque não pode ter um canto ali desocupado que o povo vai lá e coloca lixo, e queima. Você não pode juntar uma folha ali no quintal e queimar. Aí vai ter que comer que a caçamba também não leva. E pronto. Ontem o rapaz ali só me mandando um vídeo que estavam queimando coisa ali atrás da igreja... Eu disse: "Meu filho, você mandou os vídeos da fumaça, era para ter mandado o de quem fez o fogo".

**(Entrevistada: Jasmim)**

O que questionam é a forma como foi feito o reassentamento, pois houve uma separação da casa de morada e do espaço do terreno onde realizam seus plantios; também o prometido em termos de hectares, para cada um, não foi cumprido; a irrigação não se consolidou... Mas repetem: "se estou na agrovila há vinte anos (20) anos, posso dizer que foi a melhor coisa que eu fiz na vida foi vim pra cá mesmo, porque a terra é nossa; mas seria bom a gente ser ouvido."

Alguns estudiosos do assunto relatam que "A qualidade de vida nesses assentamentos, em que pese a sua precariedade, é percebida pelos assentados como tendo melhorado em relação à que usufruíam anteriormente" (Albuquerque et al., 2004, p.82-83). E continuam os autores mostrando que os vários tipos de reassentamentos são melhoras de vida porque "o patamar anterior de qualidade de vida era muito baixo; era o patamar em que se encontrava e em que ainda hoje se



encontra a maioria dos brasileiros pobres que habitam o ambiente agrário”, e, na verdade, a “própria constituição do assentamento apresenta-se como uma estratégia de inserção social por parte dessa população excluída.” (idem, p.82-83)

Detalha Angico: “Para a maioria a vida melhorou com o assentamento. Antes, só se trabalhava nas propriedades do dono da terra. E hoje se tem casa. Quem não vendeu a terra que recebeu, hoje tem terra para trabalhar. Embora não seja o prometido, mas tem.”

Figura 9 – cultivo de cajueiro em área de sequeiro.



Fonte: Autor da pesquisa.

Leiamos o contexto do diálogo:

**P.** O pessoal gostava mais da época que antes do reassentamento? Ou acha que as coisas melhoraram? O que é que vocês acham, na visão de vocês?

**Gardênia:** Na minha visão, para a maioria melhorou com o assentamento. Da maioria que era só morador, quando o fazendeiro pedisse a casa, mandasse embora, o morador iria para onde? Não tinha terra nenhuma para trabalhar. Só se trabalhava nas terras do dono da terra. E hoje se tem casa, quem não vendeu tem terra para trabalhar. Embora não seja o prometido, mas tem. É seu!

**Angico:** Para a maioria melhorou, como a tia dele que morava em um barraco de taipa, que dava para ver tudo que tinha dentro de casa. Hoje ela tem uma casa!

**P.** Foi através desse processo?

**Jasmim:** Desse processo de reassentamento.

**(Entrevistadas/o: Angico, Jasmim, Gardênia)**

Tentando explicar melhor os entrevistados (foram se chegando outros, muitos outros) mostram que “ficou tudo separado: o lote da gente plantar, o da casa, o do terreno urbano. Com as palavras dos entrevistados: “Eu moro aqui. Eu tenho um lote ali e outro terreno acolá, podendo ser uma coisa só. Cara, ficava tão bonitinho, igual lá no Canindé. É um estirão de mundo de estrada. Uma casa aqui, outra acolá, mas cada casa dentro da sua propriedade”. E completam: “Você não tinha que sair para outro lugar para ir ao seu terreno. Você já estava dentro do terreno.” E: “quanto à ter água para o plantio, quanto à ligação da água, a gente ia fazer a ligação do mesmo jeito, porque você já estava ali praticamente com acesso à água.”

Figura 10 – Lotes das moradias, agrícolas e lotes destinados para irrigação na Agrovila de Aracoíaba.



Fonte: Secretaria de Recursos Hídricos – SRH, 2023.

“Dentre contradições, estamos na agrovila há vinte anos (20) anos; a melhor coisa que eu fiz na vida foi vim pra cá mesmo”, dizem os reassentados. Mas questionam muitas coisas, como estamos observando.

**Aroeira:** Outra das promessas que fizeram era que a gente ia ter acesso a água para irrigar. Realmente foi feito um projeto, mas um projeto inviável.

**P.** Por quê?

**Aroeira:** Porque em 2005 disponibilizaram o projeto que era o São José I. Eu acho que foi o São José I que veio para fazer um projeto de irrigação aqui.

**P.** Em cada lote?

**Gardênia:** Tem trinta e dois (32) hectares que foi destinado para ser irrigado. Parece que tentaram. Prometeram isso e aquilo outro. No final das contas todas as frutíferas se transformaram em cajueiro. E a irrigação nunca funcionou. Tem como chegar água até aqui, mas para funcionar o sistema irrigado para atender a necessidade gerava um alto custo que nem todo mundo tinha condições de pagar.

**(Entrevistadas: Aroeira, Gardênia)**

“A água que vem do açude daria para irrigar aqui”, completam os sujeitos da pesquisa. “A água que vem do açude daria para irrigar aqui, sim. Tanto que na última reunião que teve agora do comitê da SRH, a gente sugeriu e mandaram a gente colocar em ofício para levar e ser colocado em pauta.” E explicita a entrevistada, que dentre outras vozes levanta-se e resume o pensamento do coletivo:

**Gardênia:** O que a gente sugeriu foi que: já que chega água até aqui na Agrovila, do Açude, e vem por gravidade, pode-se fazer a reforma lá da casa e das bombas e aproveitar todo esse percurso que a água passa até chegar aqui.

Em vez de ela vir por tubulação, deve-se fazer um canal, porque aí todo mundo dos Poços até aqui, até esticar a água até a Lagoa de São João, todo mundo ia ter acesso a água para irrigar. E quem tiver condições para fazer, ia poder fazer. E quem não pudesse ou não quisesse, não ia ser obrigado.

**P.** E pela tubulação não dá?

**Aroeira:** Não.

**Gardênia:** Pela tubulação não dá porque vai ter que perfurar, fazer um monte de coisa mais complicado. Mas se bem que também dá, porque a tubulação vem quase toda pela estrada.

**(Entrevistados: Aroeira, Gardênia).**

A irrigação não estava funcionando, constatam também os técnicos, além dos sujeitos da pesquisa que constituem a população de entrevistados da agrovila. “Mas eles cultivam cajueiro ainda...”, observam. Vamos ao contexto da fala:

**Alecrim** – E se você conhece a agrovila, foi uma agrovila muito beneficiada, porque tinha muito Cajueiro.

**P.** - Já tinha ou foi implementado depois?

**Alecrim** – Já tinha e foi complementado.

**P.** - Teve projeto de irrigação?

**Sabiá** - Teve.

**P.** Como é que foi? Quantos hectares?

**Alecrim** - A área irrigada foi coletiva, não estou lembrando quantos hectares. Foi plantado cajueiro anão precoce nessa área. Até hoje tem essa área lá.

**P.** – Mas não funciona, eu vi. Por que?

**Catanduva:** - A irrigação não está funcionando. Mas eles cultivam cajueiro ainda.

**(Entrevistados: Alecrim, Sabiá, Catanduva)**

Com que conceito de técnica se está trabalhando? Uma ação que se doa ao outro à maneira de uma “coisa”, como se faz uma instalação de uma lâmpada? Poderíamos manter esta ideia quando a técnica envolve um modo de viver coletivamente? Aqui vemos a afirmação que o projeto de irrigação foi realizado pela SRH.

**P.** Como foram pensados os lotes para irrigação?

**Catanduva** - Os lotes de irrigação são separados dos lotes agrícolas. Ficou separado 0,5 hectare para cada família.

**Baraúna** - Há uma resistência enorme deles com o coletivo. Tenho exemplo de um assentamento lá em Quixadá, um assentamento do INCRA. Eles diziam: não dá certo não, porque uns trabalham e outros não.

**P.** - O projeto de irrigação foi todo custeado pela SRH?

**Alecrim** – sim.

**P.** - Tinha as bombas, a casa das bombas? Todo o sistema de irrigação?

**Sabiá**: - Não sei qual foi sistema de irrigação lá, eu não sei.

**P.** - Foi instalado e a manutenção ficava por conta deles?

**Mangaba** - É esse que é o problema. Quando você diz assim: é com você para tomar de conta, aí a coisa não funciona.

**P.** Mas com que conceito de técnica se está trabalhando?

**(Entrevistados: Catanduva, Baraúna, Alecrim, Sabiá e Mangaba).**

“Esse açude veio para encher nossos olhos, não nossos potes”, disse um sertanejo do local, no início de tudo, quando viam a água passar nos grandes canos da adutora e não conseguiam acessá-la.

E faz uma crítica em que aparece a beleza também do que ali se dá nas águas do açude construído.

**Baobá** - Teve um problema das comunidades ao redor do açude que, no caso de Poços/ São Francisco, estava aqui, vi o açude, nunca esqueço o que um cara disse, nesse projeto que nós desenvolvemos lá. “Esse açude veio para encher nossos olhos, não nossos potes”. Eu me arrepio todo em todas vezes que lembro e digo isso.

Por que que ele disse isso? Porque não tinha água! Foi lá em Poços que o cara disse isso, quando se estava fazendo uma oficina e não tinha água disponível para eles.

**(Entrevistado: Baobá).**

Lembrei que neste dia escrevi no meu Diário de Campo sobre o que ouvira:

Quando o técnico relatou o caso do agricultor falar que tem água do açude, mas não tem para encher o pote de sua casa, lembrei-me de uma viagem técnica que fiz, ainda em minha graduação para conhecer o canal do trabalhador, construído no Ceará em 1993.

Observei que o percurso da água passa por dentro de grandes propriedades rurais e a população das comunidades não tem acesso ao recurso natural. Essa água que passa dentro das terras dos grandes proprietários está destinada para fins como irrigação e para abastecer as grandes indústrias. Mas o que eu vi na prática acontecer é que existiam muitos pequenos

agricultores sobrevivendo sem água ao lado desses canais e açudes. Água de encher os olhos e não de encher os potes?  
(Diário de Campo).

O assunto volteou e a entrevistada definiu o que talvez fosse o texto que os falantes queriam sublinhar: “la ser coletiva a propriedade da terra; depois, não ficou assim não.”

**Jasmim** – Em pouco tempo veio água pra irrigação, do doutor N.

**P.** – Tinha sido acertado meio (0,5) hectare para cada um? Ou foi parcelada a doação da terra?

**Juazeiro** – Não foi assim não. No começo não ia ser assim não; dividido, não. Ia ser coletiva a propriedade da terra; depois, não ficou assim não. Era para ser coletiva a terra. Ia ser coletiva. Depois não ficou coletiva não.

**P.** – Algum dia funcionou esse coletivo?

**Aroeira** – Não, não deu tempo não. (Rsrs.)

**Ipê** – Porque aí muita gente logo escolheu outra coisa, dizendo: não, não dá certo assim. Porque hoje você vai, eu não vou; fulano não vai... Aí é melhor cada qual nos seus pedacinhos. Dito isso, depois eles dividiram lá.

(Entrevistados: Aroeira, Jasmim, Juazeiro e Ipê).

O aspecto técnico sem diálogo parece que salta aos olhos nas falas dos sujeitos da pesquisa. E sempre se ouve uma fala que diz: “se eu tivesse ido na onda do doutor ou da doutora tinha tudo se acabado há muito tempo.” As questões da irrigação, que havia sido projetada para acontecer, não se resolviam. Vejamos o movimento da realidade:

**Juazeiro** – Eu não tinha muita experiência e pensamos um pouco. Eu fui um dos primeiros que escolheu o cajueiro. O que ela mandou, né? Que era escolher o que é que vai plantar. Que era irrigado, né? Ela dava muito conselho pra gente plantar flores. (Rsrs). E abacaxi, maracujá, mamão. Aí veio na minha cabeça...não; eu é cajueiro, porque eu sei que cajueiro não precisa de tanta água. Teve água do inverno, tem caju no verão. E essas plantas que ela falou tinha que ter água todo tempo; se eu tivesse ido na onda dela (na onda da doutora) tinha se acabado tudo há muito tempo. Porque num instante se acabou a irrigação.

**P.** – Se acabou a irrigação?

**Ipê** – Se acabou a irrigação daqui do doutor N. Aí veio a lá de baixo, do açude. Como era muita terra, não dava para aguar direto, nesse tempo era no verão. Até para cajueiro “pegar” não dava.

**Juazeiro** – Andei muito aí, eu e mais o C. de noite, aguando, né? E andei muito desentupindo bico das mangueiras, né? Teve muito lote que pegou pouco cajueiro, porque o dono não ia desentupir. Aí deixaram os cajueiros morrer. Porque não aguavam, né? Que era muita coisa. O Trabalho do C. era ligar o motor e ver se estava aguando, mas era muita coisa.

**P.** – Mas então, no início tinha irrigação para as sessenta e três (64) famílias? Quem na época queria trabalhar com água irrigada teve oportunidade?

**Aroeira** – Só teve um que tomaram o lote, porque ele não queria trabalhar.

**Ipê** – Deram para outra pessoa que queria trabalhar. Aqui estava tudo zelado e o dele o mato tomava de conta.

(Entrevistados: Juazeiro, Ipê, Aroeira)

O plantio do cajueiro deu certo. Porque não precisava de muita água. Busquemos o sentido dado aos fatos pelos falantes da pesquisa:

**Juazeiro** – Ainda existe algo aqui porque o plantio é cajueiro, que não precisa de tanta água para sobreviver. Pois demorou pouco de tempo essa irrigação.

**P.** – Ah foi? Entre três e cinco anos durou a irrigação?

**Ipê** – Acho que não foi nem isso! Foi nada. Acho que não. Talvez uns dois anos.

**P.** – Mas foi pela seca?

**Jasmim** – Foi porque quando fizeram o projeto não colocaram o custo que os agricultores iam ter para pagar energia. Porque nos primeiros anos ninguém se tocou que no começo ninguém ia ter lucro, só gasto. Aí era todo o mundo agricultor, ninguém tinha ganho de nada. De onde que iria tirar esse dinheiro para investir?

**Ipê** – É, a gente tinha muito medo de vir para cá nesse tempo por isso. Não tinha dinheiro, que a gente era agricultor. Porque lá de onde a gente vinha era cheio de fazendeiro. A gente ganhava umas diariuzinha, né, pra comprar coisa pra dentro de casa, comer, e quando viesse pra cá, ia ter só morador. Só pobre.

**Aroeira** – Sofremos muito no início. Passava o mês e não tinha com o que pagar a bodega.

**Ipê** - Aí eu cheguei aqui, certo que essa casa é boa, mas o terreno não é. Tem muito brejo; só dá legume se for um inverno fraco e se for adubado. Mas graças a Deus tá bem, melhor do que plantar na terra dos outros. Posso dizer que é da gente, quando tiver o documento em mãos; não se pode dizer que é da gente ainda, né?

**(Entrevistados: Juazeiro, Ipê, Aroeira, Jasmim)**

É importante destacar que o Açude Aracoiaba possui uma representação, sendo uma Comissão Gestora, funcionando como um órgão colegiado local, composto por representações da sociedade, tendo como responsabilidade pelo controle social das políticas públicas de recursos hídricos, restrito ao reservatório. Salienta-se que essa referida comissão discute a tempos o planejamento e elaboração de um plano de bacia, objetivando-se a criação de um instrumento participativo, considerando as potencialidades, dificuldades e principalmente as reivindicações das comunidades envolvidas. Porém, de acordo com os pares, precisa-se ser realizado um diagnóstico, in loco, da realidade do açude e suas adjacentes para posteriormente ser construído um plano de bacia contundente (Paz; Ribeiro, 2022).

A seguir, se observou outros aspectos que foram sendo falados e que refletem sobre outras dimensões da vida. “Aqui aprendi de estudo e também aprendi da roça. Até brocar, já broquei.”

E com voltas e aprofundamentos a reflexão continua:

**Gardênia:** Fazer que nem a história: já volto atrás. Se eu soubesse fazer o que eu sei hoje lá, eu acho que lá eu estava melhor, na cidade, que eu já tinha migrado. Mas aqui tá bom também.

**P.** Mas se tu continuasse, tivesse continuado lá, talvez tu não saberia fazer o que tu faz hoje.

**Gardênia:** Saberria não.

**P.** Então...

**Gardênia:** Com toda a certeza. Talvez até eu estava trabalhando de empregada nas casas dos outros. Não tinha aprendido fazer nada, não tinha conseguido terminar meus estudos, não sabia correr atrás de nada.

**(Entrevistada: Gardênia)**

Assim é que, como menciona Milena Braz (2011, p. 81) sobre a transposição da antiga para a cidade de Nova Jaguaribara, acontece que “normalmente, as pessoas associam o passado a uma situação de fartura e o presente como detentor de um entrave à sobrevivência. A dificuldade é atribuída pelos moradores à cidade moderna, que não permite a forma de trabalho exercida no espaço anterior”.

Na verdade, pelo que fala Gardênia, o fato de ficar pelo da CE (Rodovia), o novo lugar coletivo, não seria problema, mas o que se vê é que há o costume e já nem causa estranhamento o fato de que a forma de vida dos lugares de plantio interioranos vai sendo cada vez mais citadina, e dependendo gradativamente mais da vida comercial das cidades.

A Lei de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, Lei No 11.996, vigente a partir de 1992, foi pioneira, no Nordeste, e a segunda estabelecida no Brasil, como comentada pelo sujeito da pesquisa Sabiá. Consonante com a legislação nacional, a lei estadual prevê a participação da sociedade civil na gestão das águas. O texto legal estabeleceu a criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, a fim de garantir a participação popular. Vejamos o que diz o artigo 1º da referida lei estadual, in verbis:

Art. 1º. A Política Estadual de Recursos Hídricos, prevista no artigo 326 da Constituição Estadual, será disciplinada por esta Lei e tem como objetivos: I - compatibilizar a ação humana, em qualquer de suas manifestações, com a dinâmica do ciclo hidrológico no Estado do Ceará, de forma a assegurar as condições para o desenvolvimento econômico e social, com melhoria da qualidade de vida e em equilíbrio com o meio ambiente; II - assegurar que a água, recurso natural essencial à vida, ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social possa ser controlada e utilizada, em padrões de qualidade e quantidade satisfatórios, por seus usuários atuais e pelas gerações futuras, em todo o território do Estado do Ceará; e III - planejar e gerenciar, de forma integrada, descentralizada e participativa, o uso múltiplo, controle, conservação, proteção e preservação dos recursos hídricos.

Como se pode observar, no primeiro artigo da referida lei, para a garantia de uma gestão que coadune o desenvolvimento econômico à qualidade de vida das pessoas e equilíbrio do meio ambiente, é preciso planejar e gerir os recursos hídricos

de forma integrada com a participação da sociedade civil. Assim, para atender o que preceitua a lei, surgem os Comitês de Bacias Hidrográficas, organizações consultivas e deliberativas, compostas de representantes das instituições ligadas à questão hídrica, bem como consumidores e membros da sociedade interessados na discussão e proposição acerca do problema.”

Voltando ao nosso caso em estudo, o desafio parece ser pensar o deslocamento, a inserção no novo lugar e a interação com o Outro e a natureza no novo local como desafio onde desenvolvimento deve se associar à inclusão social e a uma não quebra de laços comunitários.

A migração, que a entrevistada já vivera reaparece com sua fatídica sentença: “trabalhar sem ter futuro algum em vista”. E, sem tardar, a reavaliação se consolida: “o estudo vale.”

**P.** Conseguiu terminar os estudos?

**Gardênia:** Todo não, mas tenho ensino o ensino médio completo e não troco por várias pessoas daqui que tem faculdade.

**P.** Então, concluiu o ensino médio.

**Gardênia:** O estudo vale. Pois é, se nunca fiz faculdade não troco meu ensino médio por várias faculdades de colegas meu que tem por aqui. Tem colega meu formado em português que me liga perguntando coisa besta, como é que, como é que se escreve isso? Essa expressão, não sei o quê.... Esse texto está correto? Essa palavra está certa? Cara, tu é formado em português, cara.

**P.** Todo o processo da agricultura que se faz por aqui você conhece, né?

**Gardênia:** Todo o processo. Aprendi de estudo e também aprendi da roça. Por roçar aprendi muito. Até brocar, já broquei.

**(Entrevistada: Gardênia)**

Sabe-se que o conceito de desenvolvimento tem se modificado ao longo dos anos e das décadas, e, como observa Oliveira (2019, p. 20), e: “O que antes era entendido e encarado como algo estritamente econômico, diretamente relacionado ao aumento da produção e consumo, passou a reconhecer a importância da questão social e ambiental para a sua composição.” E, ainda na percepção e estudos de Oliveira (2019, p. 21) se vê que:

O período que compreendeu até o início dos anos 1960, não se havia muito com a necessidade de separar desenvolvimento de crescimento econômico. Até esse período, os países considerados desenvolvidos também coincidiam com aqueles que haviam se tornado ricos através da industrialização, enquanto que, do outro lado do espectro, os países que compunham o grupo dos subdesenvolvidos possuíam um processo de industrialização muito incipiente, ou até mesmo inexistente, e eram pobres. (Oliveira, 2019, p.21)



A ideia de sustentabilidade passou a ser chave, então. Assim é que, ainda segundo Oliveira (2019, p. 20): “a partir dos anos 1980, o termo ‘desenvolvimento sustentável’ passou a ser utilizado e o crescimento econômico deixou de ser sinônimo de desenvolvimento e passou a ser um de seus elementos” (Hopwood; Mellor; O'Brien, 2005).

É assim que Oliveira (2019, p. 22) cita Amartya Sen (2000, p. p.29) para quem “uma concepção adequada de desenvolvimento deve ser capaz de ir além da análise simplista de variáveis relacionadas à renda como a mera acumulação de riqueza e o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB).” Daí que, segundo o autor “o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo” (Sen, 2000, p. 29).

Diz mais Oliveira (2019, p. 23), apoiada em Silva e Souza Lima (2010) que:

Ao tratarmos acerca da noção de sustentabilidade, prontamente nos deparamos com duas origens distintas do termo: uma na biologia e outra na economia. A primeira delas encontra-se diretamente relacionada à ecologia, ou seja, trata-se essencialmente da capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas diante das agressões sofridas, seja derivada da ação humana ou decorrente de causas naturais. Já a segunda delas está atrelada a ideia de desenvolvimento com a intenção de reduzir a incompatibilidade atual da condição mundial que elucida, cada vez mais, a necessidade de crescimento a fim de sustentar a população humana, tendo, em contrapartida, que assegurar o futuro ambiental do planeta.

Lembra a autora que a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972 foi fundamental, um marco mesmo, para colocar em pauta a ruptura da crença de que “não haveria limites para a exploração dos recursos ambientais, contrariando o pensamento predominante de crescimento econômico contínuo da sociedade industrial”, o que resulta que “a partir de Estocolmo, começa a ganhar força a constatação de que as agressões à natureza podem limitar o processo de desenvolvimento” (Oliveira, 2019, p. 23).

Coadunando seu pensamento com o de Nascimento (2012) e com o nosso, Oliveira (2019, p. 25) avança, segundo pensamos, na ideia de que “a dimensão social está contida a ideia de que “a pobreza é provocadora de agressões ambientais e, por isso, a sustentabilidade deve contemplar a equidade social e a qualidade de vida dessa geração e da próxima”.

Decorrendo daí, e tentando chegar a um certo nível prático, tem-se que é consenso entre autores e resultados das reflexões sobre a prática que a questão da sustentabilidade relacionada ao desenvolvimento implicará esforço coletivo entre os

sujeitos dos diversos segmentos sociais, no sentido de operar com políticas públicas para concretizar equidade e justiça social. Pois estas são caminho fundamental para o exercício da sustentabilidade em bases sociais menos desiguais.

Na Cúpula da Terra, conferência realizada em 1992, se viu a questão da necessária preservação da biodiversidade e tenta-se um compromisso entre os 187 países participantes deste evento, que conseguiu propor uma Convenção da Diversidade Biológica, marco legal para acordar posições. Este, representou, “o primeiro acordo mundial destinado à conservação e uso sustentável de todos os componentes da diversidade biológica, além de ser responsável por definir, também pela primeira vez, a biodiversidade no contexto social e econômico” (Oliveira, 2019, p. 29).

A Convenção da Diversidade Biológica (CDB) teve precipuamente três grandes metas: (i) conservação da diversidade biológica; (ii) utilização sustentável de seus componentes; e (iii) repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos (Brasil, 2002).

Assim os países citados assinantes da Convenção se comprometeram a:

- a) Desenvolver estratégias, planos ou programas para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica ou adaptar para esse fim estratégias, planos ou programas existentes que devem refletir, entre outros aspectos, as medidas estabelecidas nesta Convenção concernentes à Parte interessada;
- b) Integrar, na medida do possível e conforme o caso, a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica em planos, programas e políticas setoriais ou intersetoriais pertinentes (Brasil, 2002).

Segundo Oliveira (2019, p.30), é possível supor estar-se avançando ao se tornar consenso, de acordo com a Agenda 2030, que “é importante reconhecer o vínculo entre o desenvolvimento sustentável e outros processos relevantes em curso nos campos econômico, social e ambiental” (ONU, 2015, p. 17). Dentre os objetivos do desenvolvimento sustentável expostos no acordo estão:

- Objetivo 1: Erradicação da pobreza.
- Objetivo 2: Fome zero e agricultura sustentável.
- Objetivo 3: Saúde e bem-estar.
- Objetivo 4: Educação de qualidade.
- Objetivo 5: Igualdade de gênero.
- Objetivo 6: Água potável e saneamento.
- Objetivo 7: Energia acessível e limpa.
- Objetivo 8: Trabalho decente e crescimento econômico.
- Objetivo 9: Indústria, inovação e infraestrutura.
- Objetivo 10: Redução da desigualdade.
- Objetivo 11: Cidades e comunidades sustentáveis.

Objetivo 12: Consumo e produção responsáveis.  
 Objetivo 13: Ação contra a mudança global climática.  
 Objetivo 14: Vida na água.  
 Objetivo 15: Vida terrestre.  
 Objetivo 16: Paz, justiça e instituições eficazes.  
 Objetivo 17: Parcerias e meios de implementação (PNUD, 2015).

Abrimos a angular para estudar a questão mundial e ver como ela impõe implicações no âmbito local. Agora vejamos no Nordeste, com sua história de seca e o desafio de conviver com o semiárido em uma sociedade com extensas desigualdades sociais.

Milton Santos nos faz refletir no que ele nomeia de pobreza "incluída": o que seria isso?

Antes, as situações de pobreza podiam ser definidas como reveladoras de uma pobreza acidental, residual, estacionai, intersticial, vista como desadaptação local aos processos mais gerais de mudança, ou como inadaptação entre condições naturais e condições sociais. Era uma pobreza que se produzia num lugar e não se comunicava a outro lugar. Então, nem a cidade, nem o território, nem a própria sociedade eram exclusivas ou majoritariamente movidos por *driving forces* compreendidas pelo processo de racionalização. A presença das técnicas, coladas ao território ou inerentes à vida social, era relativamente pouco expressiva, reduzindo, assim, a eficácia dos processos racionalizadores porventura vigentes na vida econômica, cultural, social e política. Desse modo, a racionalidade da existência não constituía um dado essencial do processo histórico, limitando-se a alguns aspectos isolados da sociabilidade. A produção da pobreza iria buscar suas causas em outros fatores. (Santos, 2001, p. 70)

É que ainda não se vivia a sociedade do consumo, o capital não se apresentava mundializado e não se tinha uma pobreza estrutural globalizada.

Na situação que estamos descrevendo, as soluções ao problema eram privadas, assistencialistas, locais, e a pobreza era frequentemente apresentada como um acidente natural ou social. Em um mundo onde o consumo ainda não estava largamente difundido, e o dinheiro ainda não constituía um nexos social obrigatório, a pobreza era menos discriminatória. Daí poder-se falar de pobres incluídos. (Santos, 2001, p. 70).

Estamos agora, porém, com uma pobreza estrutural globalizada, seria lícito considerar "que a atual divisão "administrativa" do trabalho e a ausência deliberada do Estado de sua missão social de regulação estejam contribuindo para uma produção científica, globalizada e voluntária da pobreza." E explica o que deseja mostrar com isso:

O último período, no qual nos encontramos, revela uma pobreza de novo tipo, uma pobreza estrutural globalizada, resultante de um sistema de ação

deliberada. Examinado o processo pelo qual o desemprego é gerado e a remuneração do emprego se torna cada vez pior, ao mesmo tempo em que o poder público se retira das tarefas de proteção social, é lícito considerar que a atual divisão "administrativa" do trabalho e a ausência deliberada do Estado de sua missão social de regulação estejam contribuindo para uma produção científica, globalizada e voluntária da pobreza. (Santos, 2001, p. 72).

Atenta Milton Santos (2001, p. 72) para o fato de que: “Alcançamos, assim, uma espécie de naturalização da pobreza, que seria politicamente produzida pelos atores globais com a colaboração consciente dos governos nacionais”, e ainda, com a anuência ou participação da ciência feita por intelectuais contratados que passam a “legitimar essa naturalização”.

Um breve recorte nos leva a pontos precisos e que podem ser reflexionados, e mesmo que carregem críticas podem provocar esperanças.

Historicamente teve-se o Programa de Apoio às Pequenas Comunidades Rurais (APCR) do Projeto Ceará, e este sendo compreendido como exitoso, impactou na Sudene e Banco Mundial como capaz de gerar novas indicações de ações para os planejamentos para a década de oitenta e vindouras. “O planejamento de forma integrada ainda era considerado viável, embora as ações devessem ser ampliadas geograficamente com redução do número de componentes a fim de surtir o efeito desejado, redução da pobreza”, observa (Araújo, 2003, p. 74). Com reformulações estes programas foram engendrando outros, como uma mãe canguru.

Daí se pensou e se pôs em execução o “Projeto Nordeste (Programa de Desenvolvimento Rural do Nordeste), com seis programas, três dos quais na área produtiva: o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural; o Programa de Irrigação do Nordeste e o Programa de Apoio aos Pequenos Negócios não-Agrícolas.” E segue Araújo (2003, p. 74): “Os outros três, na área social: Educação, Saúde e Saneamento Básico.”

A ideia de base era que o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) pudesse ser útil à erradicação da pobreza rural. E tal ação tinha como horizonte de execução em quinze anos “atender a seiscentas (600) mil famílias de pequenos produtores rurais, valendo-se de um conjunto de ações integradas, com o objetivo de induzi-las a passar para patamar mais elevado de renda real”, renda esta que lhe possibilitasse “atender às suas necessidades de sobrevivência e almejar contínua melhora de condições de vida” (Araújo, 2003, p. 77).

Dessas avaliações de ações que objetivavam o combate à pobreza e envolviam o compromisso com o incremento da produção rural e aumento de renda para os pequenos agricultores pobres, viu-se que poderia ser revisto e retomado aspectos destes programas e projetos que pudessem dar forma a uma nova ação nesse sentido da erradicação da pobreza. O Projeto São José vem dessas leituras. Ele colocou em ação a sua proposta a partir da leitura do que se vivera com o Programa de Combate à Pobreza Rural no Nordeste e do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, em suas várias reformulações, dentre outros. Segundo o Governo Brasileiro e o Banco Mundial estes programas tiveram avaliação positivada, em que pese, digo, as dificuldades encontradas e as contradições que sempre tornam visíveis as desigualdades sociais e as demandas mais prementes do mais pobres.

Lembremos que na abordagem representada pelos entrevistados e entrevistadas não é considerada a ideia, já saber coletivo nas práticas de extensão rural, de que:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem... A ideia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda. (Santos, 2001, p. 96-97).

Um problema que parece ter sido refletido, porém, observa Araújo (2003, p. 93) é o de que o Projeto São José não apresentava “melhoria efetiva na saúde, na renda, enfim, na vida das pessoas com a implantação dos sistemas de abastecimento d’água e a eletrificação rural” porquanto estas “correspondem a atividades responsáveis por 74% das ações liberadas”. Havia, pelo que se observa, uma falta de percepção da complexidade e globalidade da vida e, portanto, das ações, podendo ser resultante da não compreensão do território como mundo de vida habitado por coletivos de um lugar, com um todo de querereres e saberes, necessidades e potencialidades.

No que pudemos ver nessa abordagem de caráter qualitativa, feita nesta pesquisa, se tem identificado que o acompanhamento aos projetos executados pelo programa de Estado denominado São José não parece dar conta da natureza

relacional dessas ações e de sua necessária abordagem interdisciplinar. Elas exigem diálogos, parcerias de conversações e ajudas circunstanciadas, localizadas, reflexionadas conjuntamente com diferentes sujeitos com especialidades diferentes. Parece que tradicionalmente a formação técnica se separa da abordagem dialógica e os aspetos psicossociais se dissociam dos financeiros e operativos. O que ocasiona grandes esforços que resultam truncados, mancos, com ações mutiladas, em parte.

Já se pôde perceber com nitidez que as abordagens interdisciplinares são as que revelam resultados mais práticos, por possuir profundidade de reflexão e diálogo, bem como oportuniza trocas de saberes.

Vimos também que a pequena equipe de técnicos não parece ser suficiente para atender grandes solicitações, com suas diferenças locais, geopolíticas, relacionais e com reconhecidas demandas de apoio técnico perseverante. O tempo dessa assistência dialógica, como deve ser, não pode ser mensurado muito curto.

Os relatórios e as críticas que pudemos ler sugerem que não se utilize excessivamente abordagens de pesquisa quantitativa, mas que se faça estudos qualitativos, de maneira a se observar movimentos como: renda, participação de membros da família na operação comunitária; envolvimento da mulher e outras questões de gênero; papel dos membros das novas gerações no âmbito familiar e comunitário; estratégias planejadas de produção e comercialização, etc. E pelo que vimos é válido, ainda, e oportuno, se descreva nos processos produtivos as gerações de emprego intergeracionais e as atuações conjuntas entre as várias gerações.

Estudos que observem a evolução, no tempo, de projetos produtivos de uma comunidade ou família por determinado período podem vir a flagrar as dificuldades e acertos reais nas práticas agrícolas da localidade, nos relacionamentos interpessoais que as asseguram e isso importa efetivamente quando se utiliza mecanismos técnicos e de mecanização agrícola, novos saberes e estratégias de inserção deles em um campo concreto como o da agrovila de Aracoiaba.

## **8 CAPÍTULO III**

Os sujeitos da pesquisa, como vimos, não haviam tido antes a experiência de serem reassentados e praticamente todos trabalhavam na pesca e agricultura. Não haviam vivido antes a mudança de vida para um reassentamento e toda a experiência de virem evadidos para a agrovila de Aracoiaba, onde se deu a realização da construção do açude perto de suas moradas novas, lhes era inédita. Os inícios da

construção do açude se deram em 2000 e foram concluídos em 2002, mas os relatos que pudemos capturar apontam que medições começaram a acontecer desde 1999.

Exatamente em 1999 terminara o Projeto Lumiar (assumido pelo INCRA), no Ceará, e que tinha entre suas funções dar assistência técnica aos projetos dos assentamentos federais, já que as novas situações da vida em comum o exigiam e historicamente esta havia sido uma demanda sempre renovada dos agricultores. O projeto Lumiar tinha como seus objetivos candentes:

O desenvolvimento das famílias assentadas; a consolidação dos projetos de assentamento e sua inserção no Município ou região como unidade de produção competitiva, geradora de renda e emprego; suprir a necessidade de assistência técnica e a capacitação das famílias assentadas, no que diz respeito à implantação e desenvolvimento de culturas e pastagens, armazenamento e comercialização, criação de animais e introduzir novas tecnologias e ações de estímulo à organização dos assentados (Ministério Extraordinário de Política Fundiária, 2001). (Albuquerque et al., 2004, p.82).

No entendimento dos autores acima citados, “os esforços dos técnicos do Projeto Lumiar têm sido onerosos para os cofres públicos e obtido pouco retorno” (Albuquerque et al., 2004, p.87). O que não deveria acontecer, depois de tantas lutas sociais.

Tais fatos (a não mudança significativa do padrão de vida no assentamento) ainda acontecem nos dias atuais, devido a questões ainda não resolvidas, como já pudemos observar anteriormente e que se assemelham com os assentamentos estudados por Albuquerque et al. (2004). Estes, após seis anos de existência,

As pessoas assentadas ainda não deixaram de se diferenciar economicamente dos seus vizinhos, bem como não apresentam condições de produzir sem o apoio do Estado, seja para a sua subsistência, seja para a comercialização. Pode-se supor que este último objetivo não foi alcançado devido à péssima qualidade da terra onde estas pessoas foram assentadas. A terra se caracteriza como improdutiva, neste caso, devido à falta de adequação para a atividade agrária.” (Albuquerque et al., 2004, p.-87).

Os reassentamentos, tradicionalmente feitos em terrenos inóspitos ou em lugares sem água, historicamente ressentem-se de não ter conseguido transformar o quadro de empobrecimento das populações rurais ou de dar-lhes mais autonomia no seu trabalho produtivo. Como os diálogos entre governo e agricultores não se situavam em novos parâmetros, o passado resulta por não dar lições de história ao presente.

Os estudos para demarcar o local do reassentamento, como disseram os sujeitos desta pesquisa, “já tinham sido feitos, eles já tinham dito que o açude ia ser feito e quando eles fizeram a reunião, era para a gente escolher esses cinco mil reais para vir, ou não”, disseram os entrevistados.

**Juazeiro** – Aí quando eles fizeram uma reunião que era pra gente vim pra cá ou escolher esses cinco (5) mil reais, o açude já estava funcionando.

**P.** – Vocês não tiveram escolha, é isso?

**Jasmim** – A única escolha que tinha era se queria vim pra cá, né? Ganhar a casa ou receber o dinheiro.

**Ipê** – Só que eu senti muita raiva, porque eles disseram lá na época, na reunião que assistimos, já começando a fazer tudo, que o terreno teria terra bastante para se trabalhar, mas foi totalmente diferente.

**Juazeiro** – Foi! Eles disseram que era oito (8) hectares para cada família.

**Ipê** – Mas isso não aconteceu.

**Jasmim** – Eles disseram que não foram os culpados, porque não acharam foi terreno pra comprar... É tanto que eles iam comprar mesmo pra cá, né? Mas desse lado daqui o dono não vendeu. Daí a gente escolheu na primeira reunião que a gente queria terra para o lado de lá do açude.

**P.** – Do lado do que é o açude hoje? Mais próximo do asfalto?

**Jasmim** – Isso mesmo, mas na época não tinha esse asfalto.

**(Entrevistados: Jasmim, Juazeiro e Ipê).**

Vemos que a terra falada, onde os reassentados passaram a morar e explorar, tem características que não favorecem o cultivo de plantios novos. Repetem constantemente que lhes disponibilizaram uma “terra cheia de carrasco” que não lhe favorecem.

**Juazeiro** – A gente queria lá porque tem uma terra muito boa. Muita terra. Tinha feito naquele tempo só uma rua direto e casa para os dois lados;

**Aroeira** – Seria do jeito que a maioria quisesse que fosse, *como é nos outros reassentamentos*. A casa dentro do terreno mesmo. Aqui não, as casas são tudo perto umas das outras e os terrenos afastados. (Grifo meu.)

**(Entrevistados: Juazeiro e Aroeira).**

Vê-se que o desejo das famílias reassentadas era ter suas casas dentro do lote de produção agrícola que caberia a cada unidade familiar, do mesmo modo que fora nas comunidades inundadas (“*o terreno poderia ser no próprio quintal da gente*”). Chegando mais agricultores, o grupo continuou o assunto que havíamos começado:

**Juazeiro** – Por que eu digo que seria melhor pra lá? Porque a terra da gente seria boa e tinha sido no nosso quintal, seria maravilhoso, não é a terra muito ruim, só o carrasco. Mas para onde eles queriam que a gente fosse, a terra boa era bem pouquinha, e ia daqui só até no riacho da Pedra Aguda.

Aí no começo, era o terreno do doutor N., não era para ser nem como era agora não, daí foi se pegando. A Chapada que ia ter era só esse pedacinho aqui.

**Aroeira** – Nesse tempo, já era quase 2001, por aí, o açude já estava bem encaminhado. Aí seu C. disse: – Não, ninguém vai querer isso aí não, porque a terra não é boa terra, porque pega muita pedra, né?



**Juazeiro** – As terrinhas boas eram perto de riacho. Mas uma das primeiras coisas que não se quer é que se mexa em beirada de riacho, né? Aí ia sobrar o que para a gente trabalhar?

**Aroeira** – Teve uns donos de terra que não venderam a terra boa que a gente queria. Daí ficou só esses pedaços aqui. Por isso que deu pouca terra. Ficou só três e meio (3,5) hectares para cada família.

**P.** – Então são três e meio (3,5) hectares para cada família?

**Aroeira** – Era para ser, mas não é! E é de *sequeiro*.

**(Entrevistados: Juazeiro e Aroeira).**

Um termo usual entre agricultores e outros profissionais que lidam com produção a partir de plantios, é o “sequeiro”, que para o povo significa que a terra só pode ser cultivada no período de inverno, pois nada dá quando não chove e não há irrigação.

Examinando as diversas falas percebe-se não haver uma uniformidade no que se refere ao tamanho dos lotes para cada família. Na fala dos entrevistados uns ganharam dois e meio (2,5) hectares, outros três e meio (3,5) hectares, havendo até quem ganhasse oito (8) hectares. Na fala de Aroeira: “Eu não sei como foi essa medição que eles fizeram, porque a gente tem o mapa, olha ali, mas tem terreno que não dá, a maioria. Esses terrenos aqui do pessoal do açude só é dois e meio (2,5) hectares. Às vezes três (3) hectares”.

Quando perguntei quem fez a medição das terras, eles, reassentados, responderam que foi a Secretaria de Recursos Hídricos e até completaram: “Nós tava estudando o mapa, um dia desses”.

Também a separação do lugar de morada do espaço de plantio é vista como problema: “Hoje tem quase três km de distância da nossa morada para o lugar de plantio, tem gente que tem quase cinco (5) km de distância para chegar no seu roçado. E lá onde a gente queria, não, seria construído o roçado de cada um na sua própria terra.”

**Aroeira** - O pessoal dos “Poços” vieram primeiro. E ficaram num lugar que pega mais ou menos onde é a parede do açude; eles saíram logo de seus cantos e vieram. Eles moravam ali na Lagoa de São João. Chegou um maquinário medonho, tiveram que vim logo. Alugaram umas casas antes de ter sido feita a agrovila.

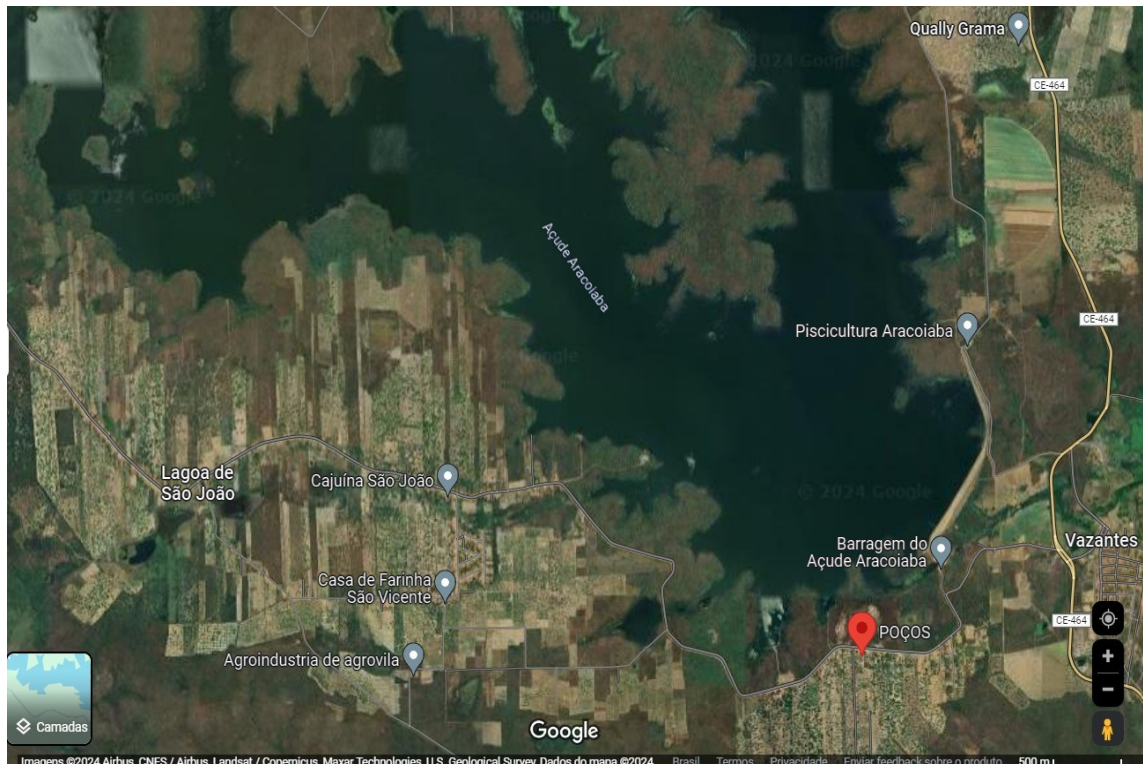
Alugaram umas casas pra lá, mais próximo da parede do açude. Aí os que vinham saíam lá nos “Poços” mesmo, era mais distante um pouco. Mas vinham.

**(Entrevistado/a Aroeira).**

Vemos na figura abaixo que a comunidade de Poços é que ficara mais próxima do sangradouro do açude (*“ficaram num lugar que pega mais ou menos onde é a parede do açude”*).

Olhemos as distâncias no mapa:

Figura 11 – Localização da comunidade de poços, Aracoiaba-CE.



Fonte: Google Earth, 2024.

Continuando a reflexão começada anteriormente, veremos como foi se formando o reassentamento, como foi inicialmente projetado e podemos ter uma estimativa do quantitativo de famílias que potencialmente poderiam ser alvo de ações como as do Projeto São José III.

**P.** – E a agrovila de Aracoiaba foi projetada para quantas famílias?

**Jasmim** – Sessenta e cinco (65).

**P.** – Vieram todas as famílias de lá, de onde vocês estavam?

**Jasmim** – Foi sessenta e cinco (65) famílias que quis a casa, né? Teve outras famílias que preferiram o dinheiro.

**P.** – Todas essas casas existem ainda?

**Jasmim** – Dessas sessenta e cinco (65) casas, o pessoal das SRH (Secretaria de Recursos Hídricos) veio semana passada, a gente fez o levantamento, agora são cento e nove (109) casas. Agora tem mais casas porque tem os filhos, né? Fora as casas que foi feita nos terrenos tem as casas dos filhos da gente.

**(Entrevistados grupalmente: Jasmim, Juazeiro e Ipê).**

Continuando a conversa, pudemos ver que a estimativa projetada de famílias para compor a agrovila de Aracoiaba, inicialmente era de sessenta e cinco (65) famílias. Porém, atualmente vivem cerca de cento e nove (109) famílias, o que nos leva a perceber que para além do êxodo rural que se conhece, um número significativo de familiares dos reassentados vem viver juntamente com os seus. Confira-se:

**Juazeiro** – Eu acho muito errado fazer casa no quintal, né? O pessoal acha bom porque o filho fica encostadinho da mãe, do pai, mas eu acho que isso é ruim, né? Uma casinha lá de trás, que fica no quintal, se algum dia a pessoa do filho quiser sair, vender ou então se separar da mulher lá, fica difícil, né? E sendo aqui de frente não, se ele quiser vender, separar e vender dá para dividir. Fica bem melhor, fica muito bom.

**Ipê** – Aqui não aumentou mais ainda porque não entregaram documento, não entregaram porque era assim: a gente ia escolher a casa ou cinco (5) mil. Quem pegasse cinco (5 mil) ia embora, e se escolhesse a casa, com cinco (5) anos eles davam o documento. Mas até hoje nada do documento sair.

**P.** – Vocês têm o contrato de concessão de uso?

**Ipê** – Não.

**Jasmim** – O papel que a gente tem dessas casas é a conta de água e de luz. Só. A gente não tem mais papel de nada.

**Juazeiro** - Que cinco anos foi esse que até hoje, né?

**Ipê** – Mas graças a Deus tá bem, melhor do que plantar na terra dos outros.

**(Entrevistados: Jasmim, Juazeiro e Ipê).**

Vemos através dos relatos dos agricultores e agricultoras que participaram desde o início do processo de transição ocorrido pela construção do açude Aracoiaba e posteriormente do reassentamento na Agrovila de Aracoiaba, a ausência de concretização do acesso ao documento da terra para essas famílias. Também isso fica explícito na fala dos profissionais e técnicos que escutamos:

**P.** – São quantas agrovilas que ainda faltam serem tituladas?

**Catanduva** – São vinte e duas (22). Então, vamos ter uma nova rodada de negociação para ver se dá para atender esse pedido aí, essa pendência. Espero que a gente consiga.

**Alecrim** - Nós estamos aqui com tudo pronto para começar a trabalhar, mas não depende só de nós.

**P.** Seria pendência, o nome?

**(Entrevistados: Catanduva e Alecrim).**

Transparece também que essas agrovilas citadas (vinte e duas) que faltam receber a titulação dos imóveis pelo governo estadual são, de certa forma, não tratadas como prioridades. O que interfere diretamente na qualidade de vida da população que reside e trabalha ali, porquanto sem o título da terra em suas mãos os agricultores e agricultora ficam impossibilitados principalmente de acessarem políticas públicas para investimento ou potencializar as atividades produtivas existentes ou a

serem implementadas. Continuemos acompanhando o que dizem os sujeitos que participaram como profissionais ou técnicos dos órgãos estatais, na construção da agrovila e Aracoiaba.

**P.** – Vocês têm o levantamento atual das famílias que vivem na agrovila de Aracoiaba?

**Carnaúba** – Não, isso não. Levantamento preciso ninguém tem não.

**Sabiá** – Jericó estava organizando, porque Aroeira e Gardênia passou os dados tudinho, mas eu não sei se ela concluiu. Vamos até mandar para o IDACE (Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará) (*grifo meu*).

**Baraúna** – Nós éramos para ter dado o Título, como demos o título das terras para dezessete (17) agrovilas. Mas esse pessoal de Aracoiaba não recebeu mesmo o Título. Por quê? Porque não só não é a Secretaria que tem essa autoridade de emitir Título, é o IDACE, você sabe. Então o IDACE, quando a gente mandou o pedido para as dezessete (17) agrovilas, mandamos para eles e eles deram o título, a exemplo da agrovila Sitio Novos. Lá, cada um tem o seu Título da terra. Mas aí quando chegou numa certa altura, o IDACE não deu mais os Títulos, nós temos acho que vinte e duas agrovilas (22) sem Títulos. E agora o pessoal de Aracoiaba está atrás.

**P.** E o que falta para a titulação das terras destes reassentamentos? Decisão Política?

**(Entrevistados: Carnaúba, Sabiá e Baraúna).**

A titulação é uma decisão praticamente política. É uma decisão de governo.

E isso é percebido pelos profissionais ligados à construção a agrovila de Aracoiaba.

**P.** – Quais as pendências ainda existentes na agrovila de Aracoiaba?

**Sabiá:** - Para mim é somente a titulação.

**P.** - E para a titulação tem algo muito complexo? O que dificulta?

**Alecrim** - Nós continuamos trabalhando para que a pendência seja atendida. *É uma decisão praticamente política. É uma decisão de governo.* Então não tem como a gente dizer assim, vamos atender a pendência em tal dia, em tal hora, isso aí não.

**Sabiá** - Porque não envolve só a Secretaria de Recursos Hídricos, envolve outras instituições. A Secretaria não pode dar título.

**Mangaba** - Como eles não tem esse título, certo, eles passam não a vender, mas outras pessoas entre lá e plante, dá alguma coisa, como arrendatários, entendeu? Então, em muitas agrovilas acontece isso aí.

**Caroá** - Então essa pendência ainda existe e estamos trabalhando para buscar a solução.

**Jericó** – Compromete muito não, porque eles vendem e trocam do mesmo jeito. Mas eles terem acesso aos financiamentos para executar algum projeto na área de agricultura, sim.

**(Entrevistados: Sabiá, Alecrim, Mangaba, Caroá e Jericó).**

Pode ser que aconteça de dar certo? – pensei. Seria esta a pergunta? Mas isso era promessa ou uma intervenção que envolvia vida coletiva, memória, pertencimento e futuro de gerações e gerações?

Nesse ambiente de contradições, de certo modo já esboçado no capítulo anterior, se vê na fala dos sujeitos da pesquisa referências sobre uma construção que não teve a finalização esperada e de em dado momento pesaram as ausências de

envolvimento coletivo maior, o que influenciou no projeto São José, que chega em Aracoiaba, em sua fase III.

**P.** – Daí como foi que vocês tiveram acesso ao projeto São José?

**Jasmim** - A gente até não entende porque não conseguimos o Projeto São José II, e ele ao invés de vim para cá foi para outra comunidade.

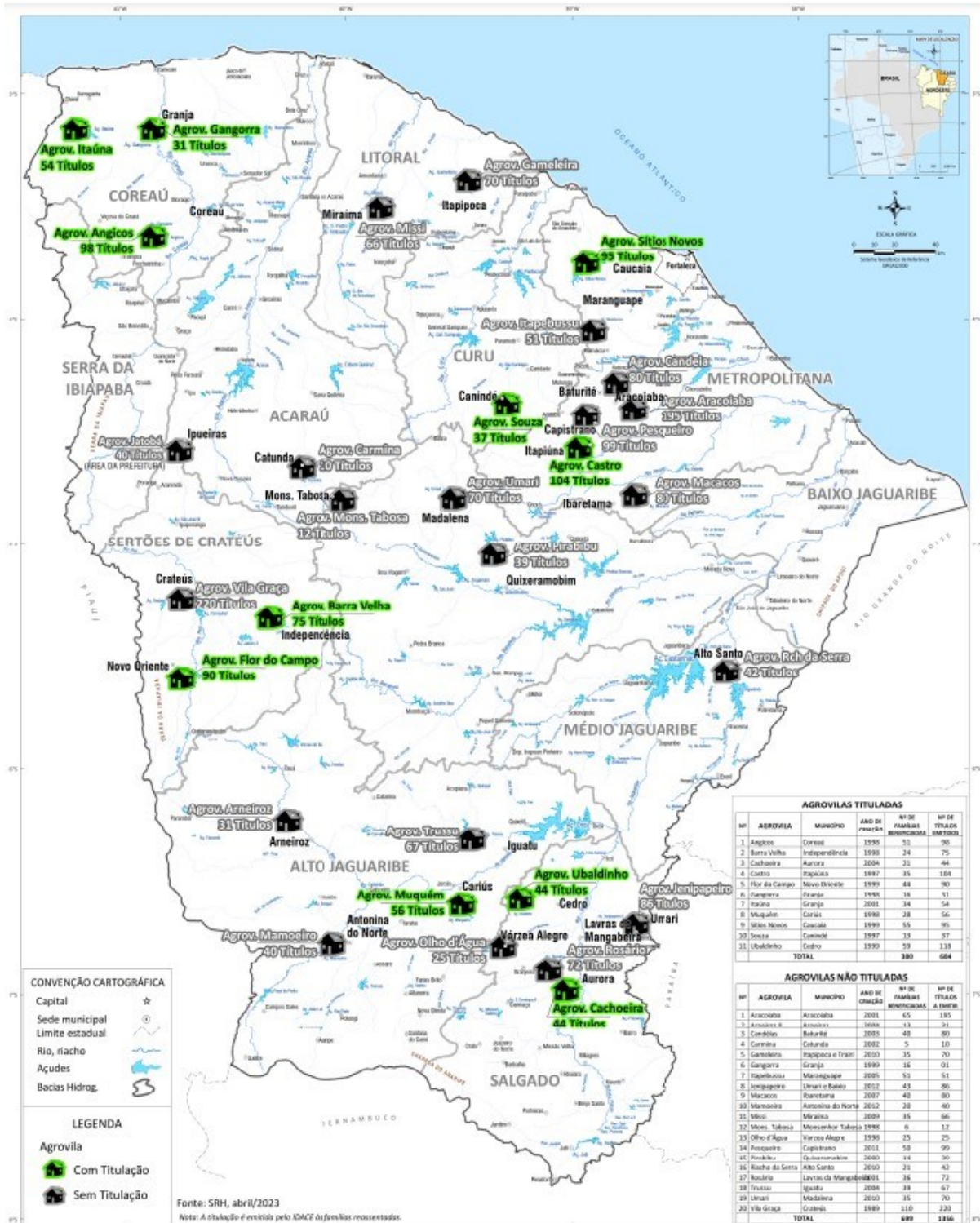
Disseram que foi aquela fábrica de cajuína, na Lagoa de São João, que deu em nada; lá está o prédio cai num cai; as coisas que tinha foram doadas para outras associações e a gente só conseguiu acessar o Projeto São José III.

**Juazeiro** – É. Ali foi o Mandacaru quem falou primeiro e trouxe o projeto São José. Ele era presidente e vivia no meio. Aí acabou-se lá, assim, de repente.

**Aroeira** - O prédio de lá fizeram só construir; botaram os maquinários dentro e acabou-se. Chegaram nem a vender para fora, não sei se conseguiram vender. Quando apareceu os cursos para poder começar, os donos que doaram o terreno para a construção falaram que iriam tomar de volta.

**Ipê** – O terreno da construção da fábrica daqui a gente tinha o documento de concessão de uso. **(Entrevistados grupalmente: Jasmim, Juazeiro, Ipê e Aroeira)**

Figura 12 – Agrovilas tituladas e não tituladas no Estado do Ceará.



Fonte: Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, 2023.

Será que o problema da fábrica de cajuína da Lagoa de São João, oriunda do Projeto São José II teria funcionado como uma experiência sobre a qual o povo da agrovila refletiu? O reassentamento e a forma de vivê-lo e implementá-lo parece ser

certo que deve considerar cada cultura comunitária e dialogar com ela, construindo um saber onde o governo apreende e considera o saber popular.

Por outro lado, como diz Albuquerque et al., (2004, p.87) a questão de reassentar é complexa, e deve ser reflexionada de vários modos “uma vez que os diversos atores nela envolvidos representam papéis e interesses distintos”.

**Aroeira** – O que eu disse, que lembro que a doutora falou, é que ela disse que aqui não era para a gente criar nem uma galinha no quintal das casas.

**P.** – Na agrovila?

**Ipê:** - Sim.

**Juazeiro** – Sim. Isso é coisa muito errada, porque se a gente morar aqui, não criar uma galinha ou algum bichinho o cabra vai escapar de quê? No dia que quiser comer uma carniinha mais melhor, né? Quem que vai ter dinheiro todo dia para estar comprando carne para comer? Não tem! Quem não é aposentado vive aqui por conta só do seu trabalho e não tem ajuda de ninguém.

Você pode prestar atenção: quem é melhorzinho um pouquinho e tem as coisas foi ajudado, sim. Teve chance de trabalhar num cantinho melhor, teve ajuda. Se não foi dos pais foi dos filhos. Teve muita ajuda também dos filhos. Ajudou, porque a maioria da gente que é agricultor é pobre mesmo. E os filhos começa desde novinho e vai até seus vinte (20) anos trabalhando para dentro de casa. Eu, pelo menos com meus vinte e dois (22) anos de idade não recebia nem um centavo dentro de casa, era doido para ir para um forró (Rsrs).

**Juazeiro** – Trabalhava e tudo era pra dentro de casa. Era! Aí a maioria, que é agricultor do interior é assim! Hoje em dia isso tá mudando, porque os filhos não querem ficar como a gente ficava antes, formando um grupo que se ajudava em tudo. Hoje é o filho quem bate o pé.

**(Entrevistados: Juazeiro, Ipê e Aroeira).**

Como os sujeitos da pesquisa diziam nas entrevistas, de variados modos: “Antes, não havia a organização do povo”. Não sabiam o que era associação; e no entanto, em termos de vida comunitária vimos dizerem sempre que eram unidos, que na vida familiar os filhos ajudavam os pais agricultores e que toda esta vida de trabalho, com sua lógica afetiva, também está mudando.

**P.** – Como era antes a organização do povo?

**Gardênia:** – Não tinha!

**P.** – Era, cada um por si?

**Gardênia:** – Naquele tempo não tinha organização, não tinha a questão de associação. Na verdade, eu acho que nem existia naquele tempo, sabe? Ninguém sabia nem o que era uma associação.

**Espada de São Jorge:** – Por exemplo, eu tenho meu terreno. Eu planto, eu cuido do meu terreno. Aí de dia se trabalhava junto e de noite ficava com a família. Mas o pessoal não se reunia para associação.

**Espada de São Jorge:** – Não tinha nada disso antes.

**Gardênia:** O pessoal só começou a se reunir com o pessoal do governo a partir das reuniões do CARPA.

**(Entrevistada: Gardênia).**

Relembremos que o CARPA (Comitê de Apoio ao reassentamento e à preservação ambiental) é um grupo que atua da parte do governo para atender e discutir questões atinentes a reassentamentos.

Figura 13 – Oficina realizada na Agrovila de Aracoiaba.



Fonte: Secretária de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, 2024.

Abramos a cena, agora, em meio ao campo empírico já postando questões de variada natureza e profundidade, para os objetivos e princípios do Projeto São José, com o desejo de agora já o entendermos de um ponto de vista concreto.

### **8.1 Entrando em cena a Agricultura Familiar**

Sabe-se que a agricultura familiar desenvolve um papel muito importante na vida social, pois é através dela que os principais alimentos que compõem a alimentação das classes menos favorecidas chegam na mesa de milhares de famílias em todo o país.

Por muitas décadas a terminologia e o significado de “agricultura familiar” para os trabalhadores que cultivavam e cultivam em pequenas áreas de produção, era carregado de teor preconceituoso e classista, como afirma Landau et al. (2013):



O uso da expressão agricultura familiar no Brasil é relativamente recente. Até 1995, os documentos oficiais usavam de maneira indiscriminada e como noções equivalentes: “agricultura de baixa renda”, “pequena produção”, quando não “agricultura de subsistência”. A grande maioria dos textos acadêmicos voltados a este tema também adotava os mesmos termos. Um dos grupos do Programa Integrado de Pesquisas Sociais em Agricultura, o PIPSA, que existe desde 1979, chamou-se até recentemente “diferenciação social da pequena produção”.

A ideia de agricultura familiar abrange uma ampla gama de temas e formas variadas de compreendê-la, relacionados a esse tipo e modo de produção. Diversos pesquisadores, acadêmicos e participantes de organizações populares têm contribuído para a compreensão, disseminação de informações e experiências, bem como têm desenvolvido teorias relacionadas à temática.

De acordo com resultados analisados e disponibilizados pelo Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar concentra o maior quantitativo de unidades produtivas no Brasil, contribuindo significativamente na geração de empregos relacionados às atividades que envolvem cultivo agrícola e pecuária, artesanato e agroindústrias geridas principalmente pelo coletivo de agricultores e agricultoras (associações e cooperativas) na cidade e principalmente na zona rural.

Analisando os aspectos básicos, podemos considerar que as cadeias locais e regionais de produção, distribuição de alimentos e derivados podem ser alimentadas em sua grande maioria através da contribuição da agricultura familiar, contribuindo no consumo interno e desempenhando funções de grande relevância na soberania e segurança alimentar em todos nosso país.

É característica intrínseca da agricultura familiar que tanto a produção de alimentos (cultivo e criação), quanto a gestão da propriedade são predominantemente de responsabilidade dos membros da família, que dividem tarefas e atribuições principalmente movidos pelas aptidões e afinidades na atividade produtiva desenvolvida.

Também é um dos pontos positivos da agricultura familiar, o fato desta ser executada, principalmente no que se refere às práticas agrícolas, de forma mais sustentável, o que é adotado assim por seus adeptos, sobretudo quanto à diversificação de culturas, uso eficiente de recursos naturais e a adoção de métodos que diminuam o uso de insumos químicos e sintéticos. Destaca-se que mesmo com a tendência de execução destas categorias, ainda precisa-se avançar em técnicas conservacionistas e também com relação às estimulações de comunitarismo.

Em termos fundiários, geralmente as propriedades na agricultura familiar são menores em comparação com as grandes propriedades comerciais geridas por latifundiários atuantes no agronegócio brasileiro e de multinacionais, que acirram a acumulação de renda e a concentração de riquezas. Fator este que se destaca principalmente nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste do país, com expansão recente de áreas a serem exploradas no chamado MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), que têm se voltado sobretudo para o cultivo de monocultura de soja.

Para o pensamento da educação do campo, que pensa em termos coletivos e de diálogo com as classes populares, importa considerar a dedicação e o compromisso dos agricultores familiares para produzir alimentos, pois que assumem diversos desafios ao longo do ciclo de cultivo das culturas. Dentre os problemas que são citados, temos: o acesso limitado a recursos financeiros; o déficit de conhecimento das tecnologias utilizadas no campo e a entrada em mercados opostos aos institucionais; junto a isso tem-se também a ausência de assistência técnica especializada, o cerco dos atravessadores, além da preocupação referente à sucessão familiar e às mudanças climáticas que podem comprometer toda a produção (Souza, 2020).

No Brasil, os imóveis rurais pertencentes e gerenciados pela agricultura familiar somam cerca de 3,9 milhões, o que representa 77% do total de estabelecimentos agropecuários. No tocante à área ocupada, são 23% no geral, equivalendo 80,8 milhões de hectares. Para compreendermos a magnitude da importância dessas informações, em termos de tamanho de área, o estado do Mato Grosso possui pouco mais de noventa (90) milhões de hectares. Em termos de resultados econômicos, isso representa 23% do valor bruto da produção agropecuária do Brasil, além de 67% das ocupações totais no campo. São cerca de 10,1 milhões de trabalhadores e trabalhadoras em plena atividade. Desse contingente, 46,6% estão apenas na região Nordeste (Contag; Dieese, 2023).

Tabela 2 – Característica dos estabelecimentos agrícolas – Brasil (2006 e 2017).

Ano	Número (unidades)		Área (Hectares)	
	Não familiar	Agricultura familiar	Não familiar	Agricultura familiar
2006	809.369	4.366.267	253.577.343	80.102.694
2017	1.175.916	3.897.408	270.398.732	80.891.084
Diferença (2006-17)	366.547	- 468.859	16.821.389	788.390

Varição (2006-17)	45%	-11%	7%	1%
-------------------	-----	------	----	----

Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário 2006 e 2017 (IBGE).

Na figura acima, vemos a redução levando em consideração os dois últimos censos agropecuários realizados, no tocante ao número de propriedades rurais geridas por famílias que compõem a agricultura familiar, com uma variação de 11%, em um intervalo de onze (11) anos. No entanto, houve aumento de 1% em hectares no mesmo período.

No que tange ao acesso da principal política pública destinada a esse nicho de produtores, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que tem como objetivo propiciar créditos aos pequenos agricultores e agricultoras para investir e/ou custear suas atividades produtivas, como esclarece IBGE (2020, p. 38):

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf é o principal programa de financiamento para custear melhorias na produção de agricultura familiar, como investimento em modernização dos processos de produção, industrialização, beneficiamento, entre outros.

O Projeto São José III em Aracoiaba, como anunciado, busca fortalecer e envolve a agricultura familiar. E se relaciona com todo um percurso de demandas populares e de formas de atendimento delas, da parte do poder público federal, dos estados, municípios, e suas respectivas instituições.

Visto que alguns aspectos da história da redução da pobreza rural no Brasil percorreram um caminho que construiu um conceito de desenvolvimento maior que a questão econômica. Vimos também que não foi repentinamente, mas a partir de muitas lutas sociais, que a ideia de desenvolvimento foi sendo vista em suas outras dimensões, incorporando aos poucos o conceito de sustentabilidade. É dessa forma que desenvolvimento sustentável foi configurando uma complexa questão social até que hoje possamos pensar em termos do Projeto São José.

Assim é que as lutas sociais reivindicaram lugar nas agendas internacionais e locais e se poderia dizer que pressionaram na direção e processos sociais mais socializantes. É sempre preciso colocar em pauta as desigualdades sociais e as transformações necessárias ao desenvolvimento sustentável. Essa questão norteia meu olhar de agrônomo, filho de agricultor, que se sente comprometido com maior equidade social. Nas falas dos agricultores que eles pensam ser um sonho, suas

ideias de desenvolvimento sustentável busca um desenvolvimento que não agrida os recursos ambientais e que transforme o quadro de pobreza e desigualdades sociais que conhecem e vivenciam.

Havíamos visto, anteriormente, aspectos que se pode dizer que compõem pelo menos três esferas que definem parâmetros do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental, como afirma Oliveira (2019, p. 20-21), apoiada em Moldan e Dahl (2007). A seguir estas reflexões em cada área dessas e conjuntamente, com seus entrelaçamentos, foram se tornando mais complexas.

Observa Ingra Oliveira (2019, p. 21):

O período que compreendeu até o início dos anos 1960, não se havia muito a necessidade de separar desenvolvimento de crescimento econômico. Até esse período, os países considerados desenvolvidos também coincidiam com aqueles que haviam se tornado ricos através da industrialização, enquanto que, do outro lado do espectro, os países que compunham o grupo dos subdesenvolvidos possuíam um processo de industrialização muito incipiente, ou até mesmo inexistente, e eram pobres.

Ingra Oliveira (idem, p. 21-22) continuando com seu pensamento, mostra haver um descompasso, que já referimos, entre crescimento e desenvolvimento, pois que: “Enquanto que no crescimento a mudança é refletida em termos quantitativos, no desenvolvimento ela se dá de forma qualitativa”. Veja em que termos a autora coloca essa diferença e como a reflexão entre essa discrepância entre crescimento e desenvolvimento ampara debates ainda hoje insolvíveis:

No entanto, ainda nos anos 1950, começaram a surgir indícios de que o intenso crescimento econômico ocorrido durante esse período nos países semi-industrializados, não refletiu, necessariamente, em maior acesso da população de baixa renda a bens materiais e culturais como havia acontecido nos países desenvolvidos. Um exemplo claro disso era o baixo acesso à saúde e à educação. A partir dessas questões, iniciou-se um massivo debate internacional em torno do significado da palavra desenvolvimento.

A autora Oliveira (2019, p. 22), então, reflete em uma linha crítica que se ampara-se em Amartya Sen (2000), o qual, por sua vez, adverte: “uma concepção adequada de desenvolvimento deve ser capaz de ir além da análise simplista de variáveis relacionadas à renda como a mera acumulação de riqueza e o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB)”, o que implica então que “o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo” (Sen, 2000, p. 29).

É bem verdade que não se está propondo “a total desconsideração da importância do crescimento econômico para o alcance do desenvolvimento, mas sim

o dever de se enxergar muito além dele”, mas que a “maximização de renda e riqueza tem de ser relacionada, sobretudo, com a melhoria de vida da população e também de suas liberdades” (idem, p.22). Com a referência nomeada de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposta no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), lê-se que não faz sentido ficar batendo na tecla apenas de crescimento econômico ao refletir-se em desenvolvimento sustentável. E deve-se trazer à pauta a equidade (que dá mais atenção aos grupos populacionais mais vulneráveis) e a justiça social.

Nesse percurso de lutas e algumas conquistas, inicia-se o Programa de Apoio às Pequenas Comunidades Rurais (APCR) do Projeto Ceará, que sendo compreendido como exitoso impactou na Sudene e Banco Mundial como capaz de gerar novas indicações de ações para os planejamentos para a década de oitenta e vindouras. “O planejamento de forma integrada ainda era considerado viável, embora as ações devessem ser ampliadas geograficamente com redução do número de componentes a fim de surtir o efeito desejado, redução da pobreza”, observa Araújo (2003, p. 74).

Daí se pensou e se pôs em execução o “Projeto Nordeste (Programa de Desenvolvimento Rural do Nordeste), com seis programas, três dos quais na área produtiva: o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural; o Programa de Irrigação do Nordeste e o Programa de Apoio aos Pequenos Negócios não-Agrícolas. “E segue Araújo (2003, p.74): “Os outros três, na área social: Educação, Saúde e Saneamento Básico.”

A ideia de base era que o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) pudesse ser útil à erradicação da pobreza rural. E tal ação tinha como horizonte de execução em quinze anos “atender a seiscentas (600) mil famílias de pequenos produtores rurais, valendo-se de um conjunto de ações integradas, com o objetivo de induzi-las a passar para patamar mais elevado de renda real”, renda esta que lhe possibilitasse “atender às suas necessidades de sobrevivência e almejar contínua melhora de condições de vida” (Araújo, 2003, p. 77).

Dessas avaliações de ações que objetivavam o combate à pobreza e envolvessem aumento da produção rural e renda de pequenos agricultores pobres, viu-se que poderia ser revisto e retomado aspectos destes programas e projetos, dando forma a uma nova ação nesse sentido da erradicação da pobreza. O Projeto São José vem dessas leituras. Ele colocou em ação a sua proposta a partir da leitura

do que se vivera com o Programa de Combate à Pobreza Rural no Nordeste e do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, em suas várias reformulações. Segundo o Governo Brasileiro e o Banco Mundial estes programas tiveram avaliação positivada, em que pese, digo, as dificuldades encontradas e as contradições que sempre tornam visíveis as desigualdades sociais e as demandas mais prementes do mais pobres.

Oriundo do “Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP)” (de 1995) e com reformulações instituiu-se o Projeto São José (PSJ), que em 1996 passou a denominar-se Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR). Assim, o Projeto São José estabeleceu-se com a intenção de criar meios de combate à pobreza rural, mediante ações de desenvolvimento sustentável, daí implementando ações cuja intervenção junto aos agricultores deveria contar com sua participação (Khan; Silva, 2005). Observam os autores, em estudo no Ceará, que encontramos união entre os empobrecidos, apoio entre si, e pouca condição de acessarem outros campos de ação vertical, o que facilitaria um não acesso real às políticas governamentais a esses grupos comunitários.

É importante que não se perca de vista, como estamos dizendo, agora com R.M. da Silva, que:

A convivência exige a melhoria da qualidade de vida dos sertanejos, com a superação da miséria que prevalece na região. A construção de novas perspectivas sobre meio ambiente junto a populações marcadas pela condição de pobreza e miséria exige a capacidade de articulação das iniciativas de gestão ambiental sustentável com as iniciativas sociais que resultem em melhoria da qualidade de vida da população local. (Silva, 2003, p.379)

Para prosseguir, vejamos alguns delineamentos históricos que dão contexto ao que vamos dizendo, sempre conduzidos pelos que contam as narrativas dos que viveram a experiência da agrovila de Aracoiaba.

## **8.2 Um breve histórico, para dar contexto ao movimento de diálogos desta pesquisa**

O começo do Projeto São José aconteceu em meados de junho de 1995, acompanhando algumas mudanças em relação ao acesso das comunidades para serem beneficiárias do projeto. Tais mudanças são referenciadas ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP, antecessor do Projeto São José, como vimos de observar. Modificações se tornaram necessárias, sobretudo porque era

limitado o acesso real do povo ao projeto. Este acesso, antes era determinado por entidades juridicamente legais, mas nem sempre legítimas. É que os beneficiários poderiam ou não ser da própria comunidade, o que dava vulnerabilidades à ação.

Os objetivos principais do projeto São José, na época dos seus inícios, eram propiciar o desenvolvimento e a manutenção dos empreendimentos rurais e o comprometimento das comunidades mais empobrecidas em uma ação que deveria beneficiá-las. Como princípio teve, portanto, os componentes básicos relacionados ao crédito, à assistência técnica especializada, o acesso à terra e o apoio à comercialização (Araújo, 2003).

Mas no planejamento estratégico do projeto São José, houve o implemento de algumas ações, que deram margem a problemas a serem enfrentados, como afirma a autora, por se assentarem em compromissos tácitos, que nem sempre eram obedecidos pelos que pactuavam a ação.

No novo processo de liberações (iniciado com o PAPP - Reformulado), mesmo comunidades sem representações legais podiam receber recursos via entidade formalizada legalmente, chamada de entidade madrinha, ou guarda-chuva, cabendo a esta a responsabilidade legal pelo patrimônio recebido, com o compromisso tácito de repasse desses bens tão logo houvesse a legalização da entidade fundada pela comunidade solicitante. (Araújo, 2003, p. 79).

A autora citada acima afirma que tais ações se desviaram dos princípios do projeto, pois que após a construção de benfeitorias ou repasse de recursos a entidade “madrinha” ou “guarda-chuva”, a quem cabia a responsabilidade legal do patrimônio, nem sempre repassava o recurso adquirido ao povo que assumia de fato a ação, como dirá Araújo (2003, p. 79). Isso desencadeava conflitos e dava margem a ações de má fé da parte dos representantes das entidades comunitárias, como constatado:

Tal processo ocasionou problemas, detectados durante o acompanhamento, com participação da mestranda. Algumas entidades negavam-se a devolver o patrimônio dessas comunidades por ocasião de sua legalização. Nesse caso, foi necessária a interveniência da Unidade de Coordenação Técnica do Projeto. Essa intervenção deu-se com a elaboração de um Termo de Repasse no qual a Diretoria de Acompanhamento e/ou as Coordenadorias Regionais efetivavam os devidos contatos, o que nem sempre acontecia de forma pacífica, recorrendo-se, em alguns casos, à ação da Justiça para o resgate desse patrimônio aos solicitantes. O município de Morada Nova, por exemplo, foi palco de algumas dessas investidas. (Araújo, 2003, p. 79)

Com o legado dos saberes adquiridos, e com mais conhecimento de como proporcionar e gerir tais projetos comunitários, os projetos e seus subprojetos passaram a ser elaborados pelas Secretarias Estaduais, de acordo com suas particularidades. Porém, estas mudanças não tiveram poder de modificar indicadores sociais, porquanto mudou-se a prioridade de suas ações. Passaram-se os recursos a serem voltados para financiamentos de infraestrutura, os quais deram prioridade ao acesso à energia elétrica, para as moradias das comunidades rurais.

Tal modificação de prioridades, dotando o governo de energia elétrica para comunidades de baixa renda, atendia a dois objetivos: reorientar o baixo desempenho do PAPP (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural) e fazer avançar em curto prazo alguns indicadores sociais, já que a eletrificação era um fator considerado chave nesse sentido, como indica Araújo (2003).

Desse modo, o Projeto São José vem, desde 2012, apoiando comunidades que atuam com agricultura familiar, priorizando grupos mais vulneráveis, como quilombolas, indígenas, mulheres e membros das culturas juvenis, que com esta ação adquirem acesso a possibilidades de produção da vida coletiva.

Concretamente, estes grupos populares passam a ter acesso a mercados, a saberes sobre compradores dos setores privado e público, conhecimentos de logística e gestão, base produtiva e organização que possibilitam apropriar-se de ferramentas disponibilizadas pelo Projeto, tais como a formulação e implementação de Planos de Negócios e Planos de Desenvolvimento Comunitário, como parte da ação do projeto São José. Todo esse conjunto de aspectos a serem considerados, objetiva atender a requisitos do mercado e melhorar os resultados econômicos e sociais de organização das bases produtivas das famílias envolvidas.

O PDRS/PSJ (Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável), que se corporifica no Projeto São José, propõe-se também a dar atenção aos problemas climáticos (instabilidade nos invernos) e à necessidade de conviver com o semiárido. Confere especial olhar ao aumento da capacidade dos populares de gerir seus potenciais humanos e ambientais, o que importam no conjunto dos agroecossistemas. Dessa forma, visa-se a estimular o uso de tecnologias e práticas agrícolas e de gestão de recursos que produzam resultados na sustentabilidade e no enfrentamento da pobreza em áreas rurais.

Partindo desses aprendizados da história, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário indica que os pilares dos Planos de Negócio a serem



financiados devem considerar as principais cadeias produtivas no contexto territorial em que elas se situam. E orienta que é preciso cuidar de identificar as oportunidades e demandas dos segmentos mais dinâmicos das culturas e que poderão alavancar as atividades produtivas desenvolvidas pelas organizações da agricultura familiar.

Assim, dentre os objetivos da agricultura familiar, anuncia que se deve levar em conta: “1. Fortalecer a Agricultura Familiar apoiando atividades produtivas, sustentáveis, inovadoras e inclusivas; 2. Ampliar acesso à água e saneamento em áreas prioritárias contribuindo com as ações do Estado para sua universalização; 3. Fortalecer institucionalmente parceiros estratégicos e a gestão do Projeto” (Ceará, 2023).

Dentre as finalidades dos projetos implantados pelo Projeto São José e financiados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, conhecido como Banco Mundial, estão as de aumentar as receitas dos agricultores familiares envolvidos, especialmente mulheres e jovens, além do apoio a ampliação do acesso aos mercados que beneficiem as Organizações da Agricultura Familiar. Sendo estes os principais focos das ações do projeto na agrovila de Aracoiaba, os objetivos concernentes à agricultura familiar visam, na prática, sobretudo a produção de verduras, legumes e beneficiamento de frutas para serem comercializadas nos mercados locais e nos campos institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (Ceará, 2023).

Tais programas Governamentais/Institucionais citados possuem uma importância significativa, pois beneficiam diretamente a população mais carente e vulnerável socialmente. No caso do PNAE, de acordo com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009 e regulamentada atualmente pela Resolução CD/FNDE nº 06, de 8 de maio de 2020 e suas alterações, tem como pressupostos:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) consiste no repasse de recursos financeiros federais para o atendimento de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal e nas entidades qualificadas como filantrópicas ou por elas mantidas, nas escolas confessionais mantidas por entidade sem fins lucrativos e nas escolas comunitárias conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com o objetivo de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de

refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (Brasil, 2024, s. p.).

Como já mencionado, sabe-se que especificamente o Projeto São José III, é um programa de desenvolvimento social e econômico implementado pelo Governo do Estado do Ceará, gerenciado atualmente pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA com recursos do estado e financiamento do Banco Mundial. Originalmente este projeto visa a promoção do desenvolvimento sustentável, reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida da população por meio de ações integradas em diversas áreas.

O São José III, assim como seus antecessores, portanto, vai se voltar também para iniciativas que abrangem infraestrutura, inclusão social, geração de emprego e renda, entre outras dimensões. Geralmente, projetos desse tipo incluem ações como melhoramento do acesso vicinal das comunidades rurais, melhoria na infraestrutura hídrica, fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, capacitação profissional em atividades produtivas diversas e inclusão social.

Roberto Putnam (2000) nos fornece um conceito de capital social que envolve características da organização social que considera relações interpessoais e um funcionamento capaz de evidenciar ações coordenadas. Dentro deste conceito se põe a ideia de que um capital social facilita decidir coletivamente e compor ações coordenadas de caráter colaborativo.

Adiantando-se ao que vai vir em nosso texto, já citamos Araújo (2003, p. 93), com sua voz que anuncia do Projeto São José que este “não identifica a melhoria efetiva na saúde, na renda, enfim, na vida das pessoas com a implantação dos sistemas de abastecimento d’água e a eletrificação rural” e estas correspondem a atividades responsáveis por 74% das ações liberadas”.

No que pudemos ver nessa abordagem de caráter qualitativa, temos identificado que o acompanhamento às ações do Projeto São José não parece dar conta da natureza relacional dessas ações. Elas exigem mais diálogos, parcerias de conversações e ajudas circunstanciadas, localizadas, reflexionadas conjuntamente. Parece que a formação técnica se separa da abordagem dialógica. Também se observa necessário atuar-se com equipe transdisciplinar, já que o aspecto técnico nem sempre compreende o olhar social, relacional e comunitário das questões da prática, que se sucedem exigindo soluções e enfrentamentos antes não previstos.

A transdisciplinaridade, como comparece em Nicolescu (1999, p.16), abarca aquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina e que as une e distingue. Distingue sem apartar. Seu objetivo é tratar da compreensão da unidade do conhecimento sem reduzir a complexidade da vida. Para este estudioso há várias camadas de compreensão na realidade e hoje a complexidade das questões requer que se pense em termos sociais, econômicos, culturais, relacionais, etc., assumindo a complexidade, o que se aproxima da inter-relação entre as dimensões que influem no campo de uma pesquisa.

Vimos também que a pequena equipe de técnicos não parece ser suficiente para atender grandes solicitações, com suas diferenças locais, geopolíticas, relacionais e necessidades de apoio técnicos, e com tempo que não pode ser mensurado muito curto. Aqui já se sabe que as abordagens interdisciplinares são as que revelam resultados mais práticos, por possuir profundidade de reflexão e diálogo, bem como oportuniza trocas de saberes.

Os relatórios e as críticas que pudemos ler parecem sugerir que não se utilize excessivamente abordagens de pesquisa quantitativa, mas que se faça estudos qualitativos, de maneira a se observar movimentos como: renda, participação de membros da família na operação comunitária; envolvimento da mulher e outras questões de gênero; papel dos membros das novas gerações no âmbito familiar e comunitário. E pelo que vimos é válido se descreva nos processos produtivos as gerações de emprego intergeracionais e as atuações conjuntas entre as várias gerações.

Estudos que observem a evolução, no tempo, de projetos produtivos de uma comunidade ou família por determinado período, podem vir a flagrar as dificuldades e acertos reais nas práticas agrícolas da localidade, nos relacionamentos interpessoais que as asseguram e isso importa efetivamente quando se utiliza mecanismos técnicos e de mecanização agrícola, novos saberes e estratégias de inserção deles em um campo concreto.

Nesse quadro de necessidades e potências, fomos caminhando, então, no sentido de ir incorporando à ideia de desenvolvimento sustentável dimensões psicossociais e culturais, tendo em mira as mudanças da desigualdade social, da diversidade e dos cuidados com os recursos ambientais. É que as contradições se agravam.

O capitalismo é um sistema alicerçado numa dinâmica social e territorial desigual, caracterizada pela rapidez e instabilidade das mudanças, pelas contradições permanentes e por dominações estruturais. O desenvolvimento, instrumento privilegiado de reprodução capitalista e estratégia de vanguarda para o aprofundamento do controle social, assume muitas dessas características do capitalismo: dinâmico, instável, dominante, contraditório, baseado no acirramento das desigualdades. (Gómez, 2006, p. 20).

Também observamos que as estratégias de redução da pobreza rural lidam hoje com a ideia de espaço habitado e de manejo sustentável dos recursos naturais, tentando comportar a heterogeneidade dos espaços habitados, e, no Nordeste volta-se para a convivência com o semiárido e suas aprendizagens. Lembremos que, como observa Milton Santos (1988, p.10): “O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas.” Há, portanto, estreitas relações entre os micros e os macroprocessos sociais que envolvem as coletividades nesse estágio do capitalismo mundializado, embora desafios locais evidenciem suas particularidades.

Milton Santos (1979, p. 2-43) observa que será necessário pensar em evolução do espaço junto da concepção de tempo histórico, pois “a sociedade evolui no tempo e no espaço. O espaço é o resultado dessa associação que se desfaz e se renova continuamente, entre uma sociedade em movimento permanente e uma paisagem em evolução permanente”, por isso, “a partir da unidade do espaço e do tempo, das formas e do seu conteúdo, é que se podem interpretar as diversas modalidades de organização espacial, que são importantes para se compreender uma realidade mais ampla (Santos, 1979, p. 42-43). Daí ser importante definirmos com o autor que:

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. (Santos, 1996, p. 51).

Sabemos que “o caso brasileiro é historicamente marcado pela (re) produção das desigualdades sociais marcadas nos territórios de maneira heterogênea. E por território devemos compreendê-lo com um espaço vivido, habitado, “sobre o chão”, onde fica o povo, a tribo, a nação e o estado, diz Milton Santos, sendo o resultado de um conjunto de sistemas naturais e culturais. Com o autor:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem... A ideia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda. (Santos, 2001, p. 96-97).

Nessa perspectiva, “entender os desdobramentos do processo de segregação sócio- territorial é fundamental”, diz Cunha (2020, p. 02), já que esse entendimento pode amparar as lutas para as ações da população organizada e suas demandas sociais. É que temos visto que “como a produção se mundializa, as possibilidades de cada lugar se afirmam e se diferenciam em nível mundial”, pois que:

Dada a crescente internacionalização do capital e a ascensão das firmas transnacionais, observar-se-á uma tendência à fixação mundial e não mais nacional dos custos de produção e a uma igualização das taxas de lucros graças à mobilidade internacional do capital (E. Mandel, 1978, p. 187-188), ao passo que a procura dos lugares mais rentáveis será uma constante. (Santos, 1979, p.11).

Evidentemente que dentro desse cerco do capitalismo mundializado, mesmo assumindo aprendizados da história e os compromissos de agendas locais, nacionais e internacionais, as práticas com o desenvolvimento sustentável e a educação no campo se distanciam do que é percebido e ansiado pelos agricultores que produzem suas vidas dia a dia. E grande ainda é a distância dos movimentos sociais e suas demandas, dos órgãos da política dominante e suas instituições.

Pensando em termos latino-americanos, sabe-se que os povos submetidos e suas culturas, em especial as camponesas, têm tido de lidar com a “aceleração da destruição da agricultura camponesa e uma ampliação das monoculturas ligadas ao agronegócio de exportação” (Simonetti, 2013, p. 02-03).

Vimos que no Ceará, nos processos que envolvem desenvolvimento sustentável e educação no campo, nos situando do lado das lutas sociais dos camponeses, é importante considerar o campo geopolítico. E, também, todo o ambiente educacional, psicossocial e cultural que possui determinado território.

Leiamos o que dizem os sujeitos sobre como vivenciaram o Projeto São José. Deixaremos trechos densos das entrevistas coletivas ora individuais, para evidenciar melhor o movimento de reflexão que fazem. Falando sobre como tudo teve

seu início, referem-se ao MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem) e assim se pronunciaram:

**P.** Como é que foi o processo inicial, desde do período que vocês começaram a saber do edital, para terem acesso a projeto São José III? Como é que foi a trajetória de vocês para chegar até aqui?

**Rubi:** A trajetória de tudo se iniciou se através do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem). O MAB é um movimento dos atingidos por barragem; movimento que viveu em lutas. Diante dessas lutas, se soube o lançamento dos editais. Através da gente ter essa informação foi repassado para a associação que a gente poderia solicitar projetos que incentive a agricultura familiar.

No caso, pensamos em fábrica de beneficiamento de caju. Fábrica de confecção para ir empregando o povo daqui para não ir para Fortaleza. Já tem muita confecção por aqui. Então pensamos em projetos de irrigação de pequeno porte, como o projeto mandala. Cisterna de placa, cisterna calçadão, vários projetos em conjunto.

**(Entrevistada, Rubi).**

No momento em que rubi, a entrevistada, acima descreve o processo de compreensão e articulação dos agricultores da agrovila de Aracoiaba com o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem). Vejamos a que movimento nos referimos.

O movimento dos atingidos por barragens ganha sua visibilidade a partir do Alto Uruguai, no final dos anos setenta, quando pequenos agricultores, meeiros, arrendatários e trabalhadores rurais se uniram buscando vez e voz ante a exploração sistemática das bacias hidrelétricas e seus efeitos nas vidas das suas coletividades. Observa Scherer-Warren e Reis (2007, p. 11-12) que: Na condição de movimento nacional, o MAB (Movimento dos Atingidos por barragens) ampliou suas articulações políticas e, respectivamente, vai transformando sua pauta de lutas numa pauta mais abrangente, inclusive de interesses e demandas de outros segmentos da população, igualmente em situações de carência.” E ampliou de tal modo que, avançando, pensou em termos de três linhas de ação de base:

1 – a continuidade ao ativismo de base (...); 2 – as articulações políticas nacionais e internacionais (...) através da participação num número crescente de fóruns como o Fórum Nacional da Reforma Agrária; em redes inter-organizacionais como a InterRedes e a Via Campesina; em articulações mais amplas como a Consulta Popular (...); 3 – as mobilizações ou protestos em praça pública, para criar visibilidade na mídia e na esfera pública e pressionar os organismos estatais (...).(Scherer-Warren; Reis, 2007, p. 11-12).

O MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) passou logo a expandir-se e aumentar sua abrangência, e angariou participantes e aliados, desse modo,

as necessidades das bases do MAB são elementos constitutivos e integrados a um projeto de nação mais amplo”. Construído de acordo com a proposta política de um Projeto Popular e na articulação com um Movimento Popular Brasileiro, representado pela Consulta Popular, pela Coordenação dos Movimentos Sociais e, mais recentemente, pela Assembleia Nacional Popular, e em aliança com redes latino-americanas e mundiais de movimentos sociais, cujo caso mais emblemático é a Via Campesina. (Scherer-Warren; Reis, 2007, p. 13).

Continuando, vimos que Rubi, após citar o MAB rapidamente já inicia um pensamento concreto e discussões sobre o que desejavam concretamente fazer. Logo pensaram na fábrica de beneficiamento de caju, porque exigiria irrigação de pequeno porte, como o projeto mandala. O projeto mandala trata do sistema produtivo como em círculo, com múltiplas produções concomitantes, costumeiramente, na região, peixes, aves e hortaliças.

Assim relataram, dando continuidade à entrevista: “E diante da demanda e com orientação também dos meninos do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), os que tem formação em agronomia, os que tem formação em Economia também ajudaram... “logo concluíram: “A gente pensou se conseguiria uma fábrica que fosse beneficiada; poderia ser beneficiamento tanto de caju como da castanha, que é o que tem mais aqui na região. E depois disso a gente luta.”

De acordo com minhas experiências já vivenciadas, por exemplo, no Maciço de Baturité, eu vira que nem tudo o que está no contrato de prestação de serviços com instituições são realizados fielmente na prática. Eu me sentia profundamente incomodado porque o tempo de desenvolvimento do projeto ficava logo em descompasso com as propostas do campo e os recursos previstos inicialmente não davam conta da complexidade do exigido na realidade. Parecia meu pai plantando pensando em chuvas e um bom inverno e chegava uma seca e tudo se perdia.

**(Diário de Campo).**

Os descompassos eram ditos por Rubi, um a um, no decorrer da entrevista, como se vai ver. Mas ela nos prepara o campo de sua fala: “Na escrita não é como é na prática e na negociação coletiva não é como é no desejo da gente.”

**Rubi** - No ano de 2017 foi que saiu o edital. Nisso, quando saiu o edital, a gente participamos. Ganhamos o edital também devido a documentação está toda regular.

Depois daí veio o pessoal do Agropolos ensinar como é que a gente ia fazer o Plano de trabalho, o Plano de negócio, o que é que a gente ia precisar para

esse sonho, quais equipamentos, como fazer esse tipo de capacitação com o pessoal que ia participar.

Qual a dimensão do empreendimento que a gente visava, quantas pessoas iriam participar? Tudo isso, foi muito tempo de pensamento, de reunião, de cálculos. E cá entre nós: resumindo, quando passo para o papel e para a execução foi tudo ao contrário. Mas foi isso. Na escrita não é como é na prática, e na negociação coletiva não é como é no desejo da gente. **(Entrevistada: Rubi).**

A seguir, a conversa aborda o que é chamado de “*shopping*”, que é visto como uma licitação simplificada, segundo se depreende da fala de Rubi. De acordo com Lima (2013, p.02), apoiado no pensamento de Red Guidelines:

o Shopping é o método de aquisição baseado na comparação de cotações de preços obtidas de diversos fornecedores (no caso de bens) ou de vários empreiteiros (no caso de obras civis), num mínimo de três, objetivando assegurar preços competitivos, constituindo-se o método apropriado para aquisição de bens imediatamente disponíveis em prateleira ou de produtos de especificação padronizada ou obras vivis simples de pequeno valor.

O shopping na verdade inclui como se fará a aquisição de bens e serviços, bem como a seleção de consultorias. Parece, na fala dita abaixo, que o shopping realiza a simplificação de um processo que leva este nome também pelo estado de rapidez que o engendra e que, como se verá, dá margem a grandes lacunas e problemas práticos e geopolíticos subsequentes. Vejamos os tempos dessa prática de shopping e algumas das ações que o configuram e se sucedem a ele:

**Rubi:** Mas seguimos. Em 2018 se iniciou a licitação que chamam de “shopping”, mas em 2017 já se tinha assinado o termo de fomento com a SDA (Secretaria de Desenvolvimento Agrário). Em 2017 foi assinado o termo de fomento, mas a luta começou bem antes. Em 2018, começou-se a questão do shopping, construção, licitação...

**(Entrevistada: Rubi).**

O tempo era rápido, mas a luta ia tempo afora.

**P.** Até a construção total mesmo da fábrica foi através de shopping? Porque, segundo você está me mostrando, foi um valor alto, né?

**Rubi:** Era o que o sistema que usava. A documentação que a gente via e o que nos foi repassado era via shopping...shopping. Era um total alto para adquirir equipamento de escritório; shopping tal... assim.

**P.** Durou quanto tempo a construção?

**Rubi:** Entre seis e oito meses.

**P.** Do alicerce até eles entregar a fábrica foram seis a oito meses. Isso?

**Rubi:** Isso.

**(Entrevistada: Rubi).**



Figura 14 – Termo de Fomento SDA Nº 23/2017. 1/7 páginas.



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
Secretaria do Desenvolvimento Agrário



PROCESSO Nº.: 0234002/2017

TERMO DE FOMENTO SDA Nº. 23 / 2017

**TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ, POR  
INTERMÉDIO DE SUA SECRETARIA DO  
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SDA E A  
INSTITUIÇÃO SOCIO COMUNITÁRIA DA  
AGROVILA DE ISCA DO AÇUDE ARACOIABA,  
PARA OS FINS QUE NELE SE DECLARAM.**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, a seguir denominada SDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.954.563/0001-68, com sede nesta Capital na Av. Bezerra de Menezes, 1820, Bairro São Gerardo, CEP: 60160-210, neste ato representada por seu Secretário, FRANCISCO JOSÉ TEIXEIRA, brasileiro, casado, geólogo, inscrito no CPF/MF sob o nº. 191.284.873-20 e portador da Cédula de Identidade nº. 8912002025889 SSP-CE, residente e domiciliado na AV. Coronel Miguel Dias, nº 1477, Apartamento 1100, Guararapes, Fortaleza/CE, CEP: 60.810-160 de um lado e, do outro, a INSTITUIÇÃO SOCIO COMUNITÁRIA DA AGROVILA DE ISCA DO AÇUDE ARACOIABA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.897.284/0001-11, com endereço sede no RUA AGROVILA 01, CENTRO, no Município de ARACOIABA/CE, CEP: 62.750-000, neste ato representado por seu Presidente, RAIMUNDO NONATO SANTIAGO DA SILVA, brasileiro (a), portador da Cédula de Identidade nº. 232007847931-7 SSP-CE e inscrito no CPF nº. 067.902.683-59, residente e domiciliado no PV AGROVILA, S/N, ZONA RURAL, no Município de ARACOIABA/CE, a seguir denominado (a) ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO mediante as cláusulas e condições que se seguem.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1. O presente TERMO DE FOMENTO reger-se-á por toda legislação aplicável, pela Lei Complementar nº. 119/2012 e suas alterações posteriores; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei 13.019/2014; Decreto Federal nº 8.726/2016, Decreto nº. 31.406/2014 e suas alterações posteriores; Decreto nº. 31.621/2014; Lei nº. 15.661, de 31 de Julho de 2014; Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, especialmente o art. 42 §5º e nas Diretrizes para Aquisições de Bens Obras e Serviços Técnicos financiados por Empréstimos do BIRD e Créditos e Doações da AID pelos Mutuários do Banco Mundial de janeiro de 2011, e também nas Diretrizes para Seleção e Contratação de Consultores do Banco Mundial de janeiro de 2011, e nas informações contidas no Processo Administrativo nº. 0234002/2017 e no Parecer Jurídico nº. 123 / 2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO


2. O presente TERMO DE FOMENTO tem por objeto IMPLANTAÇÃO DE AGROINDÚSTRIA DE BENEFICIAMENTO DE CASTANHA E POLPAS COM INVESTIMENTOS EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA O BENEFICIAMENTO DO CAJU, conforme Plano de Trabalho e seus anexos.

Av. Bezerra de Menezes, 1820 - São Gerardo - CEP: 60.325-901  
Fortaleza – Ceará - Brasil - Fone: (85) 3101.8001 - Fax: (85) 3287.2176 - [www.sda.ce.gov.br](http://www.sda.ce.gov.br)

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará, 2017.

O controle do tempo, assim como as demais estratégias de ação, está intimamente ligado a uma forma de direcionar o pensamento sobre a produção local, o que nos coletivos camponeses nem sempre respeita seus modos de viver e repartir a vida; e o que resulta com efeito é um controle do tempo gerando o controle do espaço e os descompassos da ação.

Figura 15 – Termo de Fomento SDA Nº 23/2017. 4/7 páginas.



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria do Desenvolvimento Agrário*

SDA


---

Fl. \_\_\_\_

a) Termo de Encerramento da Execução do Objeto;  
b) Extrato da movimentação bancária da conta específica do instrumento; e  
c) Comprovante de recolhimento do saldo remanescente, se houver.

**Parágrafo Segundo.** O descumprimento do disposto nesta cláusula ensejará a inadimplência da A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e a instauração de Tomada de Contas Especial.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS**

7. O valor total é de **R\$ 797.221,97 (SETECENTOS E NOVENTA E SETE MIL, DUZENTOS E VINTE E UM REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS)**, provenientes da SDA e Banco Mundial, com a seguinte Dotação Orçamentária de nº.:

21100026.20.605.031.18302.07.44504200.1.10.00.4.40 - 4300  
21100026.20.605.031.18302.07.44504200.2.48.58.1.40 - 4301

7.1. O valor da Contrapartida que corresponde a **R\$ 159.444,39 (CENTO E CINQUENTA E NOVE MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS)**, sendo **R\$ 19.735,14 (DEZENOVE MIL, SETECENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E QUATORZE CENTAVOS)** contrapartida financeira conforme cláusula 4.1.2, alínea "b" e o valor de **R\$ 139.709,25 (CENTO E TRINTA E NOVE MIL, SETECENTOS E NOVE REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)** em bens móveis e imóveis, cujo valor deverá ser economicamente mensurável, ambas definidas no Plano de Trabalho.

7.2. Os recursos financeiros da SDA serão desembolsados de acordo com o Plano de Trabalho aprovado.

7.3. O cronograma de desembolso deverá ser cumprido conforme Plano de Trabalho vigente, parte integrante deste Instrumento.

7.4. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste TERMO os saldos financeiros remanescentes serão devolvidos à SDA, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias após o término da vigência ou da rescisão do instrumento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial e responsabilidade da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, providenciada pela autoridade competente da SDA.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTA BANCÁRIA**

8. Os recursos financeiros liberados serão mantidos em conta bancária específica, prevista no Plano de Trabalho aberta pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL na instituição financeira pública operadora do sistema corporativo do Poder Executivo estadual, conforme prevê o art. 5º do Decreto nº 31.621/2014.

**Parágrafo Primeiro.** A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, utilizará para movimentação financeira do presente a conta bancária específica aberta na **Caixa Econômica Federal, conforme declaração anexa aos autos.**

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO**

9. O presente TERMO poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ficando as partes responsáveis pelas obrigações e benefícios decorrentes, no prazo que tenha vigido, e ainda, ser denunciado ou rescindido pela SDA, na ocorrência dos seguintes motivos:

Av. Bezerra de Menezes, 1820 - São Gerardo - CEP: 60.325-901  
Fortaleza - Ceará - Brasil - Fone: (85) 3101.8001 - Fax: (85) 3287.2178 - [www.sds.ce.gov.br](http://www.sds.ce.gov.br)

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará, 2017.

E, na sequência do raciocínio, Rubi vai mostrando detalhes da negociação, que indicava o lugar que se dava ao grupo popular ou à população de agricultores desejosos de superar condições de pobreza e desemprego estruturais. Vê-se também o lugar que eles aceitam ora mudam, modificando os termos da negociação e assim definindo o que chamam de contrapartida, que é a parte que lhes cabe, como se lê:

**P.** Como é que foi a questão dos equipamentos? Também já estava dentro do projeto?

**Rubi** - Os equipamentos estavam dentro do projeto. Só que a gente, como a gente não tinha recurso financeiro para dar contrapartida, que devia ser de 16%, era a contrapartida... Durante o processo, houve mudanças e esse valor reduziu-se para 2%. Do valor do total do projeto.

**P.** Mas baixou também o valor total do projeto ou permaneceu o valor inicial?

**Rubi:** Houve até aditivos de valor. Porque era um valor que não ia dar para fazer tudo.

**P.** Aumentou o valor do projeto e diminuiu a contrapartida?

**Rubi** – Isso. E como a gente poderia também dar a contrapartida em bens, a gente adquiriu uns equipamentos da Gameleira (associação fundada para o reassentamento de famílias do açude Gameleira, em Itapipoca-CE), que era outra associação. Lá de Itapipoca.

A gente recebeu uma doação dos equipamentos e demos os equipamentos como contrapartida. E o outro 1% a gente deu 50% de maquinários, e os 50% demos o valor que ficou 4 mil e pouco, resumindo.

**(Entrevistada Rubi).**

A participação era assim: divida-se os gastos entre sócios, para assumir tudo coletivamente. Mas ficava uma parte que gerava conflitos: havia um trabalho que não era pago e precisava ser, diziam os sujeitos da Agrovila de Aracoiaba. A parte de gestão, logística e o contato com o meio externo, a informatização dos relacionamentos de mercado, dentre outros trabalhos assim não estavam sendo considerados trabalho pelo conjunto do grupo do projeto São José. E estas tarefas tomavam o tempo de quem fazia, que por estar atenta a eles deixava de produzir, e pois, de ganhar para a sua sobrevivência. Reparemos os detalhes do que é posto como problema de divisão de trabalho na fábrica de polpa:

**P.** Aí vocês dividiram o valor entre os sócios para assumir os gastos com a fábrica, ou a contrapartida nos investimentos que iam fazendo?

**Gardênia** - Dividimos para os sócios, mas a gente conseguiu esse recurso. O projeto consegue essas coisas através de associação, mas nem todos os sócios estão envolvidos no projeto da fábrica, né? Nem todos.

Porque nós tínhamos um quadro de mais de cem (100) sócios. Quando a gente apresentou o projeto para os sócios que a gente teria conseguido esse projeto através do governo do estado, através do projeto São José, e que a gente precisava saber quem realmente teria interesse em participar, desses cento e poucos apenas quarenta e quatro (44) tiveram interesse.

**Rubi:** – Por falta de convite não foi. Falta de convite não foi, falta de orientação também não.

**P.** – E das quarenta e quatro pessoas, ainda estão quantas?

**Rubi** – Hoje, 2024, somos quinze. Os restantes foram abandonando no meio do caminho.

(Entrevistados: Rubi e Gardênia).

Figura 16 – Fábrica de beneficiamento de polpa de frutas



Fonte: ISCA, 2024.

Mas... que leitura podemos fazer desta forma de participação? As lutas da educação do campo criticam essa espécie de “hierarquização epistemológica” da sociedade e a deslegitimação do conhecimento do seu corpo social dominado, que possui ‘outra lógica da produção e trabalho’. Sobre o assunto escreve Caldart (2009, p. 38):

A Educação do campo se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz a crítica ao modo de conhecimento dominante e própria desta sociedade que deslegitima os protagonistas originários da Educação do campo como produtores de conhecimento e que resiste a construir referências próprias para a solução de problemas de uma outra lógica de produção e de trabalho que não seja a do trabalho produtivo para o capital.

E explicita Caldart, distinguindo entre educação rural e educação do campo, esta última com seus marcos teórico-metodológicos específicos, sua pedagogia e, sobretudo, com seu caráter de movimento social camponês.

Uma crítica prática que se fez teórica ou se constituiu também como confronto de ideias, de concepções, quando pelo 'batismo' (nome) assumiu o contraponto: Educação do campo não é Educação rural, com todas as implicações e desdobramentos disso em relação a paradigmas que não dizem respeito e nem se definem somente no âmbito da educação.

A Educação do campo surgiu em um determinado momento e contexto histórico e não pode ser compreendida em si mesma, ou apenas desde o mundo da educação ou desde os parâmetros teóricos da pedagogia. Ela é um movimento real de combate ao 'atual estado de coisas': movimento prático, de objetivos ou fins práticos, de ferramentas práticas, que expressa e produz concepções teóricas, críticas a determinadas visões de educação, de política de educação, de projetos de campo e de país, mas que são interpretações da realidade construídas em vista de orientar ações/lutas concretas. (Caldart, 2009, p.40)

Na realidade, estamos vendo que é bem verdade que: "O conteúdo do território como um todo e de cada um dos seus compartimentos muda de forma brusca e, também, rapidamente perde uma parcela maior ou menor de sua identidade, em favor de formas de regulação estranhas ao sentido local da vida."

Mas repare: mesmo com pautas e espaços vividos com suas diferenças locais, com seus esforços de sobrevivência e sonho, resistência e lutas, a questão estrutural permanece e tem dependido da lógica internacional do capitalismo mundializado. As lutas e movimentos sociais tentam montar e aprovar pautas em encontros mundiais, no entanto, o funcionamento do dinheiro, da informação e da tecnociência dá sua feição internacional levantando questão difíceis para os estados e município, como aborda o intelectual negro Milton Santos:

E por esse prisma que deveria ser vista a questão da federação e da governabilidade da nação: na medida em que o governo da nação se solidariza com os desígnios das forças externas, levantam-se problemas cruciais para estados e municípios. A questão é estrutural e, desse modo, o problema de estados e municípios é, no fundo, um só; esse problema é constituído pelas formas atuais de compartimentação do território e o seu novo conteúdo, que inclui as formas de ação do dinheiro internacional." (Santos, 2001, p. 104)

O planejado não era aquilo que foi feito? – eu me perguntava. E pensava nas táticas e leituras da prática que este grupo fazia desejando dar conta do que haviam se proposto a fazer.

**P.** Teve ou tem alguma coisa no projeto que não foi ou não está sendo cumprida, na prática?

**Rubi** – Teve, mas a gente não tem como provar, porque depois o projeto foi modificado. Daí a gente viu que o planejado não era aquilo que foi feito.

**P.** E vocês participaram dessa mudança do projeto, foram chamados para a reunião para dizer o que vocês estavam vivendo? O que estava mudando? Souberam o motivo da mudança?

**Gardênia** – não.

**Rubi** – Também não me chamaram.

**P.** Vocês vieram conhecer quando estava em construção?

**Rubi:** – Quando estava em execução.  
**(Entrevistados/as: Rubi e Gardênia).**

E o grupo vai explicitando o que ia sendo feito por eles e que desconheciam até se defrontar com o problema. Tentavam tomar as rédeas da ação já em execução. Faziam a todo tempo leituras do que ia acontecendo para assumir atitudes, já que os diálogos com o acompanhamento técnico nessa hora escasseavam ou apontava lacunas que prejudicavam o continuar da ação do projeto. Por exemplo: “o serviço feito de terraplanagem, pavimentação, relacionado a drenagem e urbanização não foi executado” porque o dinheiro não dera para cobrir esses gastos.

**Rubi** – A gente não conseguiu botar nem um pedreiro do nosso povo para trabalhar para eles; servente conseguimos depois de muita luta.

**P.** Vocês viam que quando estava em construção, quando foi finalizando foram vendo que o planejado estava diferente do que foi feito, do projeto que vocês achavam que iria ser feito?

**Gardênia:** Eles disseram que houve mudança na *layout*. Todo o projeto, no que foi planejado um prédio era para estar num canto, mas foi construído em outro. O serviço feito de terraplanagem, pavimentação, relacionado a drenagem e urbanização não foi executado e quando a gente foi atrás de saber por qual motivo não foi executado falaram que tiveram que retirar isso do projeto para poder ficar dentro do orçamento.

**(Entrevistados/as: Rubi e Gardênia).**

Como se sabe, a ideia de tática, com M. Certeau (1994) adquire importância na leitura que fazemos dos fatos que mostram esta tentativa popular de compreender os meandros da ação empreendida no Projeto São José III. Por tática entende-se as formas de resistência que as populações vão encontrando para se contrapor ou, mesmo, responder em seu nível de interesses, ao que precisam dar conta para continuar os trabalhos na agrovila de Aracoiaba. Veja-se as táticas de resistência:

**P.** Mas isso foi a empresa que passou a informação ou foi a SDA (Secretária de Desenvolvimento Agrário) através da UGP (Unidade de Gerenciamento de Projeto)?

**Rubi:** A gente descobriu pela empresa, quando a gente foi cobrar porque que não estava sendo feito aquele serviço.

**P.** Mas tem nenhum documento falando sobre isso?

**Rubi:** - Sobre a mudança, não. Quando a gente abriu o sistema que foi puxar a prova, que era pra ter... Já tava diferente, mas como a gente conseguiu arquivar o primeiro, a gente viu a diferença. No primeiro tinha terraplanagem, urbanização, drenagem, paisagismo, etc. e no que realmente foi executado isso tudo estava fora.

**P.** Tem algo básico, que faltou e que ainda falta lá para funcionar mesmo da forma que vocês desejam? Ou seja, o básico que era para ter tem?

**Rubi:** - Tem água de qualidade e energia limpa, e isso é muito bom. Porque você até trabalhar um produto que não demande de energia elétrica, você ainda consegue trabalhar lá. Agora no caso da polpa, que é o nosso caso, a gente é dependente da energia para manter o túnel ligado. E você não pode manter um túnel ligado se você não já tiver a produção certa e a entrega. Você já tem o comprador certo, mas não vai poder ficar armazenando, esperando conseguir uma venda.

**(Entrevistada/o: Rubi).**

Quando se perguntou aos sujeitos da pesquisa como estava o andamento da fábrica de castanha, eles a relacionaram com a de polpa. E disseram: “O túnel é da fábrica de polpa. A castanha, na castanha não vai precisar tanto da eletricidade, embora também precise.” E ao serem indagados se ficou ainda alguma coisa pela metade que era para ter sido feito e não foi, responderam: “O que era para ser construído foi construído, uma base real. Mas muita coisa se precisou não cabia mais no orçamento e não teve”. E continuam abordando o que foi preciso resolver e era dito pela empresa que estava fazendo a fábrica (o governo terceirizara o serviço) que não poderia ser feito mais nada. Enfrentando os problemas e tentando solucioná-los, afirmam: “Outra coisa que ficou pela metade era a estrutura da caixa d’água; e no final dispensamos uma empresa; com o dinheiro que se ia gastar com ela fizemos um poço profundo... mas...”

Como se vai percebendo, as questões advinham e era preciso tomar posição e dar conta de fazer com que a ação iniciada e já em plena execução continuasse:

**Gardênia:** Por exemplo, outra coisa que ficou pela metade era a estrutura da caixa d’água. A gente foi discutir falando com o engenheiro, falando com a empresa que ganhou a licitação e conseguimos fazer com que fizesse o que estava faltando.

**Rubi:** Verdade.

**Gardênia** – Ah, eu falei para ele o negócio da câmara fria.

**Rubi**: – O tamanho da câmara fria também foi reduzido. A desculpa é que não cabia no orçamento. Porque o projeto já era tanto, já tinha sido feito um aditivo. Na época foi dito que não teria mais prazo para fazer outro aditivo em valor, para acrescentar o que tinha sido repassado para gente.

No final do projeto, a gente ainda conseguiu fazer...Dispensar uma empresa que a gente não estava gostando do serviço dela, a empresa de assessoria; a gente fez rescisão de contrato e com o dinheiro que ia gastar com ela a gente construiu um poço.

**P.** - Um poço profundo?

**Rubi**: Poço profundo. Se a gente tivesse tido mais orientação a gente também não teria gasto esse valor todo com o poço. Porque a água é salobra. A gente teria construído cisternas para captar água da chuva.

**(Entrevistadas: Gardênia e Rubi).**

Aqui se vê como o grupo popular ia resolvendo o que lhes aparecia entretendo o caminho do projeto, mas não era raro não terem a experiência de prever tudo, o que levava a novos pontos de estrangulamento. Veja-se: tomaram a iniciativa de demitir uma empresa, e com o dinheiro fizeram um poço profundo, que ia viabilizar a continuidade do que estava em execução. No entanto, após cavar o poço viram que a água era “salobra”, disseram, o que ocasionava novas questões:

**P.** – O sistema de abastecimento de água não era para estar dentro do projeto? Porque para fazer uma fábrica de beneficiamento um dos insumos básicos é água, não é?

**Rubi** – É água. Não entendo.

**P.** - E não tinha no projeto?

**Rubi** – Não tinha. Adutora de água, não tinha.

**P.** – Falo do acesso a água, o sistema hidráulico na fábrica. Porque para a fábrica funcionar ela tem que ter água potável, não é isso?

**Rubi** – Foi discutido isso fora o projeto. Foi discutido se havia algum meio da gente conseguir a ampliação de rede, mas isso não é viável; porque essa rede daqui da Agrovila não é uma rede padronizada da Cagece.

Toda a encanação que tem aqui é a encanação de irrigação. Se for para fazer uma ampliação de rede para chegar lá na fábrica por conta do desnível do terreno, vão ter que aumentar a pressão e os canos daqui não aguentam. Então pode até fazer, mas depois que mudar toda a encanação - essa foi a orientação que a gente teve da CAGECE.

**(Entrevistada/o: Rubi).**

Ah! O tempo. Um elemento que deveria ser uma categoria fundamental em estudos sobre educação em todas as suas frentes de trabalho com o povo.

**P.** – E tem previsão para isso acontecer?



**Rubi** – Houve uma mudança que impactou totalmente a funcionalidade do projeto que foi a mudança de local da construção. Que de início seria aqui dentro da agrovila. Próximo da associação ou próxima da igreja, ou então em algum terreno mais próximo das casas, onde já tem energia elétrica e água encanada. Alguém fantasiou que a fábrica iria causar poluição, iria causar danos ao meio ambiente e foi direcionada lá para dentro dos lotes, porque era mais afastado das casas.

Só que eu vejo que isso é infundável, porque a CAISA (Fábrica privada de beneficiamento) é uma das maiores produtoras de castanha. Acho que é a maior que tem dentro de Fortaleza. Ela fica à beira da Bezerra de Menezes. Se fosse impactar na questão do meio ambiente ela não funcionaria ali. Ela ia funcionar dentro de uma área bem isolada, longe dos condomínios. Então porque é que aqui na agrovila ia ser diferente?

– Isso dificultou bastante. Mas com tudo, os lotes e a morada, os plantios e toda a vida nova é muito linda, sim.

**Gardênia** – Até o acesso, a escoação para a produção, chegar a matéria-prima no local e sair o produto pronto... Nosso deslocamento, gasto de combustível que a gente tem para ir até lá... isso são dificuldades.

**Gardênia** – E no inverno a estrada é horrível, se a gente quiser que ajeite. Acho que ficam umas coisas feitas, uma parcela das coisas é feita e muitas outras faltam; daí a gente não tem como preencher tudo o que vai faltando.

**(Entrevistadas/os: Gardênia e Rubi).**

Figura 17 – Entrada da agrovila de Aracoíaba.



Fonte: Autor da pesquisa.

A vida nova é muito linda, mas a técnica e a falta de conhecimento do lugar, faltou casar as duas, dizem os entrevistados e as entrevistadas.

**P.** Tem algo feito que faltou técnica?

**Rubi** – A vida nova é muito linda, mas a técnica e a falta de conhecimento da área, faltou casar as duas.

Outro problema que a gente tem lá é a questão da salinidade do terreno. Eu acredito que era para ter sido feito análise de solo também, porque como tem muito material inox. Tem muito problema lá. Até os baldes que tem lá, quando vamos olhar está cheio de ferrugem. Faltava conhecer bem a área.

**P.** Da água do poço?

**Rubi** – Da salinidade do próprio terreno.

**P.** E como é que vocês beneficiam os produtos, se precisam de água potável e lá não tem?

**Rubi e Gardênia** – A gente leva água de casa.

**P.** - De que? Qual é o meu transporte?

**Rubi:** – A pé, de carro, de carroça, jumento, carro de mão, moto, de todo jeito.

**P.** – O que também parece ser difícil para vocês.

**Gardênia** – Até bolo a gente trouxe de lá, na carroça, debaixo de chuva.

**P.** - Eu Acredito.

**Gardênia** – A lama batendo na canela. Mas é muito bom a terra ser nossa.

Ora, se é um desafio produzir, comercializar, então! – dizem os sujeitos da pesquisa.

**P.** Então é um desafio para vocês produzir. E para comercializar?

**Rubi** – Se é um desafio produzir, comercializar, então! Para comercializar aí, por enquanto a gente só consegue comercializar através de forma institucional, para o PNAE, da alimentação escolar. Para a Conab, por doação simultânea que também vai para a merenda escolar do município e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

**P.** – E se for vender para CNPJ, supermercado, mercearia que exija nota não dá?

**Rubi** – Não dá, porque a associação não pode emitir nota. Para a questão de notas pessoais, para fazer notas pessoais, a gente teve de fazer uma restrição das pessoas que poderiam querer emitir nota.

E também não se tornou viável em questão do custo da comercialização. Porque para você colocar polpa em um supermercado você tem que alugar o espaço. Você tem que fornecer o freezer. Ainda tem a contraparte que você tem que dar para o dono do mercantil.

**P.** – Vocês tiveram assessoria ou orientação por parte do projeto São José sobre esses entraves?

**Rubi** – Antes, não.

**Gardênia** – Antes, a capacitação trabalhou com a gente a questão de logística; quais os mercados que a gente poderia entrar, que nem os institucionais, os convencionais, mercado internacional, documentação necessária... Que teria que ter alvará de funcionamento e sanitário, da SEMACE (Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Ceará), do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). ..

**Gardênia** – Hoje em dia a gente não consegue tirar nem um, porque tem que ter o certificado dos bombeiros, que também não facilita, dizem que um CNPJ não pode ter dois endereços, eles não podem cadastrar o mesmo CNPJ em dois endereços para dar licença. E nisso a gente vai tentando ainda driblar a burocracia para conseguir toda a documentação. O que é bastante difícil. Já falei no grupo. Penso que vou conseguir o do Meio ambiente, da SEMACE.

**(Entrevistadas/os: Rubi e Gardênia).**

Uma história se enfia na outra, como nas mil e uma noites: o transporte e o túnel; o armazenamento, as prateleiras e a câmara fria; a construção e a direção dos ventos nas duas fábricas, a de polpa e a de castanha; o escoamento da água e a sua drenagem; o mato, a capina e a roçadeira ... Tudo são desafios que vão sendo encarados com luta, sem perder a alegria.

**P.** E com relação ao transporte? Foi discutido com todos vocês a importância do transporte para escoar a produção?

**Rubi** – Não. No plano de negócios foi colocado, sim, que a gente precisaria de transporte. Mas quando foi na execução, de repente o recurso não suportava mais comprar um transporte, porque tinha que ser um caminhão frigorífico, e em alguns casos esse caminhão se tornou uma Saveiro um bauzinho dentro. O tamanho do túnel também, claro que era desproporcional à nossa capacidade de produção. A gente sente na pele hoje que essa informação também foi infundada. A gente teria condições de produzir mais. A gente não produz porque não tem onde congelar mais. Porque o túnel é pequeno.

**P.** - Aí vocês acabam trazendo para congelar em casa?

**Rubi** – Se tiver uma produção maior a gente traz pra casa, solução que serve pra quem tem *freezer* em casa pra colocar. Que era pra ter sido pensado: que quantidade de produção que vocês podem fazer? Como é a questão do equipamento, vamos destrinchar como é cada equipamento e o que faz?

Falta mais um equipamento no túnel, porque era para ter vindo também as prateleiras. As prateleiras com as bandejas para fazer o armazenamento das polpas. A gente armazena ela lá dentro das próprias caixas, que pode ser um dos motivos da polpa custa tanto para congelar. Porque é caixa de plástico, se fosse nas prateleiras de inox, devido também o aço receber mais frio elas iam ter mais acesso a ventilação fria, iriam congelar mais rápido. O armazenamento ia ficar mais padronizado, mais bonitinho. Mais organizado, iria caber mais. Porque as prateleiras gelam de acordo com o tamanho do pacote de polpa.

Com tudo isso, a fábrica de polpa vai seguindo. Estamos animados.

**(Entrevistada/o: Rubi).**

Originalmente, e ainda hoje, o que fora pensado como projeto abarcava duas fábricas, com o objetivo de beneficiar polpa de frutas e castanha. Mas o beneficiamento da castanha ainda não tinha sido resolvido embora se tenha a estrutura construída.

**P.** O projeto foi para duas fábricas, com o objetivo de beneficiar castanha e polpa de frutas. E a de castanha?

**Rubi** – A de castanhas foi construída direitinho, no lugar correto, mas não do jeito que estava no projeto. Inverteram a ordem da construção dos prédios. Foi invertido. O mestre de obra perguntou para a gente como deveria fazer. Se ele que era o mestre de obras, tinha um engenheiro e não sabia, imagine nós. A gente não sabe nada de construção. Mas ainda o nosso companheiro daqui, da luta, falou que seria bom mudar.

**Gardênia** – O projeto está assim, mas se tem de fazer isso com ele, para ele virar. Virar o projeto todo para a parte da castanha, que vai emitir fumaça, ficar para o lado que vai o vento. E o prédio da polpa ficar do outro lado, para não receber nenhuma fumaça. Então quando a parte da castanha começar a funcionar, a fumaça vai para o prédio da polpa. **Se a castanha não deu ainda, está dando certo a polpa de caju.**

**(Entrevistadas/os: Rubi e Gardênia).**

Figura 18 – Cajus utilizado para beneficiamento na fábrica da Agrovila de Aracoiaba.



Fonte: Arquivo pessoal de uma beneficiária do Projeto São José III.

**P.** – Então as duas não podem funcionar ao mesmo tempo e nem depois, é isso?

**Gardênia** – Se a de castanha funcionar antes, vamos ter que dar um jeito dentro da fábrica da polpa para começar a produção...

**Rubi** – Provavelmente. Pode a drenagem ser precisa. Ano passado estava precisando a drenagem. Para a drenagem...a gente teve que drenar, abrir um buraco no muro para escorrer a água que estava quase alcançando a altura da calçada.

**Gardênia** – Tem mais a questão de resolver o problema de mato, pois como era para ter a pavimentação e não tem, tudo ainda está em terreno no chão. Toda uma vez que ia ser feita a limpeza para retirar o mato a gente capinava, tirava, botava para fora. Mas vimos que ali estava acontecendo uma erosão do terreno. Para acabar com isso compramos uma roçadeira para só roçar o mato, não capinar mais. E o mato que fica, já fica de proteção também, para quando for ter uma ventania forte não levar areia e poeira para dentro da fábrica. **(Entrevistadas/os: Rubi e Gardênia).**

A divisão do trabalho na fábrica, atualmente, mostra para as pessoas da comunidade que é preciso se trabalhar a cooperação, estudá-la como quem estuda uma forma de produzir mais.

**P.** - Como é que vocês dividem o trabalho na fábrica atualmente?

**Esmeralda** – A gente criou um caixa para adquirir os produtos, os insumos e pagar a energia que tem que pagar todo mês. Quando a gente consegue uma venda, a gente tem o cronograma de venda e a gente faz todo o processo: tira toda a despesa que teve, algum gasto extra que apareceu e retira a porcentagem do caixa, a porcentagem que volta e a que fica da Conab referente à nota fiscal. E o restante dividimos.

**P.-** Trabalham os quinze, são quinze sócios juntos no mesmo horário?

**Esmeralda** – Como são muitas pessoas para pouco serviço, a gente dividiu em dois grupos. Até agora tá funcionando. Valeu. A produção do grupo tá boa. O que falta ainda é consciência de algumas pessoas que aquilo é um empreendimento, que aquilo é uma empresa que não tem um único dono, são vários donos. Que precisamos dividir as funções, as tarefas e que cada um tem o seu valor.

**Quartzo** – É preciso reconhecer o valor das funções de cada um. Que uma coisa é você ir lá, só executar o seu trabalho de mão de obra. Você vai ter que executar de qualquer maneira ou então pagar alguém para fazer. Porque você vai ter que produzir. Isso é uma coisa. Outra coisa é você ter que participar de licitações. Você tem de estar atento às chamadas públicas; tem os editais, você tem que estar atento a qualquer alteração que acontecer em questão de sistema, de cronograma, logística de entrega.

**Turmalina** – Acompanhar as entregas, acompanhar toda a documentação para não ficar nenhum documento vencido e atrapalhar algum processo. Você tem que pensar, assistir várias reuniões, ter várias parcerias, conversar com várias pessoas para adquirir mais conhecimento e no final das contas, algumas pessoas pensam que você não está fazendo mais que sua obrigação, e que você não merece ser remunerado por isso.

**P.** Estas pessoas estão dentro Grupo?

**Esmeralda** – Estão dentro do grupo. E a responsabilidade é para ser compartilhada. Então, se eu não sei fazer, do nosso ponto de vista, se eu não sei fazer o teu serviço, então não posso criticar porque você vai ganhar a mais porque você está executando um serviço que eu não sei fazer ou que eu sei fazer e não tenho tempo para fazer e que é preciso que se faça.

**(Entrevistadas/os: Esmeralda, Quartzo e Turmalina).**

E uma pergunta ficava no ar; era falada, e parecia respondida. Depois voltava novamente. Os serviços a mais que se tem, em benefício de todos, quem paga? Bobbio (1992, p. 61) já havia afirmado que é “quando nascem os chamados direitos públicos subjetivos, que caracterizam o Estado de Direito”, que se dá “a passagem final do ponto de vista do príncipe para o ponto de vista dos cidadãos.” E completa: “No Estado despótico, os indivíduos singulares só têm deveres e não direitos. No Estado absoluto, os indivíduos possuem, em relação ao soberano, direitos privados. No Estado de Direito, o indivíduo tem, em face do Estado, não só direitos

privados, mas também direitos públicos. O Estado de Direito é o Estado dos cidadãos” (idem, p. 61).

Apoiado em Lafer (2009, p.150), quando este diz que a igualdade é algo “construído, elaborado convencionalmente pela ação conjunta dos homens através da organização da comunidade política” (Cury, 2023, 125), nós nos apoiamos nestes autores para observar que também as resistências são construídas colaborativamente, apesar de suas contradições. Quer dizer, dentro da comunidade política como na sociedade civil há interesses diferentes que se entrecrocaram e mesmo entre a mesma classe social se encontram contradições que não legitimam os representantes do poder construído e seu aparato institucional. As resistências populares constituem aspecto importante da educação do campo, e reproduzem táticas de enfrentar questões, objetivando superar contradições. Leia-se:

**Turmalina:** - Por exemplo, ela ou ele fica na parte da papelada, né? Aí tem o dia dela ou dele capinar, né? Se os outros tivessem consenso, eles faziam assim... Já que ela tem esse trabalho todinho, vou capinar o dela. Mas não tem um que tenha a consciência de fazer isso não. Aí na hora da produção ser dividida, a pessoa que trabalhou a mais ganha do mesmo tanto de quem não está nem aí, não ganhou num um pingão diferente de quem ficou quebrando cabeça com documentação. Ganham o mesmo valor.

**P.** - Vocês discutem esses pontos nas reuniões periódicas de vocês?

**Quartzo** - Eu já falei várias vezes que eu não acho justo.

**Esmeralda** - Discutimos várias vezes.

**P.** - E não avançou?

**Esmeralda** - Não avançou. Não avançou porque acham que era como uma fábrica de todos, então todos tem a mesma obrigação. Em partes de serviços. É recolhida também uma mensalidade para por acaso a gente passar um ano sem produzir, a gente vai passar um ano tendo despesa porque todo mês tem que pagar energia, todo mês tem que fazer a limpeza no terreno, precisa comprar insumo da roçadeira que é as fitas, fazer manutenção, material de limpeza... Então tem essa previsão.

**Ametista** - Produzindo ou não, a gente vai ter esses custos. Então, a gente precisa de um caixa.

**Turmalina** - Viagens, a gente tem de procurar, porque a gente aprende coisas. Por exemplo, teve uma capacitação agora de operar o sistema de PAA Net. Então isso aí a gente precisa do dinheiro do caixa para isso. A gente vai tirar do bolso? Não pode. A gente precisa ser remunerada por isso, com um dia de serviço que a gente perde. Precisa de transporte, precisa alimentação e precisa da diária.

**Ametista:** Essa e a questão: os serviços a mais que se tem, em benefício de todos, quem paga?

**Ônix:** Tem gente que diz: - Ah, por que passou um dia em uma reunião online? Que reunião foi essa que demorou tanto tempo? A reunião foi exposta no grupo para decidir quem queria participar, ninguém quis.

**(Entrevistadas/os: Esmeralda, Quartzo, Turmalina, Ônix e Ametista).**

Ao ouvirem-se, penso que refletiam de nova perspectiva, desejando de fato avançar no que anisavam:

**Ametista:** - Isso é uma coisa importante. Mas outra coisa importante também é o que deve ser dito a todos e o que se pode decidir sem discutir tim-tim com todos, porque tem horas que se precisa decidir rápido umas coisas.

**Esmeralda:** Por exemplo: uma reunião que cabe somente a quem está à frente. A gente sabe que as outras pessoas não vão saber responder muita coisa da burocracia das coisas. Então, cada um tem uma função. Tem reuniões que pode ser aberta para todos. Mas tem reuniões que são apenas para quem está à frente. Em qualquer uma delas, hoje a gente colocou em papel, colocamos em ata que qualquer reunião que a pessoa participar ela vai ser remunerada sim. Se ela perdeu meio-dia, ela vai receber meio-dia de uma diária de agricultor. Porque é para beneficiar todo mundo. Por isso.

**Quartzo:** - Eu acho que não está certo não considerar isso trabalho. Já que a pessoa fez viagens, deixou de produzir aqui. Apareceu algum dos sócios para fazer o serviço delas aqui? Não.

**Esmeralda** – Aparece mesmo não, eu ou a pessoa que faz esse trabalho é que tem de pagar alguém para fazer seu serviço na fábrica.

**(Entrevistadas/os: Esmeralda, Quartzo e Ametista).**

Avaliando por nós, valeu a pena, mas a gente deve avaliar e até ajudar as unidades de produção que estão querendo começar e não repetir os mesmos erros.

**P.** - Avaliando agora o projeto por completo, vocês acham que valeu a pena, está valendo a pena? O antes e o depois...

**Esmeralda:** - O projeto em si, com todos os defeitos, valeu. Avaliando por nós, valeu a pena, mas a gente deve avaliar e até ajudar as unidades de produção que estão querendo começar e não repetir os mesmos erros... Porque sem ele a gente não teria essa produção. Sem ele também a gente não teria passado por todas as dificuldades que a gente passou e a gente não teria crescido, aprendido a lidar com as dificuldades. Então tudo é um processo.

**Ametista:** - A gente pode condenar 100%? Não. Mas também não foi bom 100%. Mas a gente está fazendo o máximo que a gente pode para melhorar a cada dia. Melhorou a renda, sim, a gente consegue ter uma renda através dele, mas precisa mais, a questão da parte de comercialização precisa investir mais, precisa a gente saber mais coisa. Existem vários projetos por aí que ainda estão parados. Ainda não conseguiram se organizar para produzir. Então, eu pergunto: falta alguma coisa que a gente sabe e pode passar?

**P.** – Só uma dúvida: a fábrica que vocês imaginavam que seria, era para ser onde?

**Esmeralda** - Perto da ISCA, a Associação da Comunidade.

**(Entrevistadas/os: Esmeralda e Ametista).**



Estava nítido um aspecto: o grupo levava em frente o começado e a comercialização a polpa de frutas funcionava. Mesmo com questões ainda não resolvidas, em nível de grupo, divisão de trabalho, de produção e comercialização. Já o beneficiamento da castanha do caju, a fábrica ainda não funcionava, mesmo construída a base da sua estrutura física. E os cajus, como se disse, iam sendo produzidos para polpa.

Figura 19 – Fábrica de beneficiamento de castanha construída e ainda não funcionando.



Fonte: Autor da pesquisa.

Da avaliação, os sujeitos da pesquisa observam ter havido uma enquete, talvez uma forma de reflexão que não lhes era familiar. Ou não atingia o que julgavam necessário, que me parece implicava um envolvimento da parte do governo na continuidade do que ainda precisava ser feito. Como dizia minha orientadora: “certamente queriam uma avaliação diferente, decerto uma roda, como nossos ancestrais faziam e nossos sertanejos conheciam tão bem. Onde os desafios de viola correram mundo, asserenaram os desgostos com a seca e enfrentaram a vida com poesia. Roda e conversa olhos nos olhos?”

**P.** - Tem mais alguma coisa que vocês acham que esqueceram em relação ao projeto? Ou no mais, foi isso mesmo?

**Esmeralda** – Tem mais uma coisa. Já cobrei várias vezes que depois da entrega do projeto era para ser feito uma avaliação. E não houve. Teve enquete, mas queremos uma avaliação diferente. Para todos aprenderem.

**P.** - Pelo governo?

**Esmeralda** – Governo, sim. Pelo próprio grupo que responde pelo projeto São José, pelo governo do estado, pelo Banco Mundial. Para saber quais as unidades de produção que estão dando certo, quais as que não estão. Quais foram os erros, onde é os gargalos e trabalhar em cima disso para fazer todas funcionarem. Ou pelo menos as que tiverem condição de funcionar.

**(Entrevistada/o: Esmeralda).**

Não se pode deixar de perceber que os aprendizados das Agrovilas constituem uma história de lutas das classes populares, em sua relação com órgãos governamentais, e o que é mais importante, suas experiências compartilhadas podem ajudar as novas experiências que irão ser começadas: *“Para todos aprenderem”*.

**P.** - Depois que foi entregue as fábricas e que vocês começaram a funcionar, quantas vezes algum representante da SDA ou do Banco Mundial veio aqui para verificar?

**Ametista** – Acho que em torno de cinco (5) vezes, por aí.

**Quartzo** – Mas não acho que avaliamos assim, dessa forma; faltou sentar para avaliar o processo para ajudar outros.

**Turmalina** – Foi feito umas enquetes, sim. Foi feito várias enquetes; todo ano respondemos uma enquete. A gente discutiu e pedimos também uma visita do representante do Projeto São José. Explicamos, mostramos a dificuldade que foi o que vivemos e pedimos para ver se tem ainda algum recurso com o Banco Mundial para comprar algum equipamento que a gente observou depois do projeto entregue que seria necessário, e que não foi orçado dentro do projeto.

**P.** – Então vocês se reuniram para responder à enquete. E repassaram o que?

**Esmeralda** – Três pontos principais. Energia limpa. Questão da água. E o transporte. Aliás são quatro pontos. Também tem a questão de uma máquina *envasadora* automática. Porque todo o nosso processo é manual. A gente consegue trabalhar, mas é um processo muito cansativo, que poderia ser amenizado com essa máquina.

**P.** - Ela está avaliada em quanto hoje?

**Esmeralda** – Em torno de sessenta mil (60.000) reais.

**P.** – Se tivesse essa máquina daria para processar tudo, toda a produção de vocês?

**Esmeralda** – Muito mais rápido. Vamos supor, a gente passa nove horas para processar uma quantidade de polpa. A gente talvez não gastaria três horas. **(Entrevistadas/os: Esmeralda, Turmalina, Quartzo e Ametista).**

Como se reconhece em uma grande parte dos estudos sobre desenvolvimento sustentável, há uma vertente de pensamento que considera em suas ações e políticas a ideia de que se mede atraso em termos de produção agrícola, considerando quase que somente a modernização tecnológica. Daí dizer-se, nas palavras de Almeida (1995, p. 41): “Uma unidade produtiva é mais ou menos moderna ou tradicional, mais ou menos atrasada ou moderna, progride mais ou menos rapidamente na via do desenvolvimento segundo o sistema de produção mais ou menos intensivo que utiliza ou põe em prática.”

Da avaliação da fábrica de castanha, um ponto e vírgula: Mas um dia a gente consegue botar ela para funcionar:

**P.** - E aí o pessoal do governo ficou de avaliar os pontos críticos que vocês apontaram na enquete?

**Esmeralda** – Ficaram de avaliar, de ver, de tentar conseguir recurso com o Banco Mundial. Mas depois a gente foi informado que o banco não olhou com bons olhos gastar mais dinheiro com um empreendimento que já foi entregue. Só que ainda existe várias demandas.

**Gardênia** – Não queremos julgar nem condenar. Mas se existe uma equipe técnica para analisar, montar uma empresa, tem vários gerentes, vários técnicos, vários engenheiros, eram engenheiros de elétrico, engenheiro de hidráulica, um engenheiro civil ou um analista de sistema. Um analista disso, outro daquilo. E o projeto ainda ficou fora de *layout*. A gente não entende.

**Ametista** – Ficou faltando equipamentos que seriam de grande importância para agilizar a produção. Coisas que, como nós não tínhamos experiência nenhuma do assunto, era para ter sido estudado mais a fundo para depois fazer o plano de negócio, plano de trabalho, gestão, trabalhando bastante a gestão. Tanto hoje eu oriento um rapaz ali do Tigipió. Eles estão iniciando agora um projeto São José lá. Oriento para ele prestar atenção até nas vírgulas das minutas do contrato. Porque pode acontecer de você comprar gato por lebre e é obrigado a pagar por causa de uma minuta de contrato mal feito.

**(Entrevistadas/os: Esmeralda, Quartzito, Turmalina e Ametista).**

Ao ouvir estas reflexões, eu me perguntava onde estaria o diálogo que Paulo Freire nos ensinava.

Os sujeitos da pesquisa demonstram irem tomando as rédeas cada vez mais do projeto que levam à frente. Talvez fosse importante ter grupos que ficariam disponíveis, em termos técnicos, para as ações já em fase de execução já ativa. E grupos que assistissem as ações que entravam mesmo quando já começaram, como a da fábrica de beneficiamento de castanhas. É inegável o êxito do grupo do CARPA, segundo as narrativas das entrevistadas/os da Agrovila de Aracoíaba. Eu me perguntava: por que ele, o grupo do CARPA (Comitê de Apoio ao reassentamento e à preservação ambiental), não volta em fases assim onde há pontos de estrangulamento que podem ser superados sem grandes atropelos e negociações? (Diário de Campo)

E anotava para onde se iria quando o caso fosse dialogar e já as pessoas não percebessem essa necessidade como possibilidade capaz de ser concretizada.

**P.** - Falamos muito da fábrica de polpa. E sobre a fábrica de castanha, ela nunca foi utilizada?

**Quartzo** – Não. Faltam alguns equipamentos. Hoje a gente já conseguiu a caldeira, autoclave e ainda falta algumas peças.

**P.** - Vocês conseguiram como?

**Turmalina** – Rifa, doação. Amizades. A gente vai conseguindo. Só que ainda muita coisa está ficando pelo meio do caminho. Mas a vida segue. Com a terra, a fábrica, a produção da polpa, a venda do que se faz, tudo indo.

**Esmeralda** – Falta concluir o carrinho, as telas do carrinho. Falta fazer manutenção na autoclave, falta fazer o ajuste da Caldeira, falta o laudo do engenheiro da Caldeira que tem que ter um laudo dele para poder funcionar.

**Esmeralda** – Toda essa despesa ficou por nossa conta. Só o orçamento disso que eles passaram pra gente deu mais de quatro (4) mil reais. Fora alguns equipamentos que ainda se precisa comprar porque o que se tem está inadequado, precisa ser trocado.

**(Entrevistadas/os: Esmeralda, Quartzo e Turmalina).**

E eu escutava o desejo de acertar de todos: “Aí volta a questão da minuta do contrato, tem que observar cada virgula. É uma Caldeira de pressão para produção de castanha, processamento de castanha; então, ela tem que dizer quantas polegadas, quantos quilos ela vai conseguir processar. Ela tem que vir com a placa de identificação, não veio. Ela tem que vim com toda calibrada, com toda a peça de calibragem inclusa. E também não veio. A gente está comprando por fora porque veio somente a caldeira. A gente não sabe de tanta coisa! E sabe de outras tantas! (rsrs)”.

**P.** – Mas estava no projeto, estava no contrato que que era para vir?

**Esmeralda** – Na minuta tinha Caldeira. Foi entregue uma caldeira, lá não estava pedindo tubulação, isolamento térmico, conexões, nível de água, o próprio autoclave que teria que ter e que a gente conseguiu por fora, porque a Caldeira não ia funcionar só. Era para ter sido incluso o valor do laudo do engenheiro, também. Então, tudo ficou por fora, saiu do nosso bolso.

Mas um dia a gente e consegue botar ela para funcionar!

**(Entrevistada/o: Esmeralda).**

Evidente que o aspecto técnico das intervenções estatais no contexto do desenvolvimento sustentável precisa ser problematizado.

Como se reconhece em uma grande parte dos estudos sobre desenvolvimento sustentável, há uma vertente de pensamento que considera em suas

ações e políticas a ideia de que se mede atraso em termos de produção agrícola, considerando quase que somente a modernização tecnológica. Daí dizer-se, nas palavras de Almeida (1995, p. 41): “Uma unidade produtiva é mais ou menos moderna ou tradicional, mais ou menos atrasada ou moderna, progride mais ou menos rapidamente na via do desenvolvimento segundo o sistema de produção mais ou menos intensivo que utiliza ou põe em prática.”

No contexto da globalização tem-se que a tecnociência resulta do casamento entre ciência e técnica, mas seu uso tem sido manipulado essencialmente por um mercado acumulador que visa o lucro e mesmo com as lutas sociais que por vezes chegam a se traduzir por políticas e ações do estado, na verdade ela reproduz a seletividade social.

O período atual tem como uma das bases esse casamento entre ciência e técnica, essa tecnociência, cujo uso é condicionado pelo mercado. Por conseguinte, trata-se de uma técnica e de uma ciência seletivas. Como, freqüentemente, a ciência passa a produzir aquilo que interessa ao mercado, e não à humanidade em geral, o progresso técnico e científico não é sempre um progresso moral. Pior, talvez, do que isso: a ausência desse progresso moral e tudo o que é feito a partir dessa ausência vai pesar fortemente sobre o modelo de construção histórica dominante no último quartel do século XX. (Santos, 2001, p. 65)

O que se tem visto, portanto, é uma tendência grande ao que se tem chamado de autonomização da tecnociência, como também da informação e do dinheiro face ao estado.

A nova situação, conforme já acentuamos, vai se alicerçar em duas colunas centrais. Uma tem como base o dinheiro e a outra se funda na informação. Dentro de cada país, sobretudo entre os mais pobres, informação e dinheiro mundializados acabam por se impor como algo autônomo face à sociedade e, mesmo, à economia, tornando-se um elemento fundamental da produção, e ao mesmo tempo da geopolítica, isto é, das relações entre países e dentro de cada nação. (Santos, 2001, p. 65)

Milton Santos nos ensinava que estamos vivendo situações sociais onde impera a rapidez e da fluidez. Trata-se de uma fluidez virtual, diz o autor, e aponta ser ela possibilitada pela presença e operação de “novos sistemas técnicos, sobretudo os sistemas da informação, e de uma fluidez efetiva, realizada quando essa fluidez potencial é utilizada no exercício da ação, pelas empresas e instituições hegemônicas. A fluidez potencial aparece no imaginário e na ideologia”, analisa.

Eu via a riqueza do grupo, do valor do povo nos sujeitos da pesquisa, e nos que eles mencionaram, apesar das contradições colocadas entre teoria e prática, que

envolvia aspectos de diálogo entre estado e comunidades, e, dentre comunidades, diferenças ideológicas também. Lembrava Milton Santos, que mostrava o valor da biodiversidade sem esquecer a sociodiversidade:

As massas, de que falava Ortega y Gasset na primeira metade do século (La rebelión de las masas, 1937), ganham uma nova qualidade em virtude da sua aglomeração exponencial e de sua diversificação. Trata-se da existência de uma verdadeira sociodiversidade, historicamente muito mais significativa que apropriada biodiversidade. (Santos, 2001, p. 21)

Era bem verdade: plantar envolve cultivos de sementes novas. Como as que eu via nascer na Agrovila de Aracoiaba.

Figura 20 – Plantios novos na terra nova.



Fonte: Autor da pesquisa.

Eu continuava a pensar no que dizia Milton Santos. Que essa fluidez funciona e aparece “como se fosse um bem comum, uma fluidez para todos, quando, na verdade, apenas alguns agentes têm a possibilidade de utilizá-la, tornando-se, desse modo, os detentores efetivos da velocidade”; devido a esta seletividade, o exercício desta fluidez “é, pois, o resultado das disponibilidades materiais e técnicas existentes e das possibilidades de ação” (Santos, 2001, p. 83, 84).

Estão postos os desafios: como se continua esta história?

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os camponeses e suas vidas sempre fizeram parte de minha trajetória pessoal e familiar, como também profissional. Neste estudo, escutá-los e reflexionar sobre suas realidades significou me reencontrar com os compromissos de contribuir com as transformações que lhes possibilitem ter vida digna para si e gerações futuras. Objetivava, então, com esta pesquisa levantar e analisar o que dizem os agricultores e agricultoras sobre a experiência de fundação da agrovila de Aracoiaba, Ceará, situada no Maciço de Baturité. Para isso, focalizei descrições e realizei análises de como perceberam o **reassentamento, a construção do açude** de Aracoiaba e o **acesso ao Projeto São José III**, marcos dessa ação.

A pesquisa participante, metodologia desta pesquisa, e sua escrita foi seguindo a fala e o pensamento dos agricultores e agricultoras que participaram do processo do reassentamento, da construção do açude e da vivência do projeto São José III, por vezes com contrapontos que trazem as vozes dos profissionais vinculados a órgãos estatais participantes desta ação.

Fizemos, então, um percurso de pesquisa, abordando as propostas iniciais até suas concretizações na construção da agrovila de Aracoiaba. Partimos da construção do açude (2000-2002), com o reassentamento que implicou na ida dos agricultores para este novo lugar, a agrovila, que fica ao lado da comunidade Lagoa de São João. Após o açude construído e os sertanejos reassentados, em 2017 deu-se a assinatura do termo de fomento, para a viabilização do Projeto São José III, que culminou no funcionamento parcial da fábrica de beneficiamento da castanha de caju e polpas de frutas.

O processo de reassentamento aconteceu concomitantemente à construção do açude de Aracoiaba e vimos que os camponeses falavam do lugar social de serem agricultores e agricultoras, ao referirem-se a si mesmos e ao que faziam antes de serem reassentados. O sentimento de pertencimento a uma história como trabalhadores do campo, que marca um tipo de relação com a vida e o meio foi ressaltado por eles, o que gerava a sustentação nas horas difíceis da mudança definitiva para a agrovila e reassegurava o sentimento e o entendimento coletivo do que ia sendo vivido.

Vimos, contudo, que no reassentamento da Agrovila de Aracoiaba, ainda está posto o desafio de reconstruir a interação com o outro e a natureza da vida

comunitária no novo local de morada e trabalho. Queremos sugerir que o pensamento sobre desenvolvimento sustentável não deve esquecer o que a educação do campo consolidou: a visão de que se deve associar o saber prático, técnico e agrícola à reflexão permanente sobre a inclusão social e a produção da vida em comum, solidária.

Na realidade, sempre havia uma história anterior (nas comunidades de Volta, Encosta e Poços, comunidades de onde vinham os sujeitos reassentados) que ligava os agricultores ao trabalho do campo e uns aos outros, na sua luta pela posse da terra. Esta posse da terra eles não haviam tido até o reassentamento, tendo trabalhado toda sua vida, em geral, como meeiros e arrendatários. Uma das conclusões da pesquisa mostra como quando tecnicamente o projeto é considerado encerrado, e seus recursos já aplicados nas obras, não há mais uma responsabilização do estado pelo que fica incompleto na ação como um todo. O que faz com que fiquem truncados alguns aspectos propulsores da autonomia produtiva dos agricultores e agricultoras.

No caso, pela voz dos camponeses, o reassentamento deveria implicar a posse do título da terra a cada família reassentada. Construiu-se as novas moradas, recebeu-se os terrenos para plantios, legitimamente se lhes disse que a terra lhes pertencia, mas até os dias atuais (2024), passados vinte e dois anos, não houve a regularização fundiária da terra. Neste estudo, pudemos examinar que tal fato está acontecendo com mais vinte e uma agrovilas no Estado do Ceará: os camponeses não possuem nenhum “papel” como dizem, que possam lhes reassegurar ser sua a posse da terra.

Um outro aspecto destas considerações é que há distonias, clivagens, divergências mesmo, nos diálogos dos camponeses com o pensamento técnico veiculado na forma estatal de cumprimento do que é combinado ou acordado junto aos trabalhadores da agricultura na questão do reassentamento, no tocante ao poder de fala e o poder decisório. Preços de indenizações, locais das casas de morada e dos terrenos de plantio, tamanho dos lotes e áreas comuns, bem como suas localizações, são questões problemáticas, que exigem diálogos quando estas ações são de fato empreendidas (“não estão mais só na fala do que é prometido”).

Os órgãos estatais que fazem a gestão do processo de reassentamento e da construção de açudes, âmbitos de ação envolvidos no projeto maior da concepção da agrovila, lidam com lógicas que sofrem as flutuações da política dominante, ainda



que ela também não seja um bloco monolítico e tenha fissuras, contradições. Isso implica que, em sabendo disso, cada nova gestão deva rever o que está incompleto ou o que se ficou devendo nos reassentamentos, sobretudo, já que se modifica com eles, inteiramente, a vida de pessoas e comunidades.

Pudemos constatar também que além das questões dos limites advindos da política e suas mudanças, os profissionais dos órgãos estatais não veem todo o processo e em algum momento se ressentem de não ter a visão do que aconteceu depois de suas saídas para atuar em outros locais. Os narradores populares, por sua vez, protagonistas da ação são a memória coletiva e o acervo vivo de experiência da vida camponesa. Faz-se preciso, então, que a ação de reassentamento, e outras dessa natureza, em seu acompanhamento aos agricultores e agricultoras, ultrapassem uma visão restrita do que se tem chamado de “técnico”, pois uma ação que lida por inteiro com a vida dos grupos sociais deve incluir abordagem transdisciplinar e pensar o tempo com outra lógica.

Outra consideração feita é a crítica a uma visão da técnica, pois é que não pode ser unidimensional (com predomínio do econômico), pois que precisa em sua exequibilidade ter abordagem transdisciplinar e não deve negar o valor da compreensão politizada das realidades, nem dos aportes da educação do campo que confere um lugar de sujeito os camponeses. A posse da terra (na prática) e a produção de alimentos, no projeto São José III, evidenciam que foi válida a experiência, se considerarmos estas lições da prática vivida, na experiência da construção da agrovila de Aracoíaba.

Esta pesquisa mostrou, pois, que aspectos psicossociais das relações entre sujeitos, no processo de (re) assentamento tem sido relegadas a plano muito secundário, com exceção da precisa ação do grupo do CARPA (Comitê de Apoio ao reassentamento e à preservação ambiental), considerado pelos sujeitos da pesquisa com atuação capaz de pensar tempo do ponto de vista das comunidades, escuta e grupalização, troca de saberes e interdisciplinaridade. Viu-se que o chamado assessor de campo, com inserção demorada na realidade, também conseguiu vivenciar inter-relações entre saberes populares e práticas novas, e sua ação através da associação comunitária (ISCA) se revelou fecunda. Sugere-se a necessidade de haver uma inserção deste grupo ou ações no gênero depois das obras feitas, pois sua consolidação envolve questões que só com a prática continuada se desvela.

É que reassentamentos vão exigir reconstruções do sentimento de viver e trabalhar, conviver e pertencer ao ambiente social do campo, em seu lugar novo, o que faz com que se tenha de pensar em termos transdisciplinares, pois estas intervenções estatais atravessam as vidas dos coletivos por inteiro. Põe-se, então pelo visto na pesquisa, a necessidade de se repensar a lógica do tempo dos técnicos na comunidade, de modo que possam dialogar com a forma de “viver o tempo” das práticas agrárias da parte das comunidades.

Considera-se que mais grave ainda que uma visão redutora do aspecto técnico é a visão política míope. Sabe-se que a seca carregou verbas para o que se chamava “ajuda aos flagelados”, mas o que acontecia era sua canalização para os grupos das oligarquias e dos latifundiários, que se apossavam dos recursos que deveriam ser aplicados, com equidade, para os camponeses.

O pensamento político sobre a seca do Nordeste é instrumento político chave para a obtenção de recursos para a vida camponesa, no entanto, estes não podem ser monopolizados pelas elites dominantes locais. É nesse sentido que as ações das fundações das agrovilas não devem ser vistas como uma benesse ou um momento pontual, algo como um “favor do governo”. O que vai implicar na prática uma mudança de eixo na gestão, de modo a dar continuidade a ações já começadas e que necessitam imprescindível acompanhamento a questões que não foram previstas antes da implementação de ações conjuntas entre estado e comunidade.

A institucionalização do discurso político e social sobre a seca nordestina, leva também à necessidade de pensarmos as obras que envolvem recursos hídricos como ações permanentes (e não casuais), capazes de auxiliar a lida com o semiárido e, também com a escassez de água que já é um problema planetário.

Considera-se, em vista disso, também de importância, e este foi um aprendizado constatado na pesquisa, a necessidade de articulação de uma agenda política local (das comunidades) que proporcione uma leitura crítica da agenda municipal, estatal e internacional. Será urgente buscar uma articulação com os movimentos sociais, bem como proporcionar reflexões conjuntas que possam fazer a leitura política de agendas de lutas e das agendas das Conferências Internacionais, como a do Combate à Desertificação. É importante que as discussões sobre Educação do Campo possam incluir a leitura das experiências das agrovilas, como a de Aracoiaba.

O entendimento do mundo local está relacionado à lógica internacional da política sobre água; e há que se fazer uma leitura política de ambos e de sua inter-relação como parte de ações que envolvem educação, como a da experiência da construção da agrovila de Aracoiaba.

Consideramos a urgência de ações mitigadoras das problemáticas ambientais, que sofrem fluxo e refluxos de constantes crises hídricas no âmbito local e em todo o planeta. Vimos, pelo que foi observado pelos sujeitos da pesquisa, no tocante à construção do açude de Aracoiaba, que houve a instalação de um projeto de irrigação; este funcionou dois anos; e depois parou, como até hoje está. E será preciso diálogo entre os atores atuantes no processo: governo e comunidades, para que o que foi proposto (projeto de irrigação do açude Aracoiaba) aconteça. Diálogo é processo educacional, não é algo pontual, envolve uma *práxis* que possa considerar a leitura da prática, como aprendemos com Paulo Freire.

Diante dessa questão também, que envolve irrigação, aspecto que era parte dos objetivos da construção do açude de Aracoiaba, os sujeitos agricultores e agricultoras não percebem ainda que rumos deve tomar sua ação coletiva. E desejam discutir mais sobre a tríade reassentamento, açude (políticas hídricas) e Projeto São José III (produção e beneficiamento de alimentos), pois a conjugação dessas ações modifica suas vidas e trabalho coletivos profundamente. Outra consideração da pesquisa feita é que mesmo que se possa dizer que se precisa mais técnica (e é verdade), esta não pode se ater a uma concepção excessivamente restritiva, por despolitizada.

Segundo falaram os sujeitos da pesquisa “o que viera como política a ser executada, já veio com tudo ‘decidido’, pois as discussões não têm considerado o prometido, e até hoje muito falta”. No entanto, aos agricultores e agricultoras dizem que a terra, tê-la na prática, e a ação de produção de alimentos, que está funcionando, deu significado a todos os esforços e fazem avaliação positiva dessa trajetória, na experiência da construção da agrovila de Aracoiaba. Se a luta continua, as esperanças também, e as conquistas dão diretiva para seguir.

## REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.
- ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade e articulação territorial do desenvolvimento brasileiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2., 2005, Santa Cruz do Sul. **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul: PPGDR, 2005.
- ACSELRAD, Henri. (coord.). **O movimento de resistência à monocultura do eucalipto no Norte do Espírito Santo e Extremo Sul da Bahia: uma sociologia da recusa e do consentimento em contexto de conflito ambiental**. 2010. 150 f. Relatório de Projeto Integrado de Pesquisa - CNPq, mimeo, Rio de Janeiro, 2010.
- ACSELRAD, Henri. (coord.). Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. Dossiê Ciências Sociais e a Questão Ambiental. **Sociologias**, [S. l.], v. 16, n. 35, abr. 2014.
- ALBERGONI, Leide; PELAEZ, Victor. **Da Revolução Verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas**. Revista de Economia, v. 33, n. 1, p. 31-53, 2007.
- ALBUQUERQUE et al. As políticas públicas e os projetos de assentamento. **Estudos de Psicologia**. [S. l.], v. 9, n1, p. 81-88, abr. 2004.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FNJ, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- ALMEIDA, Antonio Cavalcante de. **O papel da participação na formulação, implementação e avaliação de uma proposta de desenvolvimento rural sustentável: o caso do projeto são José (Ceará)**. 2003. 154 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/84845/196654.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 set. 2023.
- ALMEIDA, Jalcione. **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável**. Bagé: UNIPAMPA, 1995.
- AMPARO, Sandoval dos Santos. Agenciamentos territoriais e regimes sígnicos em Deleuze & Guattari: geograficidade, performance e subjetividade. **Revista Pandora Brasil**, [S. l.], v. 1, 2020.
- ANDRADE, Manuel Correia. **A problemática da seca**. Recife: Líber Gráfica, 1999.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 2005.

ARAÚJO, Maria Helena de. **Desigualdade e pobreza no Ceará: o caso do Projeto São José**. 2003, 168f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

ARROYO, Miguel. González. *et al* (org.). **Dicionário da educação do campo: diversidade**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2020.

ASSARÉ, Patativa do; SILVA, Antônio Gonçalves da. **O poeta da roça**. [S. l.]: Blocos online, [s. d.]. Disponível em: <http://www.blocosonline.com.br/literatura/poesia/p01/p010392.htm>. Acesso em: 15 set. 2023.

ASSUNÇÃO, Adenilso dos Santos; CAMACHO, Rodrigo Simão. **EDUCAÇÃO DO CAMPO E RESISTÊNCIA CAMPONESA**. Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 85-112, 13 fev. 2023. Pegada Eletrônica. <http://dx.doi.org/10.33026/peg.v24i1.9557>.

BARBOSA, Andrea. Fotografia, narrativa e experiência. In: BARBOSA, Andrea; CUNHA, Edgar T.; HIKIJI, Rose Satijko G. (org.). **A experiência da imagem na etnografia**. São Paulo: Fapesp/Terceiro Nome, 2016.

BARBOSA, Lia Pinheiro. **Por la democratización de la educación superior en Brasil: el PRONERA en el marco de la lucha de los movimientos campesinos**. Universidades, México: UDUAL, 2013.

BARBOSA, Lia Pinheiro. As dimensões epistêmico-políticas da Educação do Campo em perspectiva latino-americana. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 143-169, 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/refex/article/view/5105/3768>. Acesso em: 15 set. 2023.

BARBOSA, L. P. et al. Agroecologia e a Via Campesina II. As escolas camponesas de agroecologia e a formação de um sujeito sócio-histórico e político. **Territorialización de la agroecología**, [S. l.], v. 58, p. 531-550, jul./dez. 2021.

BARBOSA, L. P.; ROSSET, P.M. Movimentos sociais e educação do campo na América Latina: Aprendizagens de um percurso histórico. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 26, p. 22- 48, set-dez. 2017.

BARBOSA, Marília Petraglia. **Paradigmas tecnológicos modernos e tradicionais na agricultura: uma análise comparativa de desempenho econômico**. 2017. 87 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

BARROS, Gabriel Campelo. **Avaliação da Resiliência de comunidades rurais no município de Aracoiaba/CE**. 2017. 39 f. TCC (Graduação em Agronomia) – Curso de Agronomia, Ciências do Solo, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/37573/1/2017\\_tcc\\_gcbarros.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/37573/1/2017_tcc_gcbarros.pdf). Acesso em: 2 ago. 2023.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Da luta às políticas de educação do campo: caracterização da educação e da escola do campo. XII EPENN, 2014.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOLTER, J. A. G.; HAAS, J. M.; FENNER, R. S. Desenvolvimento Rural no Brasil. Quais São As Ações e Quem As Formula? Uma Análise a Partir das Redes do Estado e dos Movimentos Sociais. **Ignis**, Caçador, v. 1, n. 1, p. 35-50, 25 jul. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/ignis/article/view/24/47>. Acesso em: 18 out. 2022.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 19. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BRASIL. **Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política agrícola. Brasília, DF: Casa Civil, 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8171.htm). Acesso em: 18 de nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 4339, de 22 de agosto de 2002**. Institui Princípios e Diretrizes Para A Implementação da Política Nacional da Biodiversidade. Brasília, 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4339.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4339.htm). Acesso em: 11 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manual de Operações do PRONERA**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Instituto Nacional do Semiárido – INSA**. Brasília, DF: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNAE: Programa Nacional de Alimentação escolar**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRAZ, Milena Marcintha Alves. **Águas para o Ceará: experiências de trabalhadores a partir da construção do Complexo Castanhão**. 2011. 192 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

BRITO, A. L. C; HELD, T. M. R; BOTELHO, T. R. Apontamentos Acerca da Política Agrícola Brasileira. **Revista Pitágoras**, Nova Andradina, v. 4, n. 4, p. 1-15, dez. 2013. Disponível em: [https://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170602112602.pdf](https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170602112602.pdf). Acesso em: 7 nov. 2022.

CALDART, R. S. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. **Revista Trabalho Necessário**, v. 2, n. 2, 14 dez. 2004.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar. /jun.2009.

CALDART, Roseli Salete *et al* (org.). **Dicionário da educação do campo**: educação do campo. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. 788 p. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2020.

CAMPOS, R. A. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas**: Avaliação do programa nacional de alimentação escolar - PNAE no município de Campina da Lagoa/PR. 2011. 51 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: [http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1192/1/CT\\_GPM\\_I\\_2011\\_63.PDF](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1192/1/CT_GPM_I_2011_63.PDF). Acesso em: 14 ago. 2020.

CASTRO, Josué. **Sete palmas de terra e um caixão**: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CASTRO, Elaine de; OLIVEIRA, Ulisses Tadeu Vaz de. A entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa-interpretativa: um guia de análise processual. **Entretextos**, Londrina, v. 22, n. 3, p. 25-45, abr. 2023.

CEARÁ. **Relatório de impacto ambiental (RIMA) do Açude Aracoiaba**. Secretaria dos Recursos Hídricos, 1999.

CEARÁ. **3º Termo Aditivo ao Termo de Fomento SDA Nº 23/2017**. Fortaleza: Secretaria de Desenvolvimento Agrário, 2017. Disponível em: <https://sacc.cge.ce.gov.br/UploadArquivos/20200205.1014087.Integra.3%C2%BAADITIVO.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2023.

CEARÁ. **Projeto São José**: Fortalecendo a agricultura familiar. Fortaleza: Secretária de Desenvolvimento Agrário, 2023. Disponível em: <https://acessopsj.sda.ce.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. Petrópolis, Vozes, 1994.

COLETIVO brasileiro de pesquisadores da desigualdade ambiental. **Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação**: o que está em jogo na questão ambiental, in e-cadernos CES, n. 17, 2013, p. 190-20. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/pages/pt/indice.php>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CONTAG. **Educação do campo e agricultura familiar**: uma caminhada para além da escola. Secretaria de Políticas sociais CONTAG, 2021.

CONTAG; DIEESE. **Anuário Estatístico da Agricultura Familiar**. 2023. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/17916-696048-anua%CC%81rio-agricultura-2023-web-revisado.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

CÓRDOVA, F.; SILVEIRA, D. T. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

CORTEZ, Maria Eliane Sampaio. **Avaliação participativa do reassentamento da população atingida pela construção do açude Castanhão – Ceará, Brasil**. 2014. 96 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Hídricos) – Pós-Graduação em Gestão de Recursos Hídricos, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/12532/1/2014\\_dis\\_mescortez.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/12532/1/2014_dis_mescortez.pdf). Acesso em: 5 set. 2023.

COSTA, F. A.; CARVALHO, H. M. Campesinato. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; FRIGOTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 113-120.

CRUZ, C. H; FABRIZY, N. L. P. Impactos Ambientais de Reservatórios e Perspectivas de Uso Múltiplo. **Revista Brasileira de Energia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1-7, jan. 1995. Disponível em: <https://sbpe.org.br/index.php/rbe/article/view/85/73>. Acesso em: 7 fev. 2024.

CUNHA, Caio Cezar. Território: uma estratégia às políticas sociais. **Geo Uerj**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 1-6, maio 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação como educação do direito. **Arquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 20, 2023.

FERREIRA, C. S. S.; SILVA, P. S. S. **Política agrícola**. Londrina: Educacional S.A, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FROTA, Patrícia Vasconcelos et al. Água: desenvolvimento econômico e social. In: XX SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS. **Simpósio**. Bento Gonçalves - Rs: Abrh, 2013. p. 1-8. Disponível em: [https://files.abrhidro.org.br/Eventos/Trabalhos/66/SBRH2013\\_\\_PAP013747.pdf](https://files.abrhidro.org.br/Eventos/Trabalhos/66/SBRH2013__PAP013747.pdf). Acesso em: 12 fev. 2024.

GARCIA, J. R; VIEIRA FILHO, J. E. R. Política agrícola brasileira: produtividade, inclusão e sustentabilidade. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 91-104, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/revista-de-politica-agricola/2000-a-2016/revista-de-politica-agricola-n1-2014.pdf/view>. Acesso em: 8 nov. 2022.

GEHLEN, I. Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural. **São Paulo em Perspectiva**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 95-103, abr./jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a10v18n2.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.



GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, jan. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

GÓMEZ, Jorge R. Montenegro. **Desenvolvimento em (des)construção**: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. 2006. 438f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2006.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GROSSI, Ione de S. **Mina de Morro velho**: a extração do homem, uma história, uma experiência operária. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

GURAN, Milton. **Documentação fotográfica e pesquisa científica**: notas e reflexões. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2012. Disponível em: [http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/doc\\_foto\\_pq.versao\\_final\\_27\\_dez.pdf](http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/doc_foto_pq.versao_final_27_dez.pdf). Acesso em: 8 set. 2023.

HADDAD, S. *et al* (org.). **Dicionário da educação do campo**. Direito à educação. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2020.

HAESBAERT, Rogério; MONDARDO, Marcos. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. **Revista GEOgraphia**, Niterói, v.12, n. 24, p. 19-50, 2010.

HOPWOOD, Bill.; MELLOR, Mary.; O'BRIEN, Geoff. **Sustainable Development: Mapping Different Approaches**. Sustainable Development Sust. Dev., v. 13, p. 38-52, 2005.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=downloads>. Acesso em: 15 fev. 2024.

IBGE. Ministério da Economia. **Atlas do espaço rural brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 324 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101773>. Acesso em: 09 jan. 2024.

IBGE. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/aracoiaba.html>. Brasília, DF: IBGE, 2022. Acesso em: 28 ago.2023.

JESUS, S. M. S. A. Educação do Campo nos Governos FHC e Lula da Silva: potencialidades e limites de acesso à educação no contexto do projeto neoliberal. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 31, n. 55, p. 167-186, jan./mar. 2015. Trimestral.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/wGNMCyg58T6Dt8T8xRWFyWj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jan. 2022.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/viewFile/5469/4991>. Acesso em: 16 ago. 2020.

JUNQUEIRA, V. H.; BEZERRA, M. C. dos S. A quem interessa a educação dos trabalhadores do campo? - uma análise do Pronacampo. **Revista Exitus**, Santarém, v. 5, n. 2, p. 83 -100, jul./dez. 2015.

KHAN, A. S; SILVA, L. M. R. Capital Social das Comunidades Beneficiadas pelo Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR/Projeto São José – PSJ – Estado do Ceará. **RER**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 101-117, jan./mar. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/resr/v43n1/25838.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LANDAU, Elena Charlotte et al. **Concentração Geográfica da Agricultura Familiar No Brasil**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2013. 68 p.

LAPLANTINE, François. **A descrição etnográfica**. Trad. de João Manuel Ribeiro e Sérgio Coelho. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LIMA, Marcos Felipe Pinheiro. A constitucionalidade das modalidades de licitação do Banco Mundial vis-à-vis dos princípios constitucionais da Administração Pública. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 18, n. 3573, 13 abr. 2013.

LIMA, G. da S. Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: estudo de caso sobre as políticas públicas implementadas por meio das suas representações sindicais em municípios do baixo Paraguaçu. **Olhares Sociais**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 86-102, 2014. Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/olharessociais/wp-content/uploads/7-Especial-POLITICAS-PUBLICAS-E-DESENVOLVIMENTO-RURAL.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.

LOPES, L. CEBRI. **A sociedade civil global e o desenvolvimento pós-2015**. Rio de Janeiro: CEBRI, 2013.

MAB. Uma história de luta, desafios e conquistas. In: MAB. (org.). **Caderno de Formação nº 07**. São Paulo: Secretaria Nacional do MAB, 2002.

MARCONI, Marina de. Andrade; LAKATOS, Eva. Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p. Disponível em: [https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_historia-i/historia-ii/china-eindia](https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-eindia). Acesso em: 4 ago. 2023.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma Agrária**: concepções, controvérsias e questões. Rio de Janeiro, 1993.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

MOLDAN, Bedrich; DAHL, Arthur Lyon. Challenges to sustainability indicators. Sustainability indicators. **A scientific assessment**, [S. l.], v. 1, p. 26, 2007.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de Abreu. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 5-6, abr. 2011, publicação 2012.

MOLINA, M. C. et. al. A produção do conhecimento na licenciatura em Educação do Campo: desafios e possibilidades para o fortalecimento da educação do campo. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], v. 24, p. 1-30, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v24/1809-449X-rbedu-24-e240051.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2020.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, [S.l.], v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/yJnRYLWXSwyxqggqDWy8gct/?lang=pt&format=pdf>.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9825>. Acesso em: 18 out. 2022.

NICOLESCU, B. et al. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: Triom, 1999.

NIPPON KOEI LAC (Ceará). **Inventários Ambientais de Açudes das Bacias Metropolitanas**: Açude Aracoiaba. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2017. 121 p. Disponível em: [https://portal.cogerh.com.br/wp-content/uploads/2018/01/IVA-Aracoiaba\\_PSH.pdf](https://portal.cogerh.com.br/wp-content/uploads/2018/01/IVA-Aracoiaba_PSH.pdf). Acesso em: 3 set. 2023.

OLIVEIRA, A. M.; SOUSA, A. S. H.; SOUZA, G.R.G. Assentamento Antônio Conselheiro: A Importância do Mapa Coletivo na Leitura da Realidade Camponesa. **Rev. Bras. Educ. Camp**. Tocantinópolis, v. 6, e9695, 2021.

OLIVEIRA, Ingra Freire de. **Uma análise do conceito de desenvolvimento sustentável através da comparação de agendas internacionais**: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES). 2019. 125f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: ONU, 2015.

PAZ, Maria Lenir Menezes; RIBEIRO, Livia Paulia Dias. **Açude Aracoiaba**: impactos e importância para o maciço de Baturité. Fortaleza: Inesp, 2022. 106 p.  
PNUD. **Plataforma Agenda 2030**. [S. l.]: Agenda 2030, 2015. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/sobre/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PONTES, Raquel Cristina Batista Vieira. Um olhar sobre os impactos socioeconômicos decorrentes da construção de uma obra de infraestrutura hídrica, no Brasil. In: BORGES, César; CORTEZ, Fátima; PONTES, Raquel. **Desenvolvimento**: formas e processos. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013. 277 p. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2020.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos. Rio de Janeiro: Rede de Instituições Vinculadas à Capacitação em Economia e Política Agrícola da América Latina e Caribe, 2005.

SAMPAIO FILHO, Dorian. **História dos Municípios do Ceará**. Fortaleza: RBS, 2003.

SANTOS, A. R. dos. Educação do Campo e Agronegócio: Território de Disputas. **Educação em Revista**, Marília, v.18, n.2, p. 71-90, jul./dez. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Bomtempo Editorial: 2007.

SANTOS, Erivan Hilário dos. O trabalho como processo educativo/formativo. **Revista de Educação do Vale do São Francisco**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 96-102, jun. 2010.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. Fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. Território: globalização e fragmentação. Tradução. São Paulo: Hucitec/ Annablume, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria José. **Do local ao global**: a trajetória do movimento dos atingido por barragens (MAB) e sua articulação em redes. 2007.

Disponível em:

[http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/anais/st2\\_DO%20LOCAL%20AO%20GLOBAL.pdf](http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/anais/st2_DO%20LOCAL%20AO%20GLOBAL.pdf) Acesso em: 15 jan. 2024.

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS. **A nova política de águas do Ceará**. v.1. Fortaleza: SRH, jan. 1992. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará. Plano de Ação Imediato. Fortaleza: Ed. SEBRAE/CE, 2001.

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS. **Plano de Capacitação para a população de Jaguaribara-Ce**. Fortaleza: SEBRAE/CE, 2003.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, A. L. B. da. A educação do campo no contexto da luta do movimento social: uma análise histórica das lutas, conquistas e resistências a partir do movimento nacional da educação no campo. **Revista Brasileira de História da Educação**, Curitiba, v. 20, p. 1-24, 16 fev. 2020. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2238-00942020000100212](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-00942020000100212). Acesso em: 4 ago. 2022.

SILVA, Camila Mariana A. da; BRITO, Marcílio de; ORTEGA, Cristina Dotta. Documento, documentação, documentologia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 240-253, 2016.

SILVA, Christian Luiz; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

SILVA, Evaldo Mendes da; SOUSA, Ivo; MONTEIRO, Karla Virgínia. **A Tradição por trás da criação**: Cartilha do Povo Tremembé. Secretária de Educação do Estado do Ceará. Fortaleza, 1998.

SILVA, Marinho Roberto Alves da. ENTRE DOIS PARADIGMAS: combate à seca e convivência com o semi-árido. **Sociedade e Estado**. Brasília, DF, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, jan./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/P7t9S99gxSqYsNbSDVHLc9k/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 25 out. 2023.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. Os movimentos sociais, a via campesina e o pós-colonial. ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 21., 2012, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: Unesp, 2012.

SIMONETTI, M. C. L. O pós-colonial e os movimentos sociais da América Latina. **Reencuentro de Saberes Territoriales Latino-americanos**. Peru: EGAL, 2013.

SIQUEIRA, Fernanda Barbosa. **Conflitos de usos múltiplos dos recursos hídricos e reservatórios hidrelétricos no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2021.

SMITH, Gordon. A política agrícola brasileira: 1950-1967. In: ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade de.; SCHUH, G. Edward. (org.). **Desenvolvimento da agricultura: estudos de caso**. São Paulo: Pioneira, 1983. v. 4, p. 213-256.

SOUSA, Antonia Sandra Honória de. **Assentamento Antônio Conselheiro/Ce: um olhar sobre suas relações socioespaciais**. 2018. 100 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/39958/9/2018\\_dis\\_ashsousa.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/39958/9/2018_dis_ashsousa.pdf). Acesso em: 12 fev. 2024.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.

SOUZA, R. P. de. O Desenvolvimento Rural no Estado do Rio de Janeiro a partir de Uma Análise Multidimensional. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S. l.], v. 57, n. 1, p. 109-126, jan. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/resr/v57n1/1806-9479-resr-57-01-109.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2020.

SOUZA, Ana Paula Lemes de. “De baciada”: a privatização da água e a venda do futuro comum. **Carta Capital**, [S. l.], jul. 2020.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. Ética, cidadania e direitos humanos: a experiência recente da constituinte no Brasil. **Revista dos Estudantes de Direito da Unb**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 69-75, fev. 1996. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/redunb/article/view/20560/18980>. Acesso em: 12 fev. 2024.

STRECK, D. R.; REDIN, E; ZITKOSKI, J. J (org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

WEISHEIMER, N. Desenvolvimento Rural, Capitalismo e Agricultura Familiar. **Olhares Sociais**, Recôncavo da Bahia, v. 2, n. 1, p. 51-78, jun. 2013. Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/olharessociais/wp-content/uploads/Desenvolvimento-rural-capitalismo-e-agricultura-familiar.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2020.

## ANEXO A – 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO SDA Nº 023/2017



Soc. 1034087  
Pg - 2019/02

PROCESSO Nº 04851280/2019

**2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO SDA Nº 023/2017**

TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO -SDA E A INSTITUIÇÃO SOCIO COMUNITÁRIA DA AGROVILA DE ISCA DO AÇUDE ARACOIABA, PARA O FIM NELE INDICADO.

A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SDA, situada na Avenida Bezerra de Menezes, 1820 - São Gerardo, em Fortaleza-CE, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.954.563/0001- 68, neste ato representada por seu Secretário FRANCISCO DE ASSIS DINIZ, brasileiro, casado, historiador, inscrito no CPF/MF sob o nº. 413.860.784-68 e portador da Cédula de Identidade nº. 745741 SSP-RN, residente e domiciliado na Rua J de Figueiredo Filho, nº 00049, Cambéa, Fortaleza/Ce, CEP: 60.822-275, no uso de suas atribuições, doravante denominada SDA, e a INSTITUIÇÃO SOCIO COMUNITÁRIA DA AGROVILA DE ISCA DO AÇUDE ARACOIABA, doravante denominada Organização da Sociedade Civil, inscrita no CNPJ nº 04.897.284/0001-11, com sede no Rua Agrovila 01, Centro, CEP: 62.750-000, no Município de Aracoiaba/CE, representada neste ato por seu Presidente RAIMUNDO NONATO SANTIAGO DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade nº. 2007847931-7, e inscrito no CPF nº. 067.902.683-59, residente e domiciliado Pv Agrovila, S/N, Zona Rural, no Município de ARACOIABA/CE, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO**

1.1. O presente TERMO ADITIVO reger-se-á por toda legislação aplicável, pela Lei Complementar nº 119/2018, alterada pela Lei Complementar nº 178, de 10 de maio de 2018 (DOE 11/05/2018); Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei nº 13.019/2014; Decreto Federal nº 8.726/2016, Decreto nº. 31.406/2014 e suas alterações posteriores; Decreto nº. 31.621/2014;





**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
Secretaria do Desenvolvimento Agrário  
Assessoria Jurídica

Decreto nº. 32.810/2018; Lei nº. 15.661, de 31 de julho de 2014; Lei nº. 15.997, de 02 de maio de 2016, Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, especialmente o art. 42 §5º, bem como nas Diretrizes do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Acordo de Empréstimo BIRD 8124-0-BR, e nas informações contidas no Processo Administrativo nº. 04851280/2019 e no Parecer Jurídico nº. 495/2019.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência por mais 123 (cento e vinte e três) dias, contados a partir do dia 31/08/2019, passando o término da vigência para o dia 31/12/2019 do Termo de Fomento nº 23/2017, cujo objetivo é implantação de agroindústria de beneficiamento de castanha e polpas com investimentos em máquinas e equipamentos para o beneficiamento do cajú, bem como a readequação do plano de trabalho e alteração de cláusulas conforme descrito a seguir:

2.1 – O presente aditivo tem por objeto a necessidade de ajustar o Plano de Trabalho para viabilizar a execução do objeto firmado, o valor global não sofreu alteração, permanecendo em R\$ 797.221,97 (setecentos e noventa e sete mil, duzentos e vinte e um reais e noventa e sete centavos) O valor do Repasse não sofreu alteração, permanecendo em R\$ 701.555,33 (setecentos e um mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e trinta e três centavos). O valor da Contrapartida não sofreu alteração, permanecendo em R\$ 95.666,64 (noventa e cinco mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

2.2 – A alteração de algumas cláusulas do Termo de Fomento original conforme detalhado nas cláusulas seguintes:

**2.2.1 - Alteração na Cláusula Primeira do presente Termo de Fomento**

Acrescenta-se à fundamentação do Termo de Fomento originalmente firmado a Lei Federal nº 13.019/2014 e o Decreto Federal nº 8.726/2016.

**2.2.2 - Alterações na Cláusula Quarta do presente Termo de Fomento**







**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
Secretaria do Desenvolvimento Agrário  
Assessoria Jurídica

Altera-se a alínea “a” do item 4.1.1 da Cláusula Quarta passando a vigorar com a seguinte redação:

“a) Depositar em conta específica o valor de R\$ 701.555,33 (setecentos e um mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e trinta e três centavos);”

Acrescenta-se a alínea “j” ao item 4.1.1 da Cláusula Quarta com a seguinte redação:

“j) A SDA poderá realizar licitações pertinentes ao presente Termo;”

Acrescenta-se a alínea “m” ao item 4.1.2 da Cláusula Quarta com a seguinte redação:

"m) A Organização da Sociedade Civil compromete-se a zelar pelos bens cedidos pela SDA através de Termo de Cessão de Uso;

"n) A Organização da Sociedade Civil deverá manter regular toda as condições requeridas pela Legislação para o funcionamento do empreendimento após implantação;

o) A Organização da Sociedade Civil é responsável por toda a gestão contábil e tributária do Empreendimento”.

**2.2.3 - Alterações na Cláusula Sexta do Termo de Fomento que passa a vigorar com a seguinte redação:**

"A Organização da Sociedade Civil deverá apresentar a Prestação de Contas nos moldes da Lei 13.019/2014".

**2.2.4 - Alterações na Cláusula Sétima do Termo de Fomento:**

Os itens 7 e 7.1 da Cláusula Sétima passam a vigorar com a seguinte redação: O valor total do Termo de Fomento é de R\$ R\$ 797.221,97 (setecentos e noventa e sete mil, duzentos e vinte e um reais e noventa e sete centavos).





**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
Secretaria do Desenvolvimento Agrário  
Assessoria Jurídica

7.1 O valor da contrapartida que corresponde a R\$ 95.666,64 (noventa e cinco mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), sendo R\$ 7.972,22 (sete mil, novecentos e setenta e dois reais e vinte e dois centavos) de contrapartida financeira que deverá ser depositada na Conta Específica e o valor de R\$ 87.694,42 (oitenta e sete mil, seiscentos e noventa e quatro reais e quarenta e dois centavos) em bens móveis e imóveis, cujo valor deverá ser economicamente mensurável, ambas definidas no Plano de Trabalho.

**2.2.5 - Alterações na Cláusula Décima do Termo de Fomento**

Acrescenta-se à Cláusula Décima do Termo de Fomento o item 10.1 com a seguinte redação:

10.1. Os bens decorrentes de licitações realizadas pela SDA serão repassados às Organizações da Sociedade Civil através de Termo de Permissão firmado entre as partes.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

As demais Cláusulas e condições do TERMO DE FOMENTO SDA Nº 023/2017, ora aditado, não modificadas, ficam ratificadas e em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

O presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial do Estado, pela SDA, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da assinatura.

**CLÁUSULA QUINTA – DO FORO**

As partes elegem, de comum acordo, o foro da Comarca de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, como o único competente para resolver questões relacionadas a este Termo Aditivo que não resolvidas por meios administrativos, renunciando expressamente a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por se acharem justos e acordados, firmam o presente em 2 vias de igual teor perante as



V:\SDA 2019\ASJUR\ADITIVO DE CONVENIO\2\_TA\_VALOR\_PRAZO\_TF\_023\_2017\_INSTITUICAO\_SOCIO\_COMUNIT\_DA\_AGROVILA\_ISCA\_ACUDE\_ARACOIABA.docx



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
Secretaria do Desenvolvimento Agrário  
Assessoria Jurídica

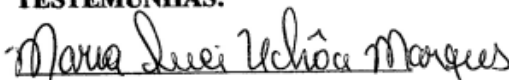
testemunhas ao final identificadas.


Fortaleza/CE, 05 de julho de 2019.

  
**FRANCISCO DE ASSIS DINIZ**  
Secretário do Desenvolvimento Agrário

  
**RAIMUNDO NONATO SANTIAGO DA  
SILVA**  
Representante Legal da Instituição

**TESTEMUNHAS:**

  
NOME:  
RG: 20088668207  
CPF: 509878953-20

  
NOME:  
RG: 2000002396875  
CPF: 002.137.383-33



## ANEXO B – 3º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO SDA Nº 023/2017



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
Secretaria do Desenvolvimento Agrário  
Assessoria Jurídica

SACC - 1014087

PR - 1049097

PROCESSO Nº 10125064/2019

**3º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO SDA Nº. 023/2017**

TERMO ADITIVO AO FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SDA E A INSTITUIÇÃO SOCIO COMUNITÁRIA DA AGROVILA DE ISCA DO AÇUDE ARACOIABA, PARA O FIM NELE INDICADO.

A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SDA, situada na Avenida Bezerra de Menezes, 1820 - São Gerardo, em Fortaleza-CE, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.954.563/0001- 68, neste ato representada por seu Secretário FRANCISCO DE ASSIS DINIZ, brasileiro, casado, historiador, inscrito no CPF/MF sob o nº. 413.860.784-68 e portador da Cédula de Identidade nº. 745741 SSP-RN, residente e domiciliado na Rua J de Figueiredo Filho, nº 00049, Cambeba, Fortaleza/Ce, CEP: 60.822-275, no uso de suas atribuições, doravante denominada SDA, e a INSTITUIÇÃO SOCIO COMUNITÁRIA DA AGROVILA DE ISCA DO AÇUDE ARACOIABA, doravante denominada Organização da Sociedade Civil, inscrita no CNPJ nº 04.897.284/0001-11, com sede no RUA AGROVILA 01, CENTRO, CEP: 62.750-000, no Município de ARACOIABA/CE, representada neste ato por seu RAIMUNDO NONATO SANTIAGO DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade nº. 2007847931-7 SSP/CE, e inscrito no CPF nº. 067.902.683-59, residente e domiciliado PV AGROVILA, S/N, ZONA RURAL, no Município de ARACOIABA/CE, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:





**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria do Desenvolvimento Agrário  
Assessoria Jurídica*

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO**

1.1. O presente TERMO ADITIVO reger-se-á por toda legislação aplicável, pela Lei Complementar nº 119/2018, alterada pela Lei Complementar nº 178, de 10 de maio de 2018 (DOE 11/05/2018); Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei nº 13.019/2014; Decreto Federal nº 8.726/2016, Decreto nº. 31.406/2014 e suas alterações posteriores; Decreto nº. 31.621/2014; Decreto nº. 32.810/2018; Lei nº. 15.661, de 31 de julho de 2014; Lei nº. 15.997, de 02 de maio de 2016, Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, especialmente o art. 42 §5º, bem como as Diretrizes do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Acordo de Empréstimo BIRD 8124-0-BR, e nas informações contidas no Processo Administrativo nº. 10125064/2019 e no Parecer Jurídico nº. 2362/2019.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a utilização dos rendimentos de aplicações financeiras no valor de R\$ 26.771,70 (vinte e seis mil e setecentos e setenta e um reais e setenta centavos) e aumento da contrapartida no valor de R\$ 3.308,86 (três mil e trezentos e oito reais e oitenta e seis centavos), referente ao Instrumento nº 023/2017, que tem por objetivo a implantação de agroindústria de Beneficiamento de Castanha e Polpas com Investimentos em máquinas e equipamentos para o beneficiamento do caju, passando o valor global do Instrumento para o importe de R\$ 827.302,53 (oitocentos e vinte e sete mil e trezentos e dois reais e cinquenta e três centavos), bem como a prorrogação do prazo de vigência por mais 121 (cento e vinte e um) dias, contados a partir do dia 01/01/2020.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

As demais Cláusulas e condições do INSTRUMENTO SDA Nº 023/2017, ora aditado, não modificadas, ficam ratificadas e em pleno vigor.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

O presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial do Estado, pela SDA, até o quinto dia útil do mês subseqüente ao da assinatura.





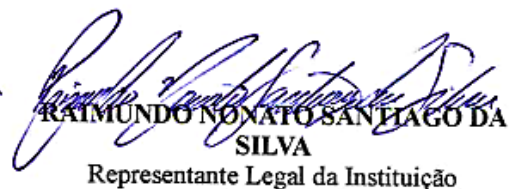
### CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

As partes elegem, de comum acordo, o foro da Comarca de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, como o único competente para resolver questões relacionadas a este Termo Aditivo que não resolvidas por meios administrativos, renunciando expressamente a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

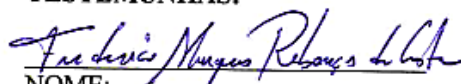
E por se acharem justos e acordados, firmam o presente em 2 vias de igual teor perante as testemunhas ao final identificadas.

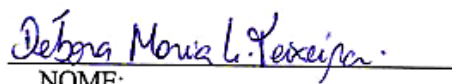
Fortaleza/CE, 02 DE DEZEMBRO DE 2019

  
FRANCISCO DE ASSIS DINIZ  
Secretário do Desenvolvimento Agrário

  
RAIMUNDO NONATO SANTIAGO DA  
SILVA  
Representante Legal da Instituição

#### TESTEMUNHAS:

  
NOME:  
RG: 2000002396875  
CPF: 002.137.383-33

  
NOME:  
RG: 00401022632  
CPF: 039.306.323-22

